


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ROGÉRIO PEREIRA DE CAMPOS

AMAZÔNIA, UNASUL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: O papel do Brasil (2003-2010)



ARARAQUARA – S.P.
2015

ROGÉRIO PEREIRA DE CAMPOS

AMAZÔNIA, UNASUL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O papel do Brasil (2003-2010)

Tese de Doutorado, apresentado ao Conselho, Departamento, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Instituições e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Adjunto MS5-III Enrique Amayo Zevallos, PhD.

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – S.P.
2015

Campos, Rogério Pereira de
Amazônia, UNASUL e Desenvolvimento sustentável: o papel do
Brasil (2003-2010) / Rogério Pereira de Campos – 2015
176 f. ; 30 cm
Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras
(Campus de Araraquara)
Orientador: Enrique Amayo Zevallos

1. UNASUL. 2. Amazônia. 3. Sustentabilidade.
4. Meio Ambiente. 5. América do Sul. I. Título.

ROGÉRIO PEREIRA DE CAMPOS

AMAZÔNIA, UNASUL E DESENVOLVIMENTO: o papel do Brasil (2003-2010)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Instituições e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Adjunto MS5-III Enrique Amayo Zevallos, PhD.

Bolsa: CNPq

Data da defesa: 29 / 04 / 2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Adjunto MS5-III Enrique Amayo Zevallos, PhD.

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho Araraquara/SP.

Membro Titular: Prof. Dr. Petronio de Tilio Neto

Universidade Plesbiteriana Mackenzie/SP.

Membro Titular: Profa. Dra. Fernanda Mello Sant'Anna

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho Franca/SP.

Membro Titular: Profa. Dra. Karina Lilia Pasquarielo Mariano

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho Araraquara/SP.

Membro Titular: Prof. Dr. Samuel de Jesus

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/MS.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para G3ssica,
Minha eterna conquista

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer a quem participou desta trajetória traz a infeliz tarefa ao cérebro de registrar as muitas pessoas que ajudaram a realizar este trabalho. Em primeiro lugar, por mérito e honra, devo citar meu orientador, Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos, pela sua dedicação, tempo e incentivo ao longo destes quatro anos apenas de doutorado, mas uma trajetória ainda mais longa que me transformou em um pesquisador muito melhor do que jamais imaginava, meu muito obrigado.

Gostaria de agradecer também ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pelo fomento deste trabalho, o qual seria impossível realizar sem o devido auxílio financeiro e a dedicação exclusiva para elaboração do mesmo, além das oportunidades de participar em Congressos e Colóquios em diversos lugares.

Uma saudação também especial aos membros da banca, Prof. Dr. Petronio de Tílio Neto, Profa. Dra. Karina Lilia Pasquariello Mariano e Prof. Dr. Samuel de Jesus, amigos de pesquisa e que participaram ao longo de minha formação, auxiliando com dicas, conselhos e críticas, todas elas bem assimiladas. A Profa. Dra. Fernanda Mello Sant'Anna, pelo aceite a participar da minha banca de doutorado e que possa ser também uma futura parceira de pesquisas.

Gostaria também de agradecer aos professores Dr. Adilson Marques Gennari, Dr. Jorge David Barrientos Parra, Dra. Renata Medeiros Paoliello, Dr. Marcelo Santos e outros muitos que ajudaram em suas aulas, dicas, críticas e sugestões ao longo deste quatro anos, seria impossível lembrar todos, vale o destaque a quem participou mais vezes. Um agradecimento também ao funcionário Henrique Fernandes Júnior, que durante boa parte do período de doutorado esteve na secretaria de Pós Graduação auxiliando com os problemas burocráticos e requerimentos que precisei, sua promoção não foi nada mais do que justa por sua capacidade.

Um grande abraço aos amigos que passaram pelo doutorado junto comigo, concomitante ou não, trouxeram grande contribuição no diálogo e na mais despreziosa das discussões sempre surgiram grandes ideias para o trabalho. Não se trata de uma ordem alfabética ou de afinidade, mas sim de lembrança das pessoas que participaram desta fase da minha vida: Antonio Alberto Brunetta, Rosemeire Salata, Henrique Junio Felipe, Maurício Gonçalves, Ariella Araújo, Eder Zuccolotto, Leandro Silva de Oliveira, Isabela Morais,

Nathália Locks, Eduardo Paiva, entre outros. Aos amigos no NPPA Ina, Josimar, Felipe, Giovanni, Beatriz, Lucas, Erik, Laura, Adriana e outros que tive pouco convívio, apesar disso sei que foi fundamental no meu crescimento intelectual.

Fora da academia, tenho ainda mais amigos para agradecer e um desafio ainda maior para tentar me lembrar de todos que participam da minha vida e, nos momentos de tensão e nervosismo, trouxeram um alento às tormentas intelectuais: Deminha, Glauco, Binha, Fabião, Capi, Paula, Baiano, Tati, Lú, Sapo, Renata, Baiocco, Giu, Pedroso, Maitê, Bila, Thaís, Ana Selli, Zé Luiz, Zé Galinha (*in memoriam*), Áureo, Fawsia e tantos mais que não consigo recordar. Quando sua lista de amigos é maior do que sua lembrança, nota-se que você viveu bem, agradeço a todos por estarem comigo nessa caminhada.

A todos os familiares, pela força e incentivo nesta difícil trajetória, em especial à minha madrinha Lidia Pereira, que sempre acreditou na longa marcha. Aos que não estão mais presentes, meus avós Romualdo e Magdalena, José Pereira e Francisca, pelas lições e pelo carinho, que tenham deixado seu legado e ensinamentos.

À Elisabeth Alexandre um abraço especial, pelo companheirismo, apoio e suporte que forneceu para mim e para a Géssica em momentos difíceis que vivemos e com certeza viveremos, o importante é passarmos por isso juntos. Onde seu ombro amigo toca, sempre vemos a melhora, onde sua mão auxilia a reerguer não há queda maior que não alcance. Que seja sempre esse alento em um mundo atribulado e indiferente.

A minha irmã Gisleine e meu cunhado Erick, não tenho palavras para expressar a importância que tiveram não somente neste período, mas em toda minha vida. Foram e são o grande norte em termos de ética, moral e competência, porto seguro ao qual sempre terei e atores principais nesse trabalho. Dedico a eles este trabalho, não está a altura do que vocês representam.

Aos meus pais Nilza e Romualdo, a base fundamental do que me tornei hoje em todos os sentidos, merecem muito mais homenagens e títulos do que posso oferecer. O correto seria um diploma em seus nomes, Doutores *honoris causa* da Vida. Que eu possa ser motivo de orgulho com meu esforço.

À minha amada companheira Géssica, trouxe tudo o que não tinha de realização pessoal no momento mais difícil de minha vida profissional, trouxe um novo mundo a ser explorado e trouxe a coragem de seguir adiante, apesar das adversidades. A você, dedico meu trabalho e minha vida.

“Somente a orientação do desenvolvimento para padrões de consumo menos elitistas poderá viabilizar a obtenção de taxas razoavelmente altas de crescimento num contexto externo adverso.”

Celso Furtado (1983, p.43)

RESUMO

O crescimento significativo dos países da América do Sul no período em estudo, concomitante com o aprofundamento do processo de globalização, colocou em evidência a região frente às novas propostas globais nas questões sociais, econômicas e ambientais. Os desafios para a melhor inserção das nações da América do Sul no mundo atual demandam melhorias em todas as esferas, tanto sócio-econômicas e ambientais como de conhecimento e também de uma maior aproximação entre elas. Este estudo visa analisar os desafios presentes no processo de conformação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) originada em 2004 e suas possibilidades para a melhoria social, política, econômica e ambiental da América do Sul e a influência direta do Brasil neste processo, seja positivo ou negativo. No meio desse processo importa considerar a problemática da Amazônia, com suas demandas e recursos. Ela não é uma fronteira natural, mas sim uma sub-região a ser inserida no processo da construção homogênea da região que é a América do Sul. A necessidade de utilizar tão imensa sub-região pode conflitar com a obrigação de preservar e vigiar o ecossistema amazônico que é muito rico e diverso. Sua necessária preservação seria inviável seguindo tendências impostas pelo neoliberalismo na exploração dos recursos sem limites impostos pelas regras do mercado. Dessa forma, para a pretensa integração ocorrer tem-se o desafio de utilizar de forma sustentável a floresta amazônica criando, simultaneamente, condições favoráveis ao trânsito de pessoas e mercadorias, combinado com melhores condições socioeconômicas.

Palavras – chave: UNASUL; Amazônia; Sustentabilidade; Meio Ambiente; América do Sul.

ABSTRACT

The significant growth of the countries in South America, concomitant with the process of globalization highlighted the region to confront new global proposals in the social, economic and environmental issues. The challenges for a better integration of these nations in the world today demands improvements in all spheres, like economic, social and environmental knowledge as well as closer ties between them. This study aims to analyze the challenges present in the process of forming the Union of South American Nations (UNASUL) originated in 2004 and its possibilities for improving social, political, economic and environmental sustainability in South America and the direct influence of Brazil in this process, either positive or negative. In the middle of this process is important to consider the issue of Amazon, with its uncertainties and resources. This isn't only a natural border, but a sub-region to be inserted in the process to build a consistent region like is South America. The need for such an immense sub-region conflicts with the obligation to preserve and monitor the ecosystem Amazon that is very rich and diverse. But this preservation is not feasible following trends imposed by neoliberalism in the exploitation of resources without limits imposed by market rules. Thus, for the alleged integration occurs there is the challenge of sustainable use of the Amazon rainforest while creating favorable conditions for the transit of people and goods, combined with best social and economics conditions.

Keywords: UNASUL; Amazon rainforest; Sustainability; Environment; South America.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de desmatamento da Amazônia de 1988 a 2012.	08
Gráfico 2	Número de cabeças de gado no Brasil entre 2003 e 2010.	43
Gráfico 3	Capacidade de captação de CO ₂ na atmosfera.	43
Gráfico 4	Principais causadores de gases de efeito estufa.	44
Gráfico 5	Porcentagem de participação por empresa no consórcio Belo Monte	68

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Bacia hidrográfica amazônica, principais rios em destaque.	39
---------------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Porcentagem da população amazônica entre os limiares de pobreza	17
Tabela 2	Lotes petrolíferos presentes em cada país na região amazônica	25
Tabela 3	PIB dos países do Mercosul de 2003 a 2010	94
Tabela 4	Participação da produção dos setores na economia	94
Tabela 5	Dados econômicos do MERCOSUL e da Aliança do Pacífico	104
Tabela 6	Participação econômica dos países no MERCOSUL	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB- Agência Espacial Brasileira

ADP- Aliança Do Pacífico

ALCA- Aliança de Livre Comércio das Américas

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAF- Corporação Andina de Fomento

CAN- Comunidade Andina de Nações

CANDELA- Comércio Alternativo de Produtos não Tradicionais e Desenvolvimento para a América Latina

CDS- Conselho de Defesa Sul-americano

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CERFLOR- Certificação Florestal

CIA- Central of Intelligence Agency

COOPERAR- Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e do Médio Purus

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

COSIPLAN- Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento

FAO- Food and Agriculture Organization

FARC- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FMI- Fundo Monetário Internacional

FONPLATA- Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

FSC- Forest Stewardship Council

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRASI- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Infraestrutura Sustentável

IIRSA- Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISA- Instituto Socioambiental

ISO- Internacional Organization of Standardization

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

NAFTA- North American Free Trade Agreement

NPPA- Núcleo de Pesquisas sobre o Pacífico e a Amazônia

OEA- Organização dos Estados Americanos

ONG- Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OTCA- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PAC- Plano de Aceleração do Crescimento

PARLASUL- Parlamento do MERCOSUL

PIB- Produto Interno Bruto

PIC- Programa Integrado da Castanha

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PSDB- Partido Social Democrata Brasileiro

PT- Partido dos Trabalhadores

RCE- Redução Certificada de Emissão

SELA- Sistema Econômico Latino americano y del Caribe

TCA- Tratado de Cooperação Amazônica

TCU- Tribunal de Contas da União

TPP- Trans Pacific Partnership

UNASUL- União das Nações Sul-americanas

UNCTAD- United Nations Conference on Trade and Development

WBCSD- World Business Council for Sustainable Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 – ONDE A SOCIEDADE SE INSERE NO AMBIENTE	5
1.1 – A marginalidade indevida da população amazônica	7
1.2 – Ecoeficiência e sustentabilidade	22
1.2.1 – Projetos na Amazônia	36
1.3 – ONGs: atores positivos ou negativos?	46
2 – VARIAÇÕES ECONÔMICAS DO BRASIL E DA AMÉRICA DO SUL	53
2.1 – CAN e MERCOSUL	56
2.2 – Infraestrutura da América do Sul	67
2.2.1 – BNDES X IIRSA	74
2.3 – O conflito da CEPAL com o Neoliberalismo	79
2.4 – O fator Ásia	87
3 – A TRISTE POLÍTICA ESQUIZOFRÊNICA DA AMÉRICA DO SUL NO SÉCULO XXI	92
3.1 – Choque dos blocos	101
3.2 – Os foros ativos da UNASUL e a OTCA	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
BIBLIOGRAFIA	132
ANEXOS	147
Anexo 01- Tratado Constitutivo da UNASUL	148

INTRODUÇÃO

O estudo aqui proposto¹ busca unir duas grandes problemáticas atuais dos países da América do Sul, o processo de conformação da União das Nações Sul-americanas – UNASUL e a proteção e uso sustentável da floresta amazônica. Essa somatória de fatores citados traz o ponto central desta tese, avaliar o nível de influência que a Amazônia tem para a realização dos planos de integração da UNASUL e a importância direta desta sub-região para toda América do Sul e indiretamente para a América Latina e o mundo. A dificuldade para lidar com tão abrangente tema é proporcional à sua importância, por tratar de questões atuais e que serão fatores decisivos para o sucesso ou não da integração sul-americana. Dentro deste campo, é preciso delinear a função da política externa do Brasil como agente motivador e articulador no cenário da política sul-americana para a construção do bloco, através principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Os números presentes demonstram a relevância do tema, pois já se criou a expectativa da formação de um bloco econômico que poderia, em longo prazo, se transformar em um bloco transnacional político e social: engloba uma população aproximada de 400 milhões de habitantes, um PIB de cerca de US\$ 4,8 trilhões² e uma área de quase 18 milhões de Km².³

Do outro lado, envolvendo a geografia estratégica da região sul-americana temos, inserida naturalmente, a floresta da sub-região amazônica no caminho desse projeto de integração, o que é um assunto relevante da problemática da América do Sul. Ter a obrigação de vigiar para proteger essa sub-região – que como veremos a seguir é muito rica – é o contraponto dos benefícios que podem ser obtidos para a região⁴ explorando racionalmente as

¹ Projeto de doutorado desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – FCL/Campus Araraquara da Unesp de Araraquara a partir de 2011, vinculado à linha de pesquisa Estado, Instituições e Políticas públicas, inserido no Núcleo de Pesquisas sobre o Pacífico e a Amazônia (NPPA); o projeto é desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos.

² Este valor representa um PIB equivalente a 82% do Japão (US\$ 5,9 trilhões) e 42% do PIB da China (US\$ 11,4 trilhões), o que demonstra a importância da região para a economia global. Fonte: USA: The 2012 World Factbook.

³ Fonte: USA: The 2012 World Factbook.

⁴ Usaremos a definição de região ao tratarmos da América do Sul como um todo e usaremos o termo sub-região para a área amazônica, a fim de evitar confusões.

entranhas da mata (matérias primas, biodiversidade e outros fatores endêmicos e pandêmicos presentes nesse local).

Entre 6.050.000 e 7.800.000 de Km² é a área da Amazônia contando com cerca de 60% das formas de vida da massa continental mundial e ocupando quase 40% da América do Sul⁵, a relevância da floresta amazônica para todos os países sul-americanos, mesmo os que não possuem uma parcela dessa riqueza, é óbvia e inegável, como também é a necessidade da superação da desigualdade social e tecnológica por todas as nações que conformam, desde 2004, a UNASUL.

A importância da discussão sobre a questão da Amazônia extrapola o diálogo com os países que a possuem⁶, atingindo escala mundial no debate sobre sua preservação e uso sustentável. O ecossistema amazônico é frágil, o que aumenta o valor monetário para se investir de forma sustentável e preservacionista na região, desmotivando o grande capital para projetos que sejam de baixo impacto ambiental, por outro lado aumentando a cobiça para a exploração de suas grandes reservas de minérios e hidrocarbonetos, como será tratado ao longo deste trabalho.

Por se tratar de uma região sul-americana partilhada, a busca por políticas internacionais comuns deve ser uma prioridade em tópicos como segurança, desenvolvimento e exploração sustentável da Amazônia. Apesar da existência da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)⁷, pouco foi realmente executado para a preservação e melhoria da floresta como um todo, já que é uma instituição sem coordenação para valer entre os países que a possuem o que poderia tornar-se prejudicial para a sub-região. A consolidação da UNASUL poderia trazer nova importância a OTCA e a seu funcionamento, ou mesmo criar novos mecanismos para se buscar, em conjunto, o desenvolvimento sustentável socioambiental dessa floresta.

⁵ Fonte: Amazonía sin mitos, 1992.

⁶ Porcentagem da Amazônia em cada país que a compartilha: Brasil (67,79%); Peru (13,02%); Bolívia (11,2%); Colômbia (5,52%); Equador (1,67%); Venezuela (0,72%); Guiana (0,08%). Ver: Amazonia sin mitos (1992). Não consta na publicação a porcentagem referentes a Guiana Francesa e Suriname, por possuírem baixas parcelas em comparação aos outros países, somados seria o equivalente a 0,01% do total da Amazônia.

⁷ OTCA: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, órgão multilateral com o objetivo de coordenar ações conjuntas para a preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia, com sede permanente em Brasília desde 2002. Dados disponíveis no site: www.otca.gov.br. Anteriormente, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela já eram membros do TCA (Tratado de Cooperação Amazônica), antecessora a OTCA e que funcionou de 1978 até 2002.

Uma abordagem em três frentes poderá trazer respostas para os desafios que a UNASUL enfrenta atualmente. Em primeiro lugar, a análise da região em termos socioambiental (e também de ecoeficiência) e suas possibilidades de exploração, além de suas limitações para delinear o tipo de inserção menos danosa da Amazônia na UNASUL. Em segundo lugar em termos econômicos, tratando da UNASUL como um todo com variáveis em relação aos seus países componentes, com enfoque especial no caso brasileiro, procurando demonstrar as oscilações econômicas que sinalizem a geração de possíveis impactos sociais e ambientais (principalmente na Amazônia). Por último, uma análise com enfoque na política, principalmente a política externa sul-americana do Brasil, relacionada com a possibilidade de criação de leis comuns na UNASUL especialmente relacionadas com a Amazônia.

A Amazônia está incrustada na UNASUL, objeto central de nossa pesquisa, mas o diálogo permanente entre estas cria uma visão diferenciada sobre o tema. A linha temporal proposta para esta pesquisa envolve o ciclo de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva no Brasil e as mudanças ocorridas no panorama social e político na América do Sul desde o ano de 2003 até a conclusão de seu segundo mandato, no final de 2010. Dentro deste intervalo temos a formação da UNASUL, em 08 de Dezembro de 2004⁸, e seu processo de consolidação⁹ assim como a possibilidade de análise do avanço dessa instituição até o final do ano de 2010. Assim, estudaremos um período chave da política brasileira, ciclo no qual o governo é do Partido dos Trabalhadores (PT) que com Lula chegava ao poder, e as mudanças das estratégias políticas brasileiras para a região.

No mesmo período, podemos avaliar as mudanças ocorridas no cenário político da América do Sul, após uma fase de recessão promovida pelas políticas austeras do neoliberalismo. O crescimento de governos com enfoque voltado a questões sociais e de esquerda montaram o tabuleiro necessário para o avanço de acordos e aprofundamento em políticas multilaterais e crescimento econômico interno do subcontinente. Temos aqui a construção de um novo momento na América do Sul, com a descentralização de alinhamento político com Europa-EUA, e sua diversificação inserindo principalmente a Ásia (com papel relevante da China) e a África em acordos sem barreiras e de rápido crescimento.

⁸ Assinatura do Tratado de Cuzco, na cidade que leva o nome do documento no Peru. Tal documento criava as bases de formação da Unasul.

⁹ Processo de consolidação que no período da presidenta Dilma Rousseff (2010-2014) se enfraqueceu muito, com uma fraca cobertura da mídia brasileira, dando amostras de uma possível retomada para o ano de 2015. Esta esfera de tempo está fora da cronologia da pesquisa, mas serve para ilustrar o posicionamento político diferenciado por parte dos presidentes do Brasil no governo e sua influência e interesse na UNASUL.

Outro fator comum que foi trabalhado é a questão do tipo de inserção social, política e econômica que o Brasil, através de sua política externa, realizou no cenário sul-americano e a reação dos países vizinhos. Sob a política do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que sofre influências diretas dos interesses das grandes corporações brasileiras, é possível assim observar um modelo deturpado de construção transfronteiriça de relações. Para a Amazônia, veremos uma perversão do discurso teórico com projetos sustentáveis frente a realidade de megaprojetos devastadores e de viabilidade duvidável. Em alguns momentos o questionamento que prepondera no debate político internacional, principalmente por outros países amazônicos, é a questão da troca de domínio da influência estadunidense, pretendida através da Aliança de Livre Comércio da América (ALCA) abandonado em 2005, para o domínio de uma potência local (Brasil) com processos de interferências e interesses similares.

A literatura sobre os três aspectos propostos – sócio ambientais, econômicos e políticos (relacionados com a UNASUL e a Amazônia) – é extensa, porém relativamente pequena em termos acadêmicos, possibilitando que esta tese seja uma contribuição a um campo de estudo em construção. Também devemos ponderar quais projetos, objetivos e estratégias devem ser levados adiante, não somente na esfera da política brasileira, mas pelo conjunto dos países membros de toda a UNASUL para o benefício da sub-região que, sem dúvida, beneficiará a região.

1 – ONDE A SOCIEDADE SE INSERE NO AMBIENTE

O primeiro ponto que devemos deixar claro neste trabalho é a impossibilidade de manter uma área, como a Amazônia, plenamente desocupada em um cenário de globalização e integração regional. Este espaço é ocupado há séculos por diferentes formas, etnias e intenções e torna-se incoerente qualquer pretendido esvaziamento desta sub-região, seja por motivos preservacionistas ou protecionistas ou de mera exploração de seus recursos. Com uma área de aproximadamente 40% da América do Sul, em um momento histórico de aumento de demandas gerais e espalhamento da sociedade pelos territórios, o que deve ser feito é organizar a forma de utilizar sustentavelmente as riquezas dessa sub-região, principal foco desta parte do trabalho.

Nesta linha de estudo sobre meio socioambiental, onde o grande enfoque envolve a Amazônia e a UNASUL, foram consideradas duas abordagens, a ecoeficiência e a exploração sustentável, na tentativa de verificar a viabilidade das formas de utilização da Amazônia. Duas obras principais serão tratadas aqui para estudar as questões relativas a elas: *Nosso Futuro Comum* (1991) - *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*¹⁰ e a obra *Amazonia sin mitos* (1992), assim como o último relatório da ONU, *Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global: Povos Resilientes, Planeta Resiliente: Um futuro digno de escolha* (2012), que fornecerá suporte com estatísticas mais recentes. Como referências auxiliares usaremos dados fornecidos por banco de dados internacionais como o CIA World Factbook de 2012, o FAOStat (Food and Agriculture Organization of the United Nations Statistics Division) base de dados da ONU para alimentação e agricultura e relatórios de diferentes entidades como o Instituto Socioambiental (ISA) e o Imazon.

Um parêntese importante que deve ser colocado aqui é a relevância que o BNDES tomou ao longo da pesquisa, ao percorrer os anos de 2003 até 2010. Este será o elo de ligação central de todos os enfoques de pesquisa, pelo seu envolvimento no decorrer do período e além, cada vez mais imerso na política externa. O problema é o fato de sua importância na

¹⁰ Posteriormente ficaria conhecida pelo sobrenome da presidente da comissão e ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (Relatório Brundtland).

região ter de ser ressaltada pelo aspecto negativo de sua atuação, seja financiando o desmatamento da Amazônia, falta de liderança política e excesso de inserção econômica predatória na América do Sul como no caso das grandes construtoras que será tratado adiante, alimentando um velho fantasma da sub-hegemonia brasileira na América do Sul. Com os argumentos adiante, poder-se-á notar uma degeneração do modelo inicial de integração e o pelos interesses de crescimento transnacional de grandes oligopólios brasileiros em base a projetos na Amazônia e nos países sul-americanos.

Na Amazônia apesar de se observar alguma melhora nos índices divulgados pela FAO em seu site no mapa da fome e da miséria, devemos atentar ao aumento crescente no número de conflitos nessas regiões carentes (Baguá no Peru, Carajás e Sudoeste do Pará no Brasil, Yasuni no Equador e muitos outros), principalmente quando estão presentes recursos de grande interesse como petróleo, gás, minérios, madeiras nobres e elementos naturais utilizados em farmacologia. A falta de coordenação política entre os países que possuem a Amazônia deixa uma brecha perigosa explorada por traficantes, extratores ilegais e contrabandistas, degradando o cenário da sub-região, tornando a subsistência dos povos locais inviável e empobrecendo o meio ambiente e todo o controle climático que a floresta tropical proporciona na América do Sul.

Para nosso estudo, deve-se dar destaque ao posicionamento sociológico que aparece nessas três obras mencionadas acima. Nelas fica clara a importância do desenvolvimento social não somente como redutor da disparidade social de um país, mas também para a preservação e manutenção do ecossistema presente em dada região o que tem grande impacto social. Essas importantes obras, resultados de pesquisas sérias, mostram que condições limites de vida transformam em característica a depredação e uso marginal de recursos naturais e não o inverso. Os dois enfoques deste trabalho, ecoeficiência e exploração sustentável, levarão em conta essa característica destacada nessas obras. O grande desafio não é somente integrar a sub-região geograficamente, o que está sendo elaborado pelos países através de grandes projetos que serão discutidos adiante, mas sim englobar essa população no contexto da América do Sul, respeitando as diferenças culturais e sociais da Amazônia uma área já integrada pela natureza em nosso subcontinente antes de sua divisão conformando parte de países ou territórios. Essa população deve ser motivo de atenção primordial, como será pontuado adiante.

Os governos locais não devem tratar a Amazônia apenas como uma área de trânsito – como será analisado adiante – ou um recurso a ser explorado para se obter superávits na balança comercial, mas sim como uma riqueza de equilíbrio climático com potencial como o medicinal não contabilizado. A sociedade da sub-região precisa tomar contato e se beneficiar de um processo a qual são somente penalizados até o momento, globalizando somente os recursos e não suas perdas.

1.1 – A marginalidade indevida da população amazônica

A deterioração ambiental é agravada justamente em áreas de maiores riscos sociais, processo pelo qual a Amazônia transitou em todo o século XX, em um círculo vicioso ainda presente entre desmatamento ilegal, ocupação pecuária inadequada em larga escala e posterior abandono deixando um cenário de capoeira infértil. Vale se destacar os índices alarmantes de desmatamento e avanço da pecuária na América do Sul no período citado (principalmente no Brasil), gerando em um intervalo de poucas décadas uma redução de área florestal da ordem de quase 20% do total de toda a sub-região¹¹. Segundo Fearnside (2005), fazendas de médio e grande porte são responsáveis por cerca de 70% do desmatamento na Amazônia brasileira, além do uso irregular da madeira. Somado a isso devemos levar em conta os processos de grilagem e expulsão e/ou confronto entre latifundiários e indígenas e ribeirinhos.

Apesar desses fatores, o aumento na fiscalização e a regulamentação de algumas atividades, como certificação de origem florestal e produção de baixo impacto da pecuária por compradores externos, criou um cenário propício à redução do índice de desmatamento, principalmente nas fronteiras agrícolas. Podemos perceber isso pelos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável por monitorar o nível de desmatamento da floresta amazônica, apresentados no gráfico 01. Podemos notar uma queda sensível a partir do ano de 2004, justamente no período do governo Lula, indicando uma preocupação maior não presente antes. Apesar disso, ainda temos um fator que proporcionalmente pode representar pouco (cerca de 5 mil Km²), mas que ainda representa um sexto do território total da Bélgica.

¹¹ Dados disponíveis no site da Agência Espacial Brasileira (AEB), no projeto Prodes: <<http://www.aeb.gov.br/projeto-prodes-vigia-a-amazonia-ha-25-anos/>> . Acesso em 20 Abr. 2014.

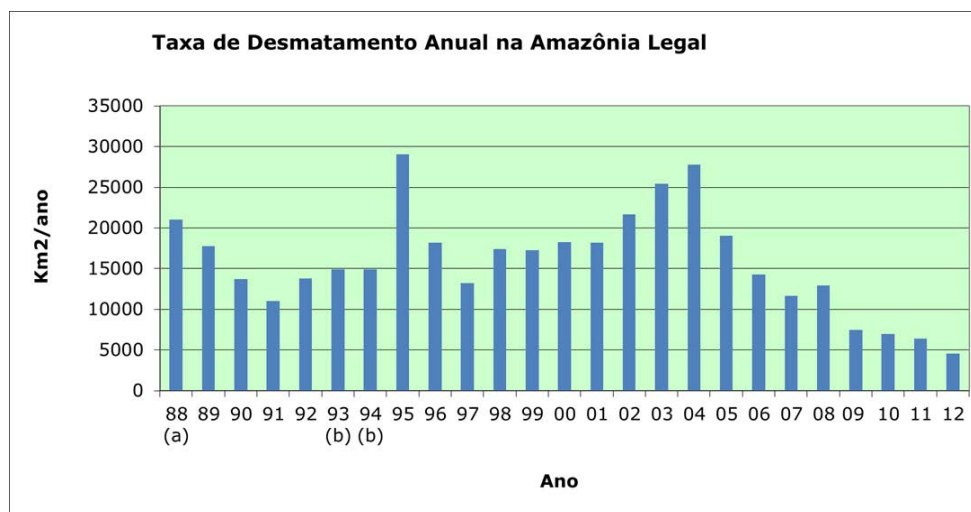


Gráfico 1: Taxa de desmatamento da Amazônia de 1988 a 2012.

Fonte: BRASIL: Projeto Prodes/INPE, 2012.

Neste ponto, o BNDES tem um fator de importância primordial como não se via desde o período da ditadura militar e seus projetos de expansão e ocupação da sub-região. A falta de direcionamento político e organizacional da entidade o transforma de herói em vilão no caso da Amazônia, financiando projetos de grande impacto ambiental e patrocinando o velho modelo de desenvolvimento ocidental. De por um lado, temos o banco investindo na Amazônia Legal brasileira cerca de R\$ 80 milhões ao ano¹² em projetos de empresas sustentáveis e cooperativas extrativistas visando à preservação do meio ambiente.

No sentido contrário, o jornal Estado de São Paulo denunciou o investimento em um grande projeto denominado “complexo carnes” coordenado pelo Ministério da Casa Civil (no período sob comando de Dilma Houssef) que investiu em grandes frigoríficos como JBS, Bertin e Marfrig na expansão da área de pasto, criando novas frentes de expansão agrícola na direção da floresta amazônica. Desde 2005, o BNDES investiu diretamente em diferentes empresas do ramo R\$ 12,5 bilhões e indiretamente através de linhas de créditos disponibilizados para todos agricultores do país mais R\$ 31 bilhões. Somente em 2009, após seguidas denúncias da ONG *Amigos da Terra*, o banco estatal exigiu que essas empresas não

¹² Dados disponíveis no site da entidade: < www.bndes.gov.br >. Acesso em 20 Abr. 2014

comprassem gado de áreas de desmatamento ilegal, no entanto a ONG avalia que este processo irregular permanece¹³.

O projeto visava alcançar o topo da produção de carne bovina mundial, porém a metodologia utilizada não foi correta e isso custou um avanço ainda maior nas áreas florestais limítrofes. Não bastasse tal problemática, foi constatado também pelo Tribunal de Contas da União (TCU) o uso de trabalho escravo em alguns lugares, penalizando a comunidade local não somente pela perda do patrimônio natural, mas também de sua dignidade e condições humanas de trabalho.

Não é necessário avançar na discussão sobre erros estratégicos do governo brasileiro na Amazônia, como pode ser constatado principalmente ao longo das décadas do século XX, porém vale uma ressalva sobre o BNDES e seus projetos, pois o fator Social de seu nome deveria priorizar as condições socioeconômicas da região e não ignorar as populações locais. Dessa forma podemos dizer que o fator S do nome é meramente simbólico e não atua diretamente nas diretrizes de investimento da entidade. Pelos últimos projetos e financiamentos realizados, inclina-se a indicar a direção do velho modelo de desenvolvimento, ou pior ainda como será tratado adiante, um *neodesenvolvimentismo* retrógrado e nocivo à sociedade.

A corrosão dessa estrutura tradicional local aponta para a fragilização da vigilância indireta exercida pelos povos e habitantes locais¹⁴ sobre os recursos naturais dessa imensa hileia. Os conflitos em territórios de proteção ambiental ou reservas indígenas estão associados a riquezas minerais e florestais presentes em determinadas áreas. Os índices de pobreza da população dessas áreas contradizem suas riquezas naturais, ao pensarmos em recursos como a prata em áreas da Bolívia, ouro e petróleo no Peru, petróleo na Colômbia e tantos outros. Nota-se uma predominância de transnacionais nessas regiões¹⁵, com baixos retornos financeiros ao local deixando também um pesado encargo ambiental residual para seus habitantes.

¹³ SOLOMON, M. BNDES ajudou a patrocinar desmatamento da Amazônia, diz TCU. Jornal Estado de São Paulo, 23 de Outubro de 2010. Acesso em 20 Abr. 2014.

¹⁴ Aqui define-se como *vigilância indireta* a qualquer forma de proteção ambiental promovido pela população local, restringindo o avanço de contrabandistas de mercadorias. *Vigilância direta* refere-se ao exército e outros agentes destinados pelo Estado para a proteção de determinadas áreas.

¹⁵ Os casos serão citados adiante, como questões envolvendo empresas diversas (Americana Exxon no Equador, americana Conduit Capital Partners e brasileira Odebrecht no Peru, canadense South American Silver na Bolívia, entre outros) em projetos de alto impacto ambiental.

Os governos de cada nação possuem uma culpa velada e submissa nestes pontos, pois sofrem pressões externas de diferentes formas em um modelo de interdependência já analisada por Furtado (1983, p. 30) em sua obra muito antes do processo de globalização. Para o autor, nunca existiu uma interdependência, e sim uma penalização das menores economias frente às maiores, sempre atuando como lastro no controle global. O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi o agente responsável por controlar o desenvolvimento e a lucratividade das grandes economias, financiadoras das regiões subdesenvolvidas a preços exorbitantes, espoliando as economias carentes para manter padrões de consumo no hemisfério norte. Muitas vezes, para compensar seus gastos e não ser penalizado no mercado internacional, os países da América do Sul se valeram de seus recursos naturais de forma predatória, a fim de obter capital de curto prazo.

Constantemente, esses países na busca de alcançar melhores índices de desenvolvimento, cumprir com seus objetivos econômicos globais, controlar conflitos internos e outros, usam dessas fontes financeiras indiretas como linhas de crédito, subordinando-se a grandes empresas (muitas de países desenvolvidos) em troca melhores garantias políticas e econômicas. Um dos casos internos e de maior preocupação aos países amazônicos é a expansão da pecuária e da agricultura em solo florestal devastado pelas madeiras ilegais. Nos anos 1970 e 80, o esforço do governo militar brasileiro em ocupar a região perpassou por esses erros, tentando capitalizar o espaço florestal, como relata Lessa (1991, p. 45):

Na época todos os grandes grupos nacionais e estrangeiros avançaram sobre a região amazônica. A Volkswagem comprou 140 mil hectares, o Bradesco outros tantos. A Tamakavy, rede de lojas do apresentador Silvio Santos, tinha um milhão de hectares. As grandes empresas de alimentação, como Sadia e Zillo, os usineiros de açúcar no Nordeste e de São Paulo, bancos como Bradesco e Bamerindus, todos se lançaram à devastação estimulada pelo dinheiro barato, sem nunca ter pensado nas consequências ecológicas, sem um estudo sequer sobre o resultado da substituição das florestas pelo pasto.

Desde a ditadura militar (1964) até agora a estrutura de ocupação da floresta pouco mudou na lógica do governo brasileiro, como foi observado no caso da pecuária e os incentivos para sua expansão. Infelizmente essa lógica do uso da floresta deitada e não em pé

ainda é a prioridade dos governos e de grandes empresas, que quase não avaliam outros bens imateriais que a floresta pode oferecer, como controle climático, captura de gás carbônico, potencial farmacêutico e outros. O estudo de Nobre & Nobre (2002), avalia o potencial de sequestro de gás carbônico pela floresta amazônica e a importância deste processo para toda a América do Sul. Iremos explorar adiante esse ponto.

No relatório elaborado pelo *Greenpeace* intitulado *Quebra de confiança: como a indústria na Amazônia continua ligada ao desmatamento, ao trabalho escravo e à invasão de terras indígenas* em 2011, para analisar o compromisso previamente assumido pelas maiores produtoras de carne bovina no Brasil (leia-se JBS-Friboi, Marfrig e Minerva, sendo a primeira líder mundial em produção de carne bovina) em anular seu expansionismo sobre solo amazônico, aponta que nenhum dos três produtores cumpriu o compromisso assinado sendo que somente a JBS o descumpriu no estado do Mato Grosso 19 vezes, além de ter invadido reserva indígena Xavante no mesmo estado, restando assim aos indígenas viver em 20% da área original a qual lhes é de direito ¹⁶. Este é apenas um exemplo entre tantos outros que poderiam ser citados.

Sempre existe um preço a se pagar para entrar no grupo de países desenvolvidos, ainda que seja um preço corrosivo e nocivo a toda estrutura geológica e social, como foi observado no Relatório Brundtland em 1987 (p. 20):

O nível atual do serviço da dívida de muitos países, sobretudo na África e na América Latina, não se coaduna com o desenvolvimento sustentável. Os devedores estão sendo instados a recorrer a excedentes comerciais para pagar o serviço de suas dívidas e, para tanto, exploram em excesso seus recursos não renováveis. São necessárias medidas urgentes para aliviar o ônus da dívida, de modo que haja uma divisão mais justa de responsabilidades e obrigações entre devedores e credores.

Este nível de discussão foi colocado em segundo plano no debate econômico internacional, quer por conta dos interesses de grandes transnacionais na matéria prima da

¹⁶ Fonte: QUEBRA de confiança: como a indústria na Amazônia continua ligada ao desmatamento, ao trabalho escravo e à invasão de terras indígenas. Relatório Greenpeace, 2011.

região, quer pela crise econômica presente nas principais economias centrais do planeta¹⁷. A ingerência interna para lidar com seus problemas e buscar soluções ampliou a pressão externa financeira e tornou a situação da América Latina agravada, criando cenários passíveis de corrupção, especulação e abandono governamental de questões sociais básicas.

Além deste ponto crucial podemos notar que as mudanças econômicas na América do Sul, apesar de desviar-se do curso demarcado das políticas neoliberais da década de 1990, trouxeram poucos avanços à sub-região amazônica apesar do enfoque na mídia internacional. A busca por menor dependência externa para financiar projetos (entre estes podemos notar a UNASUL e o BNDES inclusos) trouxe uma busca de arrecadação primária, voltando crescentemente ao modelo primário-exportador valendo-se de um momento histórico propício para a captação financeira. Apesar de utilizar os recursos, inclusive da Amazônia, para alimentar esses projetos veremos adiante que os retornos reais para a sub-região são reduzidos ou mesmo nulos, criando-se assim um novo modelo explorador sem a necessidade de domínio externo como no período colonial.

No plano social existe uma crescente consciência das populações locais que começam a defender-se desenvolvendo, por exemplo, sistemas de cooperativas entre comunidades do lugar para o uso dos recursos para obter retornos diretos, como no caso da Bolívia (cooperativas extrativistas madeireiras e agricultura familiar), no Brasil (cooperativas extrativistas em associação com ONGs nos casos do açaí, da castanha do Pará e outros, concessões florestais para uso de baixo impacto de exploração florestal), do Peru (concessões florestais para uso madeireiro e farmacêutico e cooperativas tradicionais de exploração de madeira), entre outros e com a preocupação pelas especificidades das zonas extrativistas.

Fernandéz (2006, p. 16) traz um panorama sobre o problema, onde não devemos analisar a questão como um caso generalizado para todo o subcontinente, mas sim específicos problemas que devem ser resolvidos na esfera ao qual pertence:

¹⁷ Segundo dados do Banco Mundial, enquanto a União Européia teve um crescimento médio de 2,5% no PIB por ano do período da pesquisa e Estados Unidos índice ainda pior de 2%, a América do Sul teve crescimento de quase 7%, sendo ancorado pelo fraco desempenho argentino e brasileiro. Na Comunidade Andina, este valor é maior que 8%, ficando atrás somente de poucos países como a China que com quase 10% ao ano no período ajudou a sustentar a economia global e evitar uma recessão ainda maior entre 2003 e 2010. Disponível em: USA World Bank < www.worldbank.com >.

El sujeto de la transformación de dimensión regional, que se encuentra comprendido en la noción de Pueblo tiene para cada país un contenido social diferente. Para que la integración sea desde los pueblos como tantas veces se declama, es necesario contemplar las aspiraciones reales de la sociedad de cada país, partiendo de su tradición pero considerando las variaciones culturales que ha dejado la modernidad.

Esse tipo de especificidade não é notado, ou mesmo nem desperta interesse no plano econômico diretamente, na esfera dos negócios e investimentos. Tratar sobre a construção de uma usina de beneficiamento de produtos tropicais como o açaí requereria anos de estudos sobre sua localização, área de atuação, interferência ambiental e potencial exploratório, tornando o empreendimento de baixo interesse pela incerteza do retorno financeiro. São baixos os investimentos, mas quase não são feitos por investidores públicos ou privados que inviabilizam assim um melhor retorno financeiro à sub-região. A organização de comunidades locais traz consigo maior clareza sobre as carências e necessidades para sua situação, o que se evidencia na tomada de decisões por organizar cooperativas como as já mencionadas.

Trata-se de iniciativas recentes e de retorno de médio ou longo prazo, dessa forma ainda não podem ser consideradas como índice de comparação com as explorações predatórias que normalmente conseguem investidores porque possuem retorno imediato, mas para comparação terão de ser incluídos os valores reais de cada produto, como será explicitado adiante no tópico sobre ecoeficiência. No cenário social, o impacto é notado em curto prazo, com a melhoria de condições da população local pela melhor distribuição monetária. Como exemplo, os coletores de castanha do Pará que em 2007 recebiam em média R\$ 8,00 por lata do produto que vendiam aos atravessadores passaram a receber em 2008, com o Programa Integrado da Castanha (PIC), R\$ 21,00 por cada lata¹⁸.

Deve-se notar que estamos falando de um caso, entre tantos outros, que não possui um envolvimento direto do governo nacional, contando com a organização e administração que envolve ONGs, comunidades locais e a sociedade civil. Isso traz uma mudança em projetos de temática sensíveis, no qual a má administração resulta em desastres

¹⁸ Programa Integrado da Castanha – PIC é uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, juntamente com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Criado em 2008, tem como função instruir e auxiliar comunidades extrativistas a organizar cooperativas em benefício próprio. Dados fornecidos no relatório: Costa, P. Boas práticas de coleta, armazenamento e comercialização da castanha do Brasil: capacitação e intercâmbio de experiências entre os povos da Amazônia mato-grossense com manejo de produtos florestais não-madeireiros.

socioambientais graves. Com um baixo investimento (no exemplo citado, menos de R\$ 300 mil) criou-se uma situação de mudança efetiva na microeconomia sustentável. Não temos um impacto significativo na esfera macro, mas temos uma melhoria financeira às famílias de quase 300% de remuneração, criando incentivos a manter a floresta em pé nessas e outras famílias da sub-região.

Para Tilio Neto (2009) nem sempre na ecopolítica a alternativa tomada é a melhor cientificamente, mas sim a mais cômoda para as diferentes partes. Somado a isso, temos outros entraves como o monopólio privado da terra e seu controle sobre a força de trabalho, fatores estes que sustentam um modelo latifundiário explorador e exportador de recursos (em alguns casos mesmo as populações são “exportadas” para trabalhar em diferentes áreas, especialmente indígenas), criado pelos próprios Estados na metade do século XX e que ainda está em vigor em algumas localidades¹⁹. Esses processos artificiais possuem características particulares a cada país que possui a Amazônia, o que dificulta criar soluções integradas para a região e limita ainda mais o trabalho que a OTCA poderia exercer.

Por outro lado, tal ingerência governamental abre espaço para outros atores, a intervenção ambiental ganha força na sociedade e retira parte do poder dominante do Estado, que busca poder externo para atender seus desígnios, neste caso o capital privado internacional com seus aliados internos. Nesta situação aparece o momento oportuno para o desenvolvimento de ações afirmativas independentes, tais como ONGs (Greenpeace, WWF, Amigos da Terra e outros) e cooperativas (COOPERAR no Brasil, CANDELA no Peru, GRAMEEN no Equador e outros), que não possuam qualquer vinculação com grandes empresas ou interesses particulares nacionais e internacionais. Esta é a fenda na estrutura rígida a qual a sociedade civil pode se inserir de forma determinante, desde que possua o conhecimento necessário para atuar e participar no debate.

Apesar de o GRAMEEN ser um banco internacional, este visa somente o desenvolvimento das pessoas menos favorecidas, reaplicando os baixos juros cobrados para aumentar sua disponibilidade de crédito para o consumidor, proposta elaborada por seu

¹⁹ O Brasil está repleto de exemplos sobre esses casos, desde os processos do final do século XIX de pessoas do Nordeste do país para povoarem a Amazônia brasileira, até recentemente as ondas migratórias em busca de riquezas em garimpos ilegais ou extração ilegal de madeira. A falta de população em algumas regiões abrem precedentes para esse tipo de migração. Esses assuntos serão detalhados em outros trechos da pesquisa.

fundador Muhammad Yunus em 1976²⁰. Não é uma organização regional, mas se tornou um financiador de pequenos empreendimentos em comunidades carentes do Equador e outros países menos favorecidos. Já a COOPERAR e a CANDELA são cooperativas de iniciativa local, envolvendo indígenas e população local em busca de melhores condições de produção extrativista e/ou sustentável e para facilitar as condições de créditos dos bancos. CANDELA começou suas operações em 1989 com a extração de castanha do Pará, inclusive mantendo relações diretas com extratores brasileiros do mesmo produto. A COOPERAR é uma cooperativa de moradores de regiões ribeirinhas imersos na floresta amazônica brasileira que sobrevivem somente do extrativismo e de uma agricultura ecológica às margens dos rios, sem necessidade de agrotóxicos, conservantes ou aditivos.

Essas iniciativas locais, com financiamento de baixos juros e políticas públicas que garantam sua segurança e direito de exploração frente aos interesses predatórios, ajudam na preservação da floresta e no uso sustentável da sub-região, sem a necessidade da inserção direta dos governos que geralmente acarreta obras de alto impacto e conflitos de interesses entre comunidades tradicionais e as empresas interessadas em matérias primas. É preciso fornecer as condições e os subsídios necessários, além do conhecimento técnico para assegurar as melhores oportunidades com produtos florestais extrativistas.

O acesso à informação é uma ferramenta fundamental nessa mudança do cenário sul-americano. A revolução global das telecomunicações possibilitou o acesso aos mais afastados territórios, trazendo conteúdos novos e promovendo mudanças no comportamento de modo geral. A preocupação ambiental aumentou a exigência sobre procedência dos materiais utilizados e as certificações buscam garantir essa cobrança. Ainda de modo restrito, se verificarmos as metas estipuladas pelo *Relatório Brundtland* e pelo documento *Povos Resilientes, Planeta Resiliente* teríamos que levar uma real valoração dos produtos, inserindo os custos sociais e ambientais. Os países membros da OTCA poderiam coordenar suas ações em fiscalização, incentivos fiscais e desenvolvimento de tecnologias para tornar a sub-região, por exemplo, produtora de madeira e outros produtos de forma sustentável, proporcionando também melhores condições de vida à população local, mas infelizmente nenhum dos governos que formam a OTCA está interessado nisso.

²⁰ Muhammad Yunus e o Banco Grameen foram laureados com o Prêmio Nobel da Paz em 2006 por suas ideias inovadoras sobre oferta de crédito a baixos juros para pessoas de baixa renda. O Grameen é hoje o maior banco de crédito de Bangladesh, país natal de Yunus.

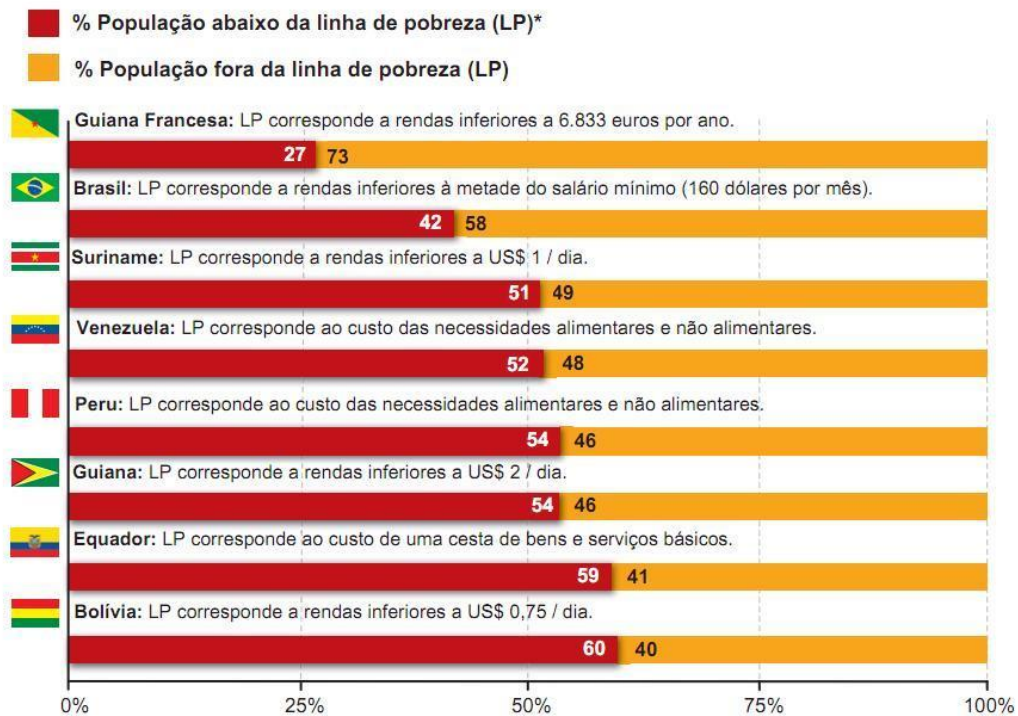
Ainda não existe uma real valorização das atividades tradicionais extrativistas, artesanais e coletoras dos povos ribeirinhos e nativos da região amazônica, que poderiam propiciar melhores condições de vida e bem estar. O que se faz necessário é uma adaptação, uma expansão de serviços básicos que são precários para os moradores de áreas afastadas e de inserção na mata. Redes de conexões hidroviárias, pequenos centros comunitários com serviços essenciais e uma rede de saneamento e fornecimento de água potável adequada a cada região supririam a maior parte das necessidades dessas populações, juntamente com uma melhor remuneração pelo trabalho que exercem não somente na extração, mas também na proteção e sustentação da floresta.

Esta é uma realidade distante ainda da UNASUL. Na Amazônia, ou seja, na área amazônica total que envolve diversos ecossistemas, vivem cerca de 34 milhões de pessoas, sendo que deste total quase 50% vivem abaixo da linha da pobreza em valor estipulado pela ONU de US\$ 1,00 por dia para cada pessoa. Em todos os países que possuem parcelas da Amazônia, esta é a sub-região que possui a maior concentração de pobreza em índices nacionais ²¹.

²¹ Fonte: RICARDO, B. Amazônia sob pressão, 2012.

Pobreza e desigualdade na Amazônia

Pobreza (ano mais recente)



* Inclui população abaixo da linha de pobreza e de pobreza extrema.

Tabela 1: Porcentagem da população amazônica entre os limiares de pobreza

Fonte: CELENTANO, D. *et. al.* A Amazônia e os objetivos de desenvolvimento do milênio, 2010.

Na tabela acima, não temos os dados sobre a Colômbia no relatório, por falta de informação oficial a ser fornecida pelos governos, segundo esclarece o autor no texto. Ele estima que os dados sejam equivalentes aos do Peru, com variações internas principalmente em função de áreas amazônicas que possuem um índice maior de pobreza em todos os países da América do Sul. O caso mais explícito sobre essa diferenciação é o da Bolívia, levando em conta que possui a maior porcentagem de pobreza entre todos os pesquisados. Nas regiões de Beni e Santa Cruz, produtoras de gado e que possuem reservas de hidrocarbonetos, esses índices estão abaixo da média, no caso de Santa Cruz é 25% da população abaixo da linha da pobreza.

Em contradição, vemos que Potosí erigida em torno da mineração e ainda grande produtora de prata e estanho, possui a maior porcentagem nacional de pessoas abaixo da linha da pobreza, com 67% do total. Além das questões geográficas e de recursos, existem fatores administrativos que auxiliaram neste problema. Apesar de ser a primeira cidade em quantidade de pessoas pobres, Potosí recebe a segunda menor porcentagem de repasse dos

royalties do gás e petróleo nacional, mantendo a estrutura social engessada ao longo das últimas décadas²².

Somente o departamento de Santa Cruz contribui com 35% do PIB da Bolívia, porém não existe o retorno à população desse lucro obtido, já que grande parte deste capital é explorado e escoado para o exterior, sem retorno à região. Um exemplo emblemático do país é o caso da mineradora Mallku Khota, subsidiária local da canadense South American Silver presente na região de Potosí desde 2006²³. O que fica retido em forma de impostos e controle de remessas de lucro ao exterior é distribuído de forma errônea e não possui investimento adequado em relação aos impactos ambientais e sociais.

Um exemplo mais direto em relação à Amazônia é o caso da Serra dos Carajás, como relatado por Ab'Saber em entrevista a Dario Luiz Borelli no *Dossiê Amazônia Brasileira I* da revista Estudos Avançados de 2005, onde o geógrafo explica o processo degenerativo da região (área amazônica nativa) devastada ao longo dos anos por uma exploração irregular em uma parceria funesta entre os governos brasileiro e de outros países (com especial destaque à estadunidense United States Steel, detentora de 70% da primeira mina em Carajás) em busca dos minérios presentes, entre eles ferro, manganês, estanho, alumínio, cobre, zinco, ouro e outros. Somado a isso, temos a exploração irregular madeireira de toda a trajetória da Rodovia PA-150, que liga o sul do Estado do Pará ao porto de Vila do Conde onde, com suas ramificações, trouxe um processo de assentamento predatório e irregular²⁴.

A presença de capital externo traz uma elevada captação financeira para os governos da região, porém a população está distante do acesso a esse dinheiro, beneficiando dessa forma a estrutura do Estado sem o retorno social necessário. Essa questão pode ser extrapolada para outros países como Colômbia, Equador e Peru no caso do petróleo e do gás natural; Brasil, Bolívia, Colômbia e Peru no caso da extração florestal e todos os países da região nas questões biotecnológica e extrativista. Surge então um cenário de exploração

²² ARAUCO, V. P. O desafio urgente: atuar diante da assimetria departamental. Bolívia: PNUD, 2009.

²³ Segundo a reportagem da Revista Forum de 18/10/2012, a empresa pretendia explorar prata e ouro em uma região de reserva de uso comunitário, valendo-se do uso indiscriminado de 3 lagoas locais que possuem água cristalina, gerando um conflito aberto com a comunidade local, pela agressão ambiental, falta de retorno econômico local e uso de mão de obra com salários defasados. Em 11 de Julho de 2012 a concessão foi retirada da empresa. In: AMORIM, L. O potencial explosivo da mineração na Bolívia. Revista Forum, 18 de Out. de 2012.

²⁴ AB'SÁBER, A.: problemas da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados* [online]. 2005, vol.19, n.53, pp. 7-35. ISSN 0103-4014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100002> >. Acesso em: 20 Nov. 2013.

predatória com pouca distribuição e também com privação, pois quase exclui os habitantes destes locais da participação da renda assim como veta a estes o uso dos recursos florestais para sua sobrevivência.

Trata-se de um processo de cercamento, similar ao ocorrido na Europa no período da industrialização, com a exceção de que na Amazônia a expulsão dessa população local não será incorporada como mão de obra nas cidades, mas sim marginalizada. A invasão orientada pelo capital (nacional e internacional) do território amazônico parte de diferentes frentes, como a pecuária, a mineração, a exploração de petróleo, a extração irregular de madeira e a biopirataria. Essa expropriação, em grande parte ilegal e danosa, ocorre com conivência dos próprios governos, sob a perspectiva de defender interesses maiores da economia sem contabilizar o impacto direto final que acarretará sobre toda a sociedade, uma analogia deturpada às expropriações de mais-valia, neste caso regulamentada pelo Estado. Mais-valia absoluta por se valer da mão de obra barata do local aumentando as margens de lucro das empresas e mais-valia relativa ao introduzir novos processos de exploração mecanizada, o que aumenta a reserva de mão de obra e reduz ainda mais os valores salariais, ao pior modelo imaginável da definição de Marx (2013).

As grandes empresas nacionais e internacionais exploradoras de recursos naturais, (entre as quais estão empresas brasileiras de grande capital como a Petrobras) buscam oportunidades em territórios pouco explorados, raros na atualidade. Regiões como Camisea no Peru, Yasuni no Equador e Caño Limón na Colômbia, envolvendo no processo reservas indígenas, áreas de proteção ambiental e conflitos diretos (com nativos e populações tradicionais) e indiretos (como no caso da Colômbia com guerrilhas como as FARC). Somado a isso, podemos contabilizar perdas substanciais na questão ambiental, com poluição de rios e áreas florestais, desmatamento, processos de desertificação entre outros.

Na região de Camisea no Peru, o potencial das reservas de gás natural atraiu investimentos estadunidenses da Conduit Capital Partners, LLC e também da peruana Kuntur Transportadora de Gas S.A.C. empresa posteriormente adquirida pela Odebrecht Peru com a maioria das ações (51%) onde, podemos dizer, que a inserção é uma iniciativa brasileira pelo direcionamento das políticas da Odebrecht de expansão de seu patrimônio na América do Sul

²⁵. Em Caño Limón na Colômbia, temos a Occidental de Colombia Inc., subsidiária da Occidental Petroleum dos EUA, em um campo petrolífero que representa 25% de toda a produção colombiana ²⁶. Usando representantes locais as empresas de capital externo se inserem na região para explorar os recursos que necessitam tentando assim manter sua imagem intacta no caso de problemas próximo ao que sempre foi realizado em nosso subcontinente.

Lessa (1991, p. 45) demonstra em sua pesquisa que esses interesses externos não são recentes e nem sempre estiveram ligados a projetos de baixo impacto ou preservação como está em voga na política internacional atual, como já citado anteriormente no texto. Vale um enfoque no trecho citado, presente na última linha “*..sem um estudo sequer sobre o resultado da substituição das florestas pelo pasto*”. Este era uma espécie de investimento pecuário que as empresas, das mais diversas linhas, empregavam durante as décadas de 1970 e 1980, com incentivo governamental brasileiro. Este é o panorama que possibilitou a expansão agropecuária pela região amazônica aos níveis presentes, responsáveis por uma redução de cerca de 20% da área florestal da sub-região somente no Brasil. Ou como o autor relata mais adiante (1991, p. 49) “*O próprio contrato obrigava o agricultor a desmatar 20% da floresta nos dois primeiros anos, para conseguir a posse definitiva da terra.*” Essa é a brecha legal criada no passado que ainda encontra validade na sub-região, na forma de grilagem e ocupação irregular da terra. Não é somente o erro da pecuária, mas também o uso inadequado de recursos como energia hidroelétrica, madeiras, piscicultura, extrativismo e outros.

Um caso emblemático na atualidade, apesar de ser um debate desde a década de 1970, é a usina de Belo Monte, com seu potencial de produção atrativo para o mercado consumidor no Centro-Sul do país, porém deixando o ônus para a população da região Norte. Para Fearnside (2009), os prejuízos ambientais serão enormes em longo prazo, seja no alagamento de grande área florestal e mudanças no ecossistema ou pela produção massiva de gases de efeito estufa produzida pela floresta alagada. Amayo (2009) cita alternativas que supririam essa demanda energética com menores impactos usando as áreas de decline andinas, porém outros fatores não cogitam tal possibilidade, entre eles podemos citar aspectos

²⁵ GARCIA, E. Odebrecht concretó la compra de Kuntur para el gasoducto del sur. Revista Gestión, 25 Abr. 2011.

²⁶ COLÔMBIA. Ministerio de Minas y Energía. Dirección de hidrocarburos, Sistema de Información Energética. **Producción Fiscalizada de Petróleo por Empresa (barriles por día calendario-BPDC).**

financeiros de grandes empresas como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Côrrea, OAS e outras.

Essas distorções afastam cada vez mais a região amazônica do restante da nação a qual pertence, criando ilhas de habitação em grandes cidades – sendo estas inspiradas em modelos ocidentais e claramente inadequadas ao clima e necessidades locais – deslocadas do ambiente no qual estão inseridas. Assim como a questão social está quase sempre deslocada do aspecto político e econômico na América do Sul, a Amazônia está afastada do resto do território nacional dos países a que pertencem. A correção deste distanciamento seria o caminho mais seguro e coeso para a unificação da UNASUL como um grupo ordenado e realmente funcional com uma nova perspectiva política, social, econômica e ambiental para se inserir no panorama global. As dificuldades aumentam com a crise institucional instalada tanto no MERCOSUL como na CAN.

Se fizermos um levantamento econômico simples, apenas para ilustrar a direção política de todos os países amazônicos, veremos que os investimentos voltados para a preservação da região são muito menores do que os investimentos em exploração de matérias primas e os danos decorrentes quer pela falta de adaptabilidade a especificidades de diferentes pontos da floresta ou mesmo pela omissão de fiscalização na exploração predatória. Grande parte de suas riquezas presentes continuam em fuga da sub-região, sem beneficiar a população nativa ou ribeirinha e sem propiciar melhorias nos seus locais, os mais carentes de todas as nações sul americanas, apesar de sua população geralmente formar o real “exército” de vigilância e combate à exploração ilegal.

Para o real avanço da sub-região devemos levar em conta a necessidade de integrar os ambientes e conseqüentemente os recursos disponíveis nos diferentes países, sem essa coordenação torna-se impossível viabilizar o uso real, porém preservacionista do potencial da Amazônia. Isso demanda grandes investimentos, formação local de pesquisadores em áreas estratégicas, envolvimento das comunidades locais no processo, preservação do meio ambiente, mas acima de tudo, a coordenação de todos os membros através da OTCA em um objetivo comum, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade o que infelizmente hoje está longe de ser uma realidade. A seguir, poderemos explorar melhor algumas estratégias possíveis e os impactos decorrentes para toda a estrutura local.

1.2 – Ecoeficiência e sustentabilidade

A ecoeficiência, na definição utilizada e formulada pela World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), trata da relação do consumo de recursos naturais e economia de recursos financeiros, buscando a redução no uso de matérias primas em busca de economia na produção aliada à preservação do meio ambiente. Para pesquisar a ecoeficiência foi utilizada, como ficará evidente adiante, uma bibliografia composta por livros e documentos oficiais, além de notícias de jornais e revistas. O mesmo foi feito para tratar da exploração sustentável que deveria ser feita na utilização de recursos primários (madeira, plantas, resinas e outros produtos existentes na floresta amazônica como hidrocarbonetos, recursos hidráulicos, etc.) de forma a não degradar as condições de vida da população assim como seu ambiente ²⁷.

O termo ecoeficiência foi lançado pela primeira vez na cúpula sobre meio ambiente no Rio de Janeiro em 1992, que ficou popularmente conhecida por Eco-92, pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) (Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável), através do livro *Changing Course*, elaborado com o intuito de ser divulgado na própria conferência²⁸. Trata-se de uma prerrogativa empresarial, pragmática e de alto impacto, com o intuito primaz do uso de recursos de forma mais eficiente, dessa forma valendo-se de menos matéria-prima para gerar produtos melhores, porém sem tratar diretamente dos impactos sociais que decorrem no processo.

A conceituação perpassa diretamente sobre o aspecto econômico como principal motivador da ação, na busca de melhorar o aproveitamento de material na busca de maiores lucros e menores custos. Porém, trata-se também de um movimento indireto em iniciativas sociais, no qual as grandes empresas buscam se adaptar e melhorar sua imagem e a de seus produtos para os consumidores, cada vez mais sensibilizados sobre o meio ambiente. A questão do reflexo positivo não advém diretamente de ações do mundo empresarial em relação ao trabalhador, e sim como uma cobrança do consumidor para um produto mais adequado e de menor impacto. Foram necessárias mudanças na cadeia produtiva que beneficiaram o trabalhador, porém sem que isso fosse uma prioridade do mundo empresarial.

²⁷ PORTUGAL: WBCSD. A ecoeficiência: criar mais valor com menos impacto. 2000.

²⁸ SCHMIDHEIMY, S. *Changing Course: a global business perspective of development and the environment*. 1992.

Existem sete elementos básicos colocados como metas a serem atingidas pelas empresas: Reduzir o consumo de materiais com bens e serviços; Reduzir o consumo de energia com bens e serviços; Reduzir a dispersão de substâncias tóxicas; Intensificar a reciclagem de materiais; Maximizar o uso sustentável dos recursos naturais; Prolongar a durabilidade dos produtos; Agregar valor aos bens e serviços. Apesar de não especificar a metodologia e tecnologia necessárias para cada tópico, devemos ressaltar a importância desses pontos para o meio ambiente ²⁹.

A necessidade de preservar e explorar esses recursos é fundamental, principalmente após a década de 1990, onde a crescente preocupação da sociedade com a preservação foi criando um mercado consumidor exigente com as empresas em relação a origem de seus produtos. Esse tipo de valoração torna-se benéfico ao meio ambiente e o nível de conhecimento da sociedade sobre a questão torna-se mais amplo. Isso abriu espaço para normatizações e padronizações que visam preservar a natureza, como pode ser notado no caso do ISO 14001 (International Standardization Organization), da FSC (Forest Stewardship Council), da CerFlor (Certificação Florestal), entre outros.

Por outro lado, nos sete pontos colocados como primordiais pelos relatórios corporativos como os citados acima, não há uma relação direta entre o empresariado e os trabalhadores destes setores – quer seja melhorias nas condições de trabalho, qualificação para uso e/ou extração responsável dos recursos, bonificações devidas pelo trabalho requerido, ambiente de trabalho que cumpram as normas exigidas, entre outros – traz uma perspectiva sem preocupação com o meio ambiente. Ou seja, trata-se de uma capitalização adaptada para exploração legalizada e autorizada com regulamentação teórica sobre proteção ambiental, distante da ecoeficiência que deveria estar em funcionamento. Mais uma vez, vemos aqui um enfoque similar ao que Marx (2013) e posteriormente Harvey (1994) definiram como mais-valia, neste caso uma mais-valia relativa pela tecnicização dos processos.

O grande enfoque da ecoeficiência volta-se ao cenário econômico, com impactos secundários sobre outros assuntos, o principal sendo o meio ambiente. A redução de uso de matéria-prima deriva diretamente sobre os custos de produção, antes de incidir sobre políticas ambientais, um refinamento da mais-valia na cadeia produtiva onde o trabalho depende em

²⁹ SCHMIDHEINY, S. Mercados financeiros e ecoeficiência. In: Financiando a mudança. Zurique: Universidade da Confederação Helvética, 1996.

partes da produtividade física do capital, em uma livre interpretação de Marx (2013). O que se observa é um avanço técnico sobre o modelo de desenvolvimento convencional, que pode ser utilizado com certa reserva sobre ambientes sensíveis, como o da Amazônia.

A questão sobre sustentabilidade está diretamente ligada aos recursos presentes em cada área amazônica específica e o interesse econômico global. Portanto, a possibilidade de proteger áreas florestais em alguns lugares do Brasil pode ser diferente e não se adequar à situação de Peru ou Equador, o que poderia estar ligado a questões estratégicas de governos e transnacionais e/ou empresas locais de grande aporte financeiro. Uma coordenação central, como deveria ser a principal função de uma entidade como a OTCA, poderia direcionar melhor investimentos compartilhados para setores específicos, organizar a proteção e compartilhar lucros e perdas entre todos os países membros.

A Baixa Amazônia – e toda a Amazônia brasileira é Baixa – possui seus maiores recursos na superfície da floresta, madeiras, bioma, resinas e uso do território para criação de gado extensivo, entre outros, que traz grande impacto na estrutura florestal, além de criar problemáticas com posse de terras por grileiros e corporações inescrupulosas. Esta é uma agressão visível, ainda que difícil de ser fiscalizada e detectada no cotidiano, porém que recuou de forma significativa no caso brasileiro nos últimos anos, onde os índices de desmatamento foram reduzidos em até 80% em 2011 em relação das médias anteriores anuais. No primeiro semestre de 2013 infelizmente voltaram a crescer em uma taxa de 28%, notando-se uma falta efetiva de patrulhamento e fiscalização³⁰ e que continua em 2014.

Na Alta Amazônia (parte da Amazônia dos países andinos que também possuem Baixa Amazônia) a agressão ocorre também na superfície com os mesmos problemas relatados anteriormente, mas frequentemente com o agravante de ali se encontrar grandes reservas de petróleo ou gás natural, principalmente em regiões específicas da Colômbia (Amazônia Colombiana), do Equador (Yasuní) e do Peru (Camisea), e também a presença de minérios abaixo da floresta, como ouro, prata, alumínio, ferro, manganês e cobre entre outros. As pressões para a utilização destes recursos partem de diversos pontos, envolvendo o próprio governo de cada país, grandes corporações e grupos sociais que se beneficiam deste comércio.

Coloquemos como exemplo o petróleo, recurso de grande demanda. Em alguns países os dados demonstram a gravidade da utilização do petróleo, onde o recurso se encontra

³⁰ HARGRAVE, J. Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), 2013.

abaixo da floresta amazônica em lotes designados por estudos geológicos que definem diferentes biomas por região, como pode ser visto na tabela abaixo:

Quantidade e superfície dos lotes petrolíferos na Amazônia, por país			
País	Nº de lotes de exploração	Superfície dos lotes (Km²)	% da superfície dos lotes pela área total amazônica
Peru	92	659.937	84
Colômbia	102	193.414	40
Equador	14	24.957	21
Bolívia	55	73.215	15
Brasil	55	127.862	3
Venezuela	9	3.319	1
Guyana	0	---	---
Guyana francesa	0	---	---
Suriname	0	---	---
TOTAL	327	1.082.704	15

Tabela 2: Lotes petrolíferos presentes em cada país na região amazônica.
Fonte: RICARDO, B. Amazônia sob pressão (2012). Op. cit.

Nota-se o comprometimento à Amazônia principalmente nos casos de Peru e Colômbia, apesar da redução de importação dos Estados Unidos por uso do gás de xisto, onde possíveis desastres na extração destes recursos terão impactos irreversíveis. Por outro lado, é um recurso econômico essencial para o alavancamento no cenário mundial. O gás de xisto já é uma realidade nos Estados Unidos, mas ainda é uma incerteza problematizada pela maioria dos países e com impactos ainda indefinidos, o que por enquanto impede uma rivalização com o tradicional gás natural. No Peru, gás natural de Camisea (na Amazônia) e minérios (presentes nas regiões montanhosas dos Andes) representam as maiores exportações do país, assim como também os maiores valores totais em dólares (cerca de 30% do total)³¹. Os

³¹ Dados fornecidos pelo The 2012 World Factbook. USA, CIA, 2012.

governos não podem abrir mão desse orçamento, porém uma maior fiscalização e regulação do funcionamento destas explorações diminuiriam os riscos de acidentes ambientais.

No dia 5 de Junho de 2009, em Baguá no Peru (que posteriormente ficaria conhecido mundialmente como o Massacre de Baguá), elevou-se o conflito entre governo e população na exploração de recursos primários na floresta amazônica, promovendo de forma agressiva a participação deste modelo predatório. Após uma série de mudanças na política de uso da terra, principalmente em territórios indígenas e reservas de proteção ambiental, causando o levante de populações nativas. Com um aparato policial ostensivo, o então presidente peruano Alan García ordenou a dispersão da multidão da área, o que resultou em mais de 25 mortos indígenas, por dados oficiais³². Para defensores dos direitos dos indígenas e entidades como a ONG estadunidense Amazon Watch, este número é muito maior e a polícia teria retirado corpos de vítimas do local, levando-os nos veículos ou jogando-os no rio Marañon.

Após esse evento, houve uma queda na popularidade do partido Aprista de Alan Garcia o que resultou em derrota nas urnas. Apesar disso e da entrada de Ollanta Humala no cargo (de identificação com a esquerda política peruana), as investidas aos recursos da floresta não cessaram, somente tomaram caminhos diferentes. Às vésperas da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (Lima COP20) em Dezembro de 2014, criou-se pelo governo peruano uma lei para favorecer quem explora e não quem preserva a Amazônia, incluindo entre as medidas redução de multas para danos ambientais, exigência de estudos de impactos ambientais serem apresentados no máximo 45 dias depois de solicitados entre outros, fragilizando assim ainda mais o Ministério do Meio Ambiente do Peru³³.

Essa prática não é exclusiva do Peru, mas comum a todos os países que possuem parcela da Amazônia. No dia 26/06/09 no Brasil foi aprovada e sancionada a lei N° 11952 que visa legitimar a posse de terra para pessoas jurídicas, ocupantes indiretos e proprietários de outros imóveis, ficando essa conhecida como a medida provisória dos grileiros. Trata-se de um retrocesso nas leis ambientais, pois de forma indireta permite contornos e brechas legais

³² ROMERO, S. Fatal Clashes Erupt in Peru at Roadblock. The New York Times, 5 Jun. 2009.

³³ HANCE, J. Peru slashes environmental protections to attract more mining and fossil fuel investment. Mongabay.com, 23 Jul. 2014.

que garantem a manutenção de grandes propriedades na região amazônica, que poderá ser posteriormente vendida para uso na pecuária ou de exploração predatória ³⁴.

No Equador, comunidades locais e a poderosa Chevron (empresa detentora da marca Texaco) vivem um embate judicial desde 2011, quando a empresa foi responsabilizada por derramarem 70 milhões de litros de água tóxica em uma única descarga e bombear gradualmente outros 70 milhões de toxinas ao ecossistema amazônico, em torno da jazida de Lago Agrio. Pelo tribunal equatoriano, a empresa foi condenada a pagar US\$ 18 bilhões pelos danos, porém recorreram à corte estadunidense na tentativa de alongar o processo e diminuir a pressão imposta pelos habitantes locais. Este caso denota a irresponsabilidade das empresas exploradoras no antigo modelo e ainda presentes em território amazônico, colocando em risco todo o ecossistema local ³⁵. Não existe um desfecho a este caso, que tramita em diferentes cortes estadunidenses, retardando o julgamento da empresa ainda em 2014.

O caso da mineração também é de extrema preocupação, pois as áreas de interesse representam 21% de todo o território amazônico³⁶. Em alguns países a exploração está acima desta média geral, como no caso do Brasil (27%) e da Guiana (67,5%). Além disso, as estimativas de pesquisa de exploração do Equador o levarão em breve a entrar nesta lista de super exploração mineral, superando até mesmo a exploração de petróleo existente na atualidade. O nível de impacto da mineração, principalmente no sistema hídrico da Amazônia, é muito alto, agravando situações de assoreamento, lixiviação e desertificação, além de mudança de curso do leito dos rios e o uso massivo de água na exploração e processamento dos minerais ³⁷.

Isso levanta outro problema, o caso de exploração de forma ilegal de recursos minerais. Em torno de 15% de todo território existente em áreas de preservação ambiental possuem riquezas minerais, porém sem a permissão de exploração. Cria-se então o cenário favorável à grilagem e especulação, assim como de violência e conflito entre os usurpadores e os nativos e ribeirinhos presentes na área. A falta de fiscalização permite que tais invasões, com suporte de forte armamento obtido pelo tráfico fronteiriço, permitem exercer domínio

³⁴ LULA sanciona MP da grilagem. Instituto Socioambiental: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2917>. Acesso em 17 de Junho de 2009.

³⁵ OAKFORD, S. Chevron fights Amazon Pollution Verdict in US Court. Inter Press Agency. 15/10/2013.

³⁶ RICARDO, B. Amazônia sob pressão (2012). Op. cit.

³⁷ O arbusto de coca é natural da Alta Amazônia e sua produção ilegal é feita por traficantes de drogas nos países andinos, gerando um impacto devastador em terras e águas talvez piores que o ocasionado pelo processamento de minerais. Este tema, porém, por sua complexidade, não será tratado nesta pesquisa.

sobre os habitantes locais e a obtenção de recursos sem controle, criando ainda mais impactos à natureza ³⁸. Lessa (1991, p. 63) coloca que na década de 1980 o ouro era o *motor econômico* da Amazônia brasileira, movimentando mais de R\$ 1 bilhão na economia informal da região, o que não permitia o recolhimento de tributos pelo governo brasileiro, em um outro exemplo de evasão de divisas.

São problemas presentes em todos os países, todas as fronteiras e, evidentemente, na sub-região amazônica. Tráfico de drogas, contrabando de armas, uso ilegal de recursos, exploração predatória, imigração irregular e conflitos sociais pela terra são temas comuns da agenda política sul-americana e deveriam ser tratados de forma uníssona entre todos os governos, o que infelizmente não acontece por razões que tentaremos explicar depois. Neste ponto, devemos destacar a urgência de colocar em pleno funcionamento o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), oficializado em 2008 em Salvador (Brasil). A questão política fronteiriça e o campo de atuação das forças de combate de cada país devem ser revistos e coordenados, o que possibilitaria a criação de uma força-tarefa para atuação em toda a sub-região amazônica e possível melhoria na repressão e proteção.

A grande contradição reside justamente na problemática comum presente em diferentes áreas da Amazônia, por possuírem recursos similares em diferentes proporções. Em uma lógica de estratégia para intervir a primeira ideia seria unificar forças para combater os problemas, porém é preciso lidar com questões que envolvem a política e a corrupção específicas de cada localidade, os interesses pessoais presentes e as riquezas que estão em jogo. Para ilustrar o cenário, na década de 1980 a produção de cocaína na Colômbia gerou um lucro anual de US\$ 13,8 bilhões, montante suficiente para liquidar a dívida externa do país no período, o que demonstra o poder de enfrentamento que as FARC possuem em relação ao governo ainda nos dias de hoje ³⁹. Devemos somar a isso exploração irregular de madeira, contrabando de armas, trabalho escravo e tráfico humano, grilagem, mineração clandestina e outros tantos. Esse era o campo no qual a OTCA deveria atuar, em coordenação com o CDS dentro das estruturas transnacionais da UNASUL, em um debate político horizontal e voltado para a integração regional e aproximar a população amazônica da condição de cidadãos.

³⁸ RICARDO, B. Amazônia sob pressão (2012). Op. Cit.

³⁹ RODRIGUEZ, R. V. Os primórdios da guerra do narcotráfico na Colômbia, 2003.

Existem projetos inovadores e de pesquisa na sub-região, a citar como exemplo: o Centro de Biotecnologia da Amazônia e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia no Brasil, Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana no Peru e o Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas Sinchi na Colômbia. Além disso, temos a atuação de ONGs que buscam melhorar as condições de vida da população local. Mas não há uma coordenação de projetos comuns a toda Amazônia, o que dificulta a preservação e utilização de seu potencial. Análises de ecoeficiência demonstram a possibilidade de exploração sustentável e de baixo impacto ambiental em diferentes atividades, porém a fiscalização e o incentivo dos governos são fundamentais, e neste ponto a OTCA poderia intervir positivamente.

Apesar dos baixos investimentos, ONGs, universidades, cooperativas e institutos de pesquisa buscam desenvolver metodologias em pequenas comunidades, principalmente na área extrativista como a castanha do Pará e o babaçu. Ações pontuais que necessitam de poucos recursos e trazem melhorias efetivas na qualidade de vida da população, ainda sim distante do ideal e do que os governos deveriam suprir. Não existem linhas de crédito para financiar essas mudanças estruturais, outro reflexo do distanciamento do Estado na sub-região, não exclusivo do Brasil. A OTCA deveria atuar de forma direta sobre a Amazônia nessa busca de melhorias, porém não está aparelhada efetivamente de ação jurídica ou financeira para tal.

O processo de ingerência da OTCA e a falta de articulação da entidade geram não somente constrangimento, como também a necessidade dos países em criar vias alternativas na busca de atuar em comum sobre o espaço amazônico. Em Agosto de 2008, através do decreto 6527/08 o governo brasileiro criava o Fundo Amazônia, com o objetivo de investir em pesquisa, vigilância e proteção da Amazônia Legal brasileira. Este era um fundo de captação administrado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que buscava investimento externo para preservar o espaço florestal sub-regional da América do Sul. O próprio banco estatal investiria parcelas de sua carteira financeira no fundo, porém a maior parte dos recursos seriam externos, como pode ser visto no site da entidade.⁴⁰

Em relatório de Janeiro de 2014, podemos observar que os maiores doadores são o Governo da Noruega, o Governo da Alemanha e a Petrobrás, sendo que somente o primeiro

⁴⁰ BRASIL. Decreto N. 6527 de 1 de Agosto de 2008. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. op. cit.

responde por quase 70% das doações à entidade. Em 2010, a carteira de investimentos do Fundo Amazônia Brasileira era de cerca de R\$ 1 bilhão para projetos diversos, porém somente metade desta parte foi destinada a empresas com trabalhos aprovados ou contratados (39 projetos), o restante ficando destinado a projetos futuros (32 projetos), colocados como “em perspectiva”.

No relatório do final de 2011, referente ao mesmo ano corrente, vemos uma similaridade perturbadora nos dados da entidade, podemos notar uma captação quase análoga (em torno de R\$ 1 bilhão), onde metade é destinado a 49 projetos a serem implementados e o restante a 21 projetos em perspectiva, dados praticamente espelhados do relatório anterior.⁴¹ Se estes valores são destinados exclusivamente a projetos sustentáveis para a sub-região amazônica, onde estão empregados estes valores de projetos em perspectiva que não são implementados nos anos decorrentes? Essa progressão pode ser notada nos relatórios posteriores, com um ligeiro aumento de projetos para o ano de 2014, talvez por influência do ano eleitoral.

Esta falta de controle financeiro proveniente do BNDES pode ser um reflexo de uma entidade não especializada com a circunstância particular do desenvolvimento sustentável, papel que deveria ser prioridade da OTCA em articulação com os demais países que possuem parcelas da Amazônia, e não uma iniciativa parcial e direta do Brasil sobrepujando a entidade transnacional. Esse tipo de atuação impositiva da política brasileira traz um entrave para o crescimento do debate multilateral na América do Sul e, por conseguinte, um retardamento para os avanços pretendidos pela UNASUL.

Com um orçamento de US\$ 2,07 milhões ao ano⁴², o orçamento total da OTCA representa pouco mais de 2% dos recursos captados pelo Fundo Amazônia administrado pelo BNDES e com investimentos direcionados pelo governo brasileiro. Com capital financeiro equivalente ao Fundo Amazônia administradas diretamente por um órgão multilateral bem coordenado como deveria ser a OTCA, seria notável a melhoria no funcionamento pois na atualidade a maioria do seu magro orçamento é comprometido com sua folha salarial, impossibilitada assim de organizar projetos de benefício mútuo a todas as áreas da

⁴¹ BNDES. Fundo Amazônia. Informe de carteira Janeiro de 2014.

⁴²OTCA. Demonstração de Superávit anos de 2008 e 2009. Disponível em: <
http://otca.info/portal/admin/_upload/transparencia/Planilha_OTCA2008-2009-demostrativo-superavit.pdf >.
Acesso em 11 Set. 2012.

Amazônia⁴³. Fator este que também gera desconfiança dos demais países frente o Brasil, já que tal captação financeira exterior poderia beneficiar todos os países membros da OTCA e não somente o maior país da América do Sul e com maior aporte financeiro para investimentos.

Existe uma falta de inovação em políticas públicas comuns visando à proteção, preservação e utilização dos recursos florestais na América do Sul, além da ausência de incorporação de custos sociais e ambientais na regulamentação e precificação de produtos e serviços oriundos desses ambientes, como aponta o relatório *Povos Resilientes, Planeta Resiliente* de 2012⁴⁴. O avanço do cenário político da UNASUL, caso aconteça, poderia facilitar essa articulação, desde que instituído de forma horizontal permitindo assim o debate dos problemas existentes entre os países da região igualmente. Até o momento isso não acontece o que poderia ser uma razão importante para explicar a não existência de políticas comuns para a sub-região amazônica.

Temos então uma problemática comum a todos os membros da OTCA que possuem frações de floresta amazônica, precisando ser reorientada em termos de potencial, impactos e retorno social em cada caso. As necessidades externas são enormes, principalmente da Ásia (em especial a China) que no momento demanda enormes quantidades de matérias primas como petróleo, gás natural e minérios (além de carne, soja, etc.). Mudanças devem ser implementadas de forma crescente na esfera subcontinental, como orçamento adequado à OTCA, para permitir um debate livre no seu interior para que reformas no tema ambiental permitam normatizações que possibilitem a proteção e utilização racional de cada um dos recursos amazônicos.

Dentro desta discussão, a mescla entre dois tópicos deste capítulo, o sócioambiental e a ecoeficiência, podem ajudar a elucidar como a exploração sustentável pode se tornar rentável sem entrar em conflito com as sociedades tradicionais e com baixo impacto na natureza. A grande problemática para o investimento nesses modelos é o tempo de retorno, muito maior que projetos de uso predatório, porém com maior durabilidade de recursos possibilitando a recuperação do meio ambiente após a extração realizada. Projetos como as

⁴³ Se considermos a divisão proporcional deste valor pela área amazônica, poderemos ver o quão insignificante são essas cifras da OTCA. Isso representa menos de US\$ 0,12 por Km² para ser investido, sem levar em conta o gasto com a folha salarial, restando praticamente nada a ser investido.

⁴⁴ Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global. 2012. Op.cit.

cooperativas locais e pequenos empreendimentos já citados ou que serão explicitados adiante, coordenados em esfera transnacional seja através da OTCA ou da UNASUL trariam uma consolidação à proteção ambiental e retorno direto para a sub-região, melhorando as condições sociais e garantindo a manutenção das florestas.

Como o próprio relatório da WBCSD⁴⁵ (2000, p. 12) coloca:

Melhorar a ecoeficiência não conduz automaticamente à sustentabilidade. Melhorar simplesmente em termos relativos (valor por impacto) pode ainda significar um aumento geral do impacto das atividades e criar danos inaceitáveis ou prejuízos irreversíveis.

Neste sentido, pode-se informar que o simples acréscimo do custo da exploração nos produtos não produz medidas preventivas ou de baixo impacto sobre o ecossistema, como alguns autores defendem. Traz sim um retorno direto ao investidor, pelo aumento de custos em toda a cadeia de produção, porém não há garantias de retorno favorável ao ambiente e à população da região. Nos casos de exploração de madeira é importante a extração selecionada de baixo impacto e posteriormente o replantio destas árvores. Cria-se uma cadeia de retorno a longo prazo, condizendo com a necessidade de concessões florestais de longo prazo, desde que fiscalizadas e normatizadas.

Em relatório elaborado por especialistas e disposto na obra *Amazonia sin mitos* (1992) existe uma pequena demonstração do potencial a serem explorados em diversos aspectos, como o extrativismo (borracha, castanha, cupuaçu, etc.), recursos hidrobiológicos (peixes e seres marinhos), manejo da fauna (caça e material genético) e exploração florestal sustentável, entre outros. Após mais de 20 anos dessa publicação nota-se que pouco mudou no uso desses recursos, que poderiam gerar lucros para reinvestimento na própria região.

Outras captações financeiras, de baixo impacto ambiental poderiam ser exploradas, como o Ecoturismo, artesanato, mercado de carbono e outros, denominados em termos jurídicos de Bens e Serviços Ambientais (BSA). Segundo Correa (2013), o potencial deste mercado foi avaliado no ano da publicação em US\$ 690 bilhões em todo o mundo, podendo

45 PORTUGAL: WBCSD. Ecoeficiência: criar mais valor com menos impacto, 2000.

alcançar US\$ 1,9 trilhão em 2020 ⁴⁶. Ainda segundo o autor, não existe um marco regulatório internacional que permita criar um mercado nesse sentido, o que atrasa a captação financeira para a Amazônia, recursos esses que poderiam ser investidos em desenvolvimento na sub-região, assim como em pesquisas e segurança.

Outra falha apontada por Ab’Saber (1996) é a questão do desenvolvimento tecnológico, afirmativa consolidada por relatório da CEPAL (2002). As técnicas e recursos para explorar uma sub-região como a amazônica não pode ser proveniente do exterior, pois existem particularidades à floresta presentes somente nesta área, e mesmo internamente existe uma variação ambiental enorme. Somente na Amazônia pertencente ao Brasil existem, segundo Ab’Saber (1996), 62 sub-regiões⁴⁷ com especificações endêmicas, dificultando a formulação de um único modelo exploratório para toda a Amazônia. Considerando-se as especificações técnicas importadas por empresas europeias ou estadunidenses para utilização nesta área, as dificuldades de funcionalidade são evidentes. Ou como redigido no relatório da CEPAL (2002, p. 275):

[...] a menos que os países da região adotem estratégias ativas sustentadas, definidas endogenamente e compartilhadas entre os atores sociais, por um lado, e entre os países por outro, para realizar as mudanças estruturais sociais, econômicas e tecnológicas necessárias, o potencial técnico mencionado tenderá a moldar-se no dos países mais avançados, enquanto que a região corre o risco de concentrar os efeitos perversos da revolução tecnocômica.

Apesar de ser um relatório com mais de 10 anos, nota-se também que pouco se avançou também nesse sentido, tendo um acréscimo de empresas estrangeiras (canadenses, suíças, estadunidenses, inglesas e outras) em toda a Amazônia adaptando técnicas de exploração testados em outras regiões tropicais (em geral por empresas estadunidenses como Worldwide Ecological Handling Timber Corporating Ltda e Allied Cambridge LCC de

⁴⁶ CORREA, F. A. Marcos jurídicos para o desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios da via regional. **Pontes**, v. 9, n. 9, 4 Nov. 2013. International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD). Disponível em: < <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/marcos-jur%C3%ADdicos-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-oportunidades-e> >. Acesso em 05 Mar. 2014.

⁴⁷ Sub-regiões da Amazônia brasileira que é conformada só por Baixa Amazônia. Os países Andino Amazônicos possuem também uma extraordinária eco-diversidade levando em conta que a Amazônia deles é menor, mas conformada por Alta e Baixa Amazônia.

exploração madeireira e de empreendimentos em países africanos e de empresas européias com experiências no leste asiático⁴⁸). Algumas empresas regionais na Bolívia, Brasil e Peru também buscam elaborar sistemas sustentáveis de utilização florestal, adaptando técnicas locais tradicionais, porém na maioria dos casos ficam limitadas pela problemática do aporte financeiro, sendo considerado o mercado de exploração florestal de alto risco pelos bancos, dificultando a implantação de cooperativas locais. Somado a isso, temos também uma pressão interna dos próprios governos em busca de capital financeiro, como é relatado em documento da CEPAL (2002, p. 280):

A redistribuição que teve lugar na maioria dos países da região após as reformas econômicas das últimas décadas significou, em muitos casos, um estímulo aos investimentos, à produção e à exportação de produtos que implicam o uso intensivo de recursos naturais. Acrescente-se a isso o fato de que o aumento da competitividade nas exportações mundiais incrementa também o custo de oportunidade de se manter os recursos naturais sem explorá-los. Dessa maneira, surgiram poderosas forças econômicas que levaram vários países a uma taxa de exploração dos recursos naturais maior que seu ritmo natural de regeneração.

Existem algumas formas de resistência a essa exploração massiva, na forma de cooperativas e comunidades atuantes, crescendo de número nos últimos anos, quer pela promoção do governo de cada país, quer pela atuação de ONGs e reivindicações de sociedades tradicionais. No Brasil, podemos citar a Cooperativa Agro-Extrativista do Mapiá e do Médio Purus (COOPERAR) de populações tradicionais extrativistas que realizam seu trabalho e em conjunto realizam suas vendas, maximizando seus lucros e mantendo a estrutura tradicional artesanal intocada. No estado do Amazonas somente, existem 165 cooperativas que beneficiam 35 mil pessoas⁴⁹. No Peru existem 30 organizações que favorecem mais de 22 mil pessoas, na Bolívia são 9 associações com quase 9 mil pessoas, na Colômbia 6 associações com 1,5 mil pessoas e assim por diante. Ao total, somando todas as

⁴⁸ MONTEIRO, A. Justiça de Marabá anula compra e venda de 3 milhões de hectares de terra no sul do Pará. Uol notícias, 17/07/2008.

⁴⁹ MENEZES, J. Cooperativismo no Amazonas beneficia 35 mil pessoas. In: Portal Amazônia: www.portalamazonia.com.br

organizações presentes, esses grupos representam 1,4 milhão de pessoas favorecidas somente nos setores rurais dessas nações.⁵⁰

Um ponto levantado pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD em inglês), entidade transnacional que envolve empresas de todo o mundo na busca de soluções sustentáveis dos recursos, deixa claro um tópico apontado anteriormente pelo *Relatório Brundtland*. A ecoeficiência é uma solução viável para o futuro, porém por si só não é suficiente, por abranger somente dois quesitos da sustentabilidade, a economia e a ecologia, deixando de lado o terceiro e mais importante ponto para os países em desenvolvimento, o progresso social. Apesar disso, coloca um ponto fundamental ao tratar da valoração dos produtos provenientes da Amazônia.

Um caso já citado que deve ser colocado como exemplo positivo é o turismo, onde somente existe o valor ambiental envolvido na venda de um produto imaterial. A questão do turismo ecológico nos países amazônicos e o retorno financeiro advindo dessa atividade também traz uma perspectiva de utilização do ambiente. Apesar de não estar diretamente relacionado com uma utilização material, não pode deixar de ser relacionado como uma atividade ecoeficiente a partir do momento em que o cenário é comercializado com os turistas e o mínimo de agressão ao ambiente é buscado de forma obstinada.

O Peru recebeu em 2008 cerca de cinco milhões de turistas que movimentaram por volta de US\$ 2,4 bilhões, o fator turístico demonstra seu potencial econômico para a sub-região amazônica peruana, onde somente Macchu Picchu recebeu cerca de um milhão de visitantes e gerou US\$ 600 milhões⁵¹ e na maior parte dos casos, esse montante financeiro permanece na região, melhorando a condição de vida e também ampliando a busca de defesa da natureza. No mesmo ano, o turismo na Amazônia brasileira gerou US\$ 944 milhões⁵², apesar da fragilidade estrutural presente na sub-região. O Peru conta com uma rede turística ecológica bem a frente dos demais países sul-americanos, mas nota-se o potencial presente no Brasil e demais países amazônicos.

⁵⁰ NETHERLANDS. KENFAP-Nyanza. Disponível em: www.kenfap-nyanza.nl
< <http://kenfapnyanza.peasantsworldwide.net/?menu=home> >

⁵¹ PERU: Ministerio de Comercio Exterior y Turismo/MINCETUR. **Descripción turística del Perú**. Disponível em: < <http://www.mincetur.gob.pe/newweb/Default.aspx?tabid=3250> >. Acesso em 02 Fev. 2012.

⁵² BRASIL: Ministério do Turismo do Brasil: www.turismo.gov.br.

A UNASUL possui um fator positivo no aspecto da preservação do meio ambiente e utilização do potencial turístico da região. O próprio relatório da CEPAL (2002, p. 296) aponta nesta direção, ao colocar três pontos: o primeiro trata-se da incorporação do desenvolvimento sustentável expressos em acordos da CAN e do MERCOSUL e consequentemente na UNASUL; o segundo trata dos acordos regionais para conservação de recursos naturais compartilhados (como é o caso da Amazônia), incorporando questões de sustentabilidade do desenvolvimento, no caso a OTCA e outras entidades do gênero; o terceiro ponto seria o Programa para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, envolvendo todas as nações do Caribe, o qual neste caso não possui relevância para nosso estudo.

Os dados oficiais fornecem números para análise quantitativa das mudanças ocorridas nos países membros da UNASUL no quesito ambiental, sendo que muitos desses números são fornecidos pela própria entidade através de site vinculado a outras entidades como o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)⁵³ e a CAN (Comunidade Andina de Nações)⁵⁴ e também ministérios, secretarias e entidades nacionais ligadas ao meio ambiente e a Amazônia. Relatórios periódicos também são publicados por órgãos supranacionais (OTCA, UNASUL, IIRSA⁵⁵), trazendo números econômicos e sociais dos países sul-americanos. Analisando alguns projetos presentes hoje na Amazônia podemos observar o modelo de desenvolvimento empregado pelas entidades e o direcionamento dos governos da América do Sul para tratar do tema.

1.2.1 – Projetos na Amazônia

Uma das grandes críticas existentes no Brasil sobre o tratamento de sua área amazônica, crítica comum a todos os países que possuem parcela da Amazônia, é seu afastamento desta região do centro de decisões políticas, sociais e econômicas, criando uma

⁵³ BRASIL. Departamento do MERCOSUL. Site: <http://www.mercosur.int/>

⁵⁴ Comunidad Andina. Site: <http://www.comunidadandina.org/sudamerica.htm>

⁵⁵ IIRSA: Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, parceria entre os 12 países membros da Unasul para melhorias nas áreas de infraestrutura do subcontinente.

área de exclusão da participação efetiva na sociedade a qual pertence. Em momentos pontuais, com projetos direcionados e investimento estatal, procurou-se uma integração ou aproximação desta sub-região ao conjunto de cada nação, porém as falhas esbarram pelo uso de modelos ocidentais não adaptados à realidade de uma floresta tropical com imensa biodiversidade, gerando impactos profundos na sua maioria negativos e que podem ser permanentes.

No primeiro decênio do século XXI, onde está inserido nosso intervalo de análise, podemos notar uma evolução sensível em questões sobre o meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, mas ainda muito distante do ideal para a abertura da Amazônia ao mundo, ao capital e ao investimento desordenado. Talvez este seja uma das grandes benesses de ter permanecida oculta e afastada da sociedade desenvolvimentista durante séculos, garantindo a proteção da maior parte de sua estrutura original. O fato é que se trata de um debate imediato e impositivo para todas as nações do globo, em um momento onde se demanda mais recursos ao mesmo tempo em que se exige proteção ambiental, tempo para essa reflexão na América do Sul.

No período de 2003 a 2010, a principal iniciativa que busca integrar e dinamizar a sub-região é a IIRSA⁵⁶ e os projetos de infraestrutura que estão já em desenvolvimento. A busca de melhorias para a América do Sul, dentro principalmente de um projeto como a UNASUL, demanda melhorias urgentes sobre diversos setores, com destaque para os transportes e produção energética e isto é inegável e imutável, visando o bem-estar do subcontinente. O questionamento recai sobre a forma como está sendo realizada essa integração. Em uma breve análise sobre os projetos principais da IIRSA para a Amazônia, nota-se um modelo que não leva em conta as reais necessidades da sub-região, sendo feito nos moldes ocidentais de urbanização e organização espacial.

Como relata Killeen (2007, p. 8) em seu trabalho:

Infelizmente, a IIRSA foi estruturada sem que se levasse adequadamente em consideração seu potencial impacto ambiental e cultural e, por isso, representa uma ameaça latente a esses ecossistemas e culturas. Uma iniciativa visionária como a IIRSA deveria ser visionária em todos os seus aspectos, e incorporar medidas para garantir que os recursos naturais

⁵⁶ Que como veremos adiante, viveu graves crises em decorrência de políticas ineficientes para a integração da América do Sul, além de ingerência política ao ponto de ter alterado seu nome e estruturas após 2012.

renováveis da região sejam preservados e suas comunidades tradicionais fortalecidas. A imprevisibilidade do real impacto causado pelos investimentos da IIRSA, especialmente no que concerne a mudanças climáticas e mercados globais, desencadeará uma combinação de forças que poderia criar a tempestade perfeita para a destruição ambiental.

Alguns erros são grosseiros e de notável influência empresarial para a execução de forma desmedida, como a opção de construção de rodovias em uma região que possui a maior bacia hidrográfica do mundo (mais de sete milhões de Km²)⁵⁷ com mudanças de altura irrelevantes por centenas de quilômetros. Somente nas regiões andinas temos um maior desnível destes rios e afluentes (Alta Amazônia), porém ainda assim podemos ver a viabilidade de um projeto intermodal na sub-região amazônica e também, o que é essencial, possibilidades extraordinárias de produzir eletricidade a baixo custo utilizando as grandes quedas naturais sem precisar de lagos artificiais das hidrelétricas em planície. Somente para citar a fronteira com o Peru, em uma extensão total de 2995 quilômetros, 2003 destes são de corpos de água e mais de 1000 quilômetros são de áreas navegáveis e de comunicação com o país vizinho⁵⁸. Somado a isso, também podemos citar que perto da fronteira Brasil-Peru encontra-se uma passagem andina de menor altitude nos Andes, o Paso de Porculla com 2008 metros⁵⁹, fator relevante para se analisar na construção de empreendimentos de infraestrutura.

Assim como acontece com o Peru, a maior parte dos países amazônicos possuem grandes fronteiras com o Brasil e são compostas por corpos de água, em grande parte navegáveis. Na Bolívia, são 3423 km, onde 2672 km são de rios, lagoas e canais; na Colômbia, são 1644 km, dos quais 809 km são de corpos de água; na Venezuela temos o caso mais nítido de integração hidroviária necessária na Amazônia, da sua fronteira total de 2199 km somente 90 km são compostos de linhas terrestres, os outros 2109 km são compostos de rios, lagos e canais⁶⁰. Não é somente inviável, o investimento necessário para se construir uma rodovia na sub-região é exorbitante e se não for devidamente regulamentado e fiscalizado, abre espaço para corrupção e desvio de verba pública, principal investidor neste tipo de empreendimentos.

Podemos notar no mapa abaixo que a bacia hidrográfica abrange a maioria das fronteiras do Brasil com os países vizinhos na maior parte das extensões, apesar da falta de

⁵⁷ USA. The 2012 World Factbook. USA, CIA, 2012.

⁵⁸ USA. Ibidem. 2012

⁵⁹ AMAYO ZEVALLOS (2007). Op cit

⁶⁰ USA. Ibidem, 2012.

detalhes sobre a completa malha hídrica. Tentamos ilustrar com o mapa abaixo a melhor opção de transporte para a sub-região amazônica, sem a necessidade de um profundo estudo sobre necessidades e ofertas, além de uma possibilidade real de conexão entre as bacias Amazônica e do Prata:



Mapa 1: Bacia hidrográfica amazônica, principais rios em destaque.
Fonte: www.wikipedia.org.br

Além do desnecessário investimento massivo para a construção de rodovias e vias terrestres de conexão, há de se notar o impacto direto que isto causa ao meio ambiente, pelo obrigatório processo de impermeabilização do solo, desmatamento agressivo para transpor o território e o deslocamento direto e indireto de pessoas ao longo das rodovias, segundo Ab'Saber (1996) e Dourojeani et al (2009), são parte dos principais fatores para o aumento do desmatamento na floresta amazônica ao longo dos anos.

Ainda citando Killeen (2007), a falta de análise de impacto da IIRSA atinge pontos estratégicos que precisam ser considerados. Como pode ser visto em seu trabalho, dos 10 eixos de integração e desenvolvimento projetados para investimentos em infraestrutura, nove

deles cortam uma área natural de alta biodiversidade, onde se encontram espécies endêmicas de animais e vegetais. O impacto devastador e extintor da construção de rodovias e outras obras anexas interferiram diretamente no espaço florestal pode ser fatal. Sem possibilidade de estudos de propagação de danos, não é possível descrever qual seria o impacto deste extermínio, local, regional, continental ou global, sobre o clima, o regime de chuvas e umidade e também sobre o regime dos oceanos.

Outro ponto a notar é a forma a qual foram idealizados os 10 eixos de integração, de forma horizontal cruzando o subcontinente do Atlântico ao Pacífico e vice-versa, em uma clara visão exportadora, principalmente de recursos primários. Apesar de ser o maior país da região, deixa a dúvida frente aos outros países porque todos os eixos de alguma forma se conectam ao território brasileiro em uma direção favorável às exportações do mesmo em ambos os oceanos e em nenhum momento uma conexão vertical que conectasse o território interno da América do Sul, o que favoreceria a integração regional e o comércio interno. Esse modelo, que em tese seria financiado pelo Brasil e do qual se tornaria o maior favorecido, gera desconfianças frente as nações vizinhas, o que pode ter auxiliado na lentidão e posterior paralização da IIRSA e atualmente da COSIPLAN.

De forma direta, o Brasil se tornou o financiador desta devastação ambiental, onde grande parte dessas obras estão nas mãos de grandes empresas brasileiras como Odebrecht, Camargo Córrea, Andrade Gutierrez, OAS e outras, estas financiadas pelo BNDES para levar adiante o projeto da IIRSA em infraestrutura e energia. Não se deve questionar a necessidade de integrar de forma eficiente a América do Sul, faz-se urgente que isso avance, porém não ao custo da destruição ambiental que se propõe em alguns projetos. Destacado abaixo os 10 eixos de integração propostos e o principal enfoque de cada um ⁶¹:

1. Eixo Andino – (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia): Integração energética, com destaque para a construção de gasodutos.
2. Eixo de Capricórnio – (Norte do Chile e da Argentina, Paraguai, Sul do Brasil): Integração energética, incorporação de novas terras a agricultura de exportação, biocombustíveis.

⁶¹ Dados disponíveis no site da IIRSA: < www.iirsa.org >. Op. Cit.

3. Eixo do Amazonas – (Colômbia, Peru, Equador, Brasil): Criação de uma rede eficiente de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, com vista à exportação.
4. Eixo do Sul – (Sul do Chile/Talcahuano e Concepción, e da Argentina/Neuquém e Baía Blanca): Exploração do turismo e dos recursos energéticos (gás e petróleo).
5. Eixo Interoceânico Central (Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile, sul do Peru): Rede de transporte para exportar produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo pacífico.
6. Eixo Mercosul-Chile (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile): Integração energética, com ênfase nos gasodutos e na construção de hidrelétricas.
7. Eixo Peru-Bolívia-Brasil: Redirecionamento do fluxo das exportações brasileiras para o Pacífico.
8. Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (Sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai): Integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidroelétrica.
9. Eixo do Escudo Guiano (Venezuela, Guiana, Suriname, extremo-norte do Brasil): Aperfeiçoamento da rede rodoviária.
10. Eixo Andino do Sul (Região Andina de fronteira Chile-Argentina): Turismo, rede de transporte.

Apesar de constar no Eixo da Amazônia (eixo 3) o destaque a um sistema de conexão hidroviária da sub-região, o que se viu realizado, e a maior obra até o momento da IIRSA, foi a construção da Rodovia Interoceânica que atravessa áreas ambientais sensíveis no Brasil e no Peru. Vale destacar que apesar do valor astronômico da obra (US\$ 2,8 bilhões, pelos dados oficiais da entidade) somente US\$ 18 milhões foram destinados a reparar danos ambientais o que, em uma rodovia com mais de 1200 quilômetros, nada representa. Esse montante é três vezes superior ao necessário para uma conexão intermodal em toda a bacia amazônica brasileira com seus vizinhos, segundo estudos de Djourojeanni (2006), onde analisa que a rodovia não serviu para dinamizar a economia, mas sim como pretensões político-econômicas dos países influenciados por empresas, alimentando indiretamente o comércio ilegal de madeiras, armas e drogas.

Como já relatado em meu estudo de dissertação (Campos, 2010), no ano de 2007 um grupo de investidores privados estudava criar uma conexão ferroviária direta entre os portos de Santos no Brasil e Paita e Bayovar no Peru, em uma obra ambiciosa de 4544 quilômetros

de extensão, onde poderiam se valer de alguns trechos já existentes. Apesar das estimativas elevadas para investimento (cerca de US\$ 10 bilhões) para o período, tal conexão traria um modelo de integração inexistente na América do Sul, cruzando completamente o subcontinente em um modelo de menor impacto ambiental. Porém, com o pleno andamento da IIRSA e o investimento de grandes corporações em outras obras que teriam impacto direto da ferrovia, tal investimento foi esquecido e a possibilidade de uma conexão entre dois portos de suma importância em diferentes oceanos foi relegado frente a uma rodovia sem conexão direta com o centro econômico do MERCOSUL.

Esse projeto sobre interconexão ferroviária cruzando a América do Sul voltou ao debate dentro da esfera da IIRSA, constando na lista de projetos de infraestrutura que a entidade pleiteava desenvolver. Neste caso, trata-se do trecho de Ilo no Peru até Santa Cruz na Bolívia, sendo que o restante do trajeto até o porto de Santos no Brasil já existe e só precisa de conexões para viabilizar o funcionamento. A obra consta no relatório da IIRSA/COSIPLAN atualizado em 21/08/2013, com investimento previsto de US\$ 6,7 bilhões do BID e com previsão para conclusão somente em 2024⁶². Porém, um novo elemento entrou nesta equação, a China, que em 12 de Novembro de 2014 assumiu o compromisso de financiar a obra em parceria com os outros países envolvidos, o que agilizaria o processo⁶³.

Em ambos os casos, tanto a rodovia quanto a ferrovia, temos exemplos de projetos voltados para a exportação de bens primários em direção a Ásia, principalmente do Centro Sul do Brasil e Norte da Argentina. Porém, em uma ferrovia teríamos um impacto ambiental e um custo de manutenção inferior, além da dinamização no escoamento de produtos pela quantidade transportada em cada sistema. Além disso, seguindo este modelo criaria um canal de comércio direto entre o Sul do Peru, área mais pobre do país com a Bolívia, o que incentivaria o comércio entre as localidades e auxiliaria no desenvolvimento.

Em uma perspectiva diferente, podemos colocar o caso da pecuária como um projeto governamental brasileiro para aumentar sua parcela destrutiva da Amazônia. Como já citado anteriormente, houve uma articulação para a expansão das áreas de pastagem com conivência e mesmo empréstimos a baixos juros por parte do governo para sua efetivação, conseqüentemente vemos uma redução drástica na capacidade do Brasil de captar CO₂ na

⁶² IIRSA. Agenda de projetos prioritários de integração, 2011. Op. Cit.

⁶³ PAÍSES fecham acordo para a criação da ferrovia Bioceânica Peru-Brasil. Folha de São Paulo, 12 Nov. 2014.

atmosfera somando a expansão pecuária com a redução florestal. Com dados da FAO podemos observar esse comportamento:

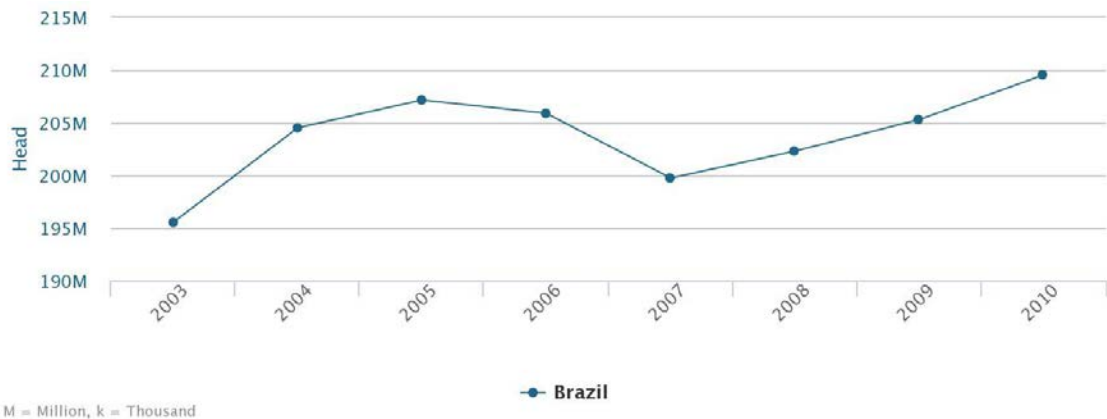


Gráfico 02: Número de cabeças de gado no Brasil entre 2003 e 2010.
Fonte: FAO Stat, 2014.

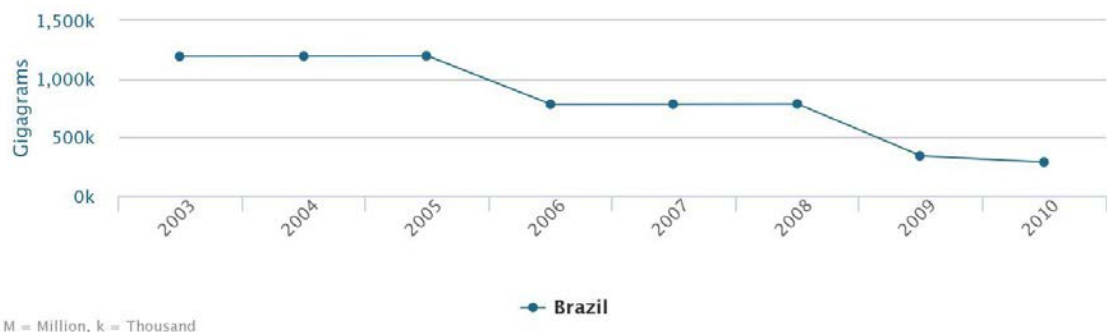


Gráfico 03: Capacidade de captação de CO2 na atmosfera
Fonte: FAO Stat, 2014.

O período coincide com o momento de maior investimento do banco estatal brasileiro e seu setor no mercado de valores (BNDESpar) na pecuária brasileira, impulsionando a expansão de pastagem e frigoríficos em áreas florestais. Somente entre 2005 e 2010 o BNDES investiu na Friboi ao menos R\$ 7,5 bilhões em diversas ações, entre elas a compra de marcas multinacionais como a Swift argentina e a Pilgrim's Pride Corporation estadunidense, buscando dinamizar seu mercado e internacionalizar seus produtos. Vale destacar que o BNDES possui 22,36% das ações da empresa, visando capitalizar seus fundos, porém sem analisar o impacto direto que esse investimento trouxe ao meio ambiente e

também à sociedade, principalmente na sub-região amazônica. Um dos impactos sentidos, em todo o mundo, é o aumento massivo da emissão de gases de efeito estufa.

Em uma análise rápida sobre o gráfico disposto abaixo, vale destacar os maiores fatores, diretamente ligados à pecuária, como a fermentação entérica (Enteric Fermentation) produzida pelo estômago dos ruminantes e liberados no ambiente, o esterco deixado no pasto (Manure left on Pasture) e o esterco usado como adubo (Manure applied to Soils):

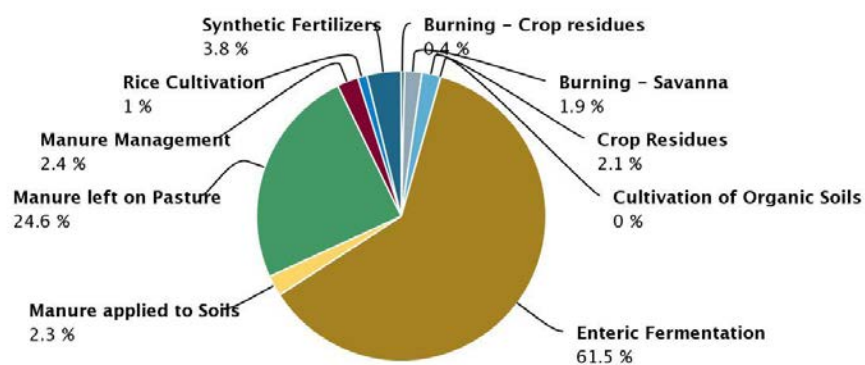


Gráfico 04: Principais causadores de gases de efeito estufa
Fonte: FAO Stat, 2014.

A soma dos fatores descritos acima, diretamente ligados à pecuária e criação de outros animais para alimentação, são responsáveis por quase 90% das emissões excessivas em todo o mundo. Se compararmos esses valores investidos na pecuária (no total, mais de R\$ 40 bilhões) em contraponto aos projetos financiados pelo BNDES na região amazônica (desde sua criação em 2008 até 2012 foram injetados cerca de R\$ 500 milhões), poderemos ter uma ideia clara da falta de direcionamento social do banco, que deveria ser uma de suas premissas. Como veremos adiante, o *Greenpeace* sinalizou esse problema em diversos relatórios que usamos na pesquisa, principalmente sobre a incidência da pecuária em áreas de risco e florestais. Devido a isso, em alguns casos as ONGs realizam serviços em vez do Estado que se ausentou, como a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos, como veremos adiante.

Se na Baixa Amazônia o problema é o avanço de pastagens e da agricultura monocultural, pelo favorecimento das grandes planícies, na Alta Amazônia o problema se

encontra nas suas montanhas, com suas riquezas ocultas no subsolo e os interesses do capital estrangeiro nelas. Além do petróleo, que possui atratividade incomparável, temos também a problemática da mineração que, além de gerar altos impactos na extração, também gera um baixo valor agregado para as populações locais com o não retorno financeiro. Pelos dados presentes em Hoetmer (2009), 72% do território amazônico peruano está concessionado para empresas petroleiras, além disso 50% de todo o litoral também está em uso pelas empresas petroleiras, enquanto 20% do território de todo o país foi concessionado para as empresas mineradoras, a grande maioria em ambos os casos estrangeiras.

Assim nesse país além de toda a problemática da poluição da água e do uso desenfreado deste recurso para extrair minérios, no caso de grandes minas como em Yanacocha (segunda maior mina de ouro do mundo), em Cajamarca e nos Andes do Norte peruano o uso de água necessário para a extração de minério de ouro anual é equivalente ao consumo de água de quase toda a cidade de Lima, com mais de sete milhões de habitantes. Muitas vezes o que retorna ao sistema fluvial está contaminado por metais pesados e causa diversos problemas de saúde. Assim como toda a América Latina, o Peru viveu ciclos de produção centrados em um único produto (guano, salitre, borracha) e ainda guarda raízes culturais com esse tipo de exploração, sendo o gás, o petróleo e os minérios os produtos em destaque na atualidade.

Para alguns autores, existem mais problemas com a mineração regular do que com a irregular, pela proporção das empresas. Estima-se que 50 mil ha da floresta amazônica peruana foi devastada para projetos envolvendo mineração no país, com aval do governo e até mesmo com incentivos. Atualmente, o Peru produz 162 toneladas de ouro e se para cada quilo de ouro utiliza-se dois quilos de mercúrio, temos o uso de 324 toneladas de mercúrio, do qual boa parte é dispensada sem nenhum tratamento ⁶⁴. Quando se faz o tratamento da água de descarte, quem paga por esse é o Estado e não as empresas que exploram o recurso. Com isso, o cenário presente no Peru é que 60% dos conflitos existentes no país atualmente são de origem socioambiental e dentro deste valor temos que 71% está ligado ao processo de mineração ⁶⁵.

⁶⁴ THE Economist-Pocket World in figures, 2013 Edition, p. 53.

⁶⁵ HOETMER (2009). Op. Cit.

No Brasil temos a posse da terra contestada pelo avanço agrícola e pecuário com apoio da extração ilegal de madeira, causando migrações forçadas de comunidades tradicionais, o que também leva à redução da área florestal amazônica. No Equador, o grande problema também está centrado nas petroleiras estrangeiras e a poluição dos rios, assim como na Colômbia e Venezuela (com empresas estatais). Na Guiana e no Suriname, o problema é a extração intensa de minérios em regiões com floresta amazônica. O que ocorre hoje é a mobilização de sociedades locais para combater estas investidas predatórias, com forte participação de ONGs e cooperativas, como será discutido em seguida.

1.3 – ONGs: atores positivos ou negativos?

A existência de Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas ao desenvolvimento sustentável trazem exemplos positivos e negativos sobre o uso do meio ambiente consciente na Amazônia. Se por um lado entidades como a ONG *Amigos da Terra* criam cooperativas e cursos de capacitação para a elaboração de empreendimentos sustentáveis, na contramão temos a divulgação pelo jornal *O Estado de São Paulo* de 27 de Junho de 2009⁶⁶ que 40% das ONGs estrangeiras no país estão em condições ilegais, boa parte delas (cerca de 30 das 67 irregulares) operando na sub-região amazônica.

A situação poderia ser pior, já que muitas ONGs nacionais são fonte de corrupção como o prova a renúncia do ministro do trabalho Carlos Lupi em 04/12/2011, após ser ligado a eventos de corrupção, propina e cargos inexistentes dos mais diversos, entre eles a participação ilícita em uma ONG ligada a questões trabalhistas no estado do Maranhão⁶⁷. Esta pesquisa busca mostrar que as que operam na Amazônia de forma irregular são um problema para essa sub-região.

O denominado Terceiro Setor, no qual se enquadram todas as ONGs movimentam por ano mais de R\$ 10 bilhões, distribuído em 300 mil ONGs e com a participação de 42

⁶⁶ Em artigo online publicado no dia 27/06/2009, intitulado: RECONDO, F. *Agora ilegais no país, 40% das ongs estrangeiras serão fechadas*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,agora-ilegais-no-pais-40-das-ongs-estrangeiras-serao-fechadas,394191,0.htm>. Acesso: 20/06/2011.

⁶⁷BORGES, L. **Em meio a denúncias, Lupi deixa o Ministério do Trabalho**. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,OI5503031-EI7896,00-Em+meio+a+denuncias+Lupi+deixa+o+Ministerio+do+Trabalho.html> >. Mas isso não significa que deixou o poder, pois continua como presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

milhões de voluntários⁶⁸. Isso representa um quinto de toda a população brasileira e delinea a real importância dessas organizações na atualidade. Podemos analisar como positivo esse movimento, pois na Amazônia brasileira poderia incentivar a participação da sociedade civil na democratização e abertura da sub-região. Essa participação popular poderia ser decisiva para mudanças no cenário político da Amazônia, pressionando como movimento a todos os governos da região. Deve-se atentar a possibilidade que aspectos negativos surgem nessa estrutura, como em qualquer outra.

Em relatório do Senado Federal sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs podemos observar algumas conclusões e também confusões que são propagadas em benefício de alguns grupos. Segundo o documento somente 34% da arrecadação das ONGs são de origem governamental, sendo os outros 66% provenientes da venda de produtos e serviços assim como de doações do setor privado. Apesar de ser um montante significativo (em torno de R\$ 3,4 bilhões de repasses do governo)⁶⁹, o alarmismo propagado na mídia pode refletir uma tentativa de expulsar ou limitar sua atuação em sub-regiões de grande interesse de grupos privados de investimento, o que não anula a preocupação que deve existir sobre todas essas entidades.

Em 2010 existiam um total de cerca de 300 mil ONGs em atuação no Brasil nas mais diversas áreas, sendo que a Região Norte possuía o menor índice porcentual (4,9%), somando pouco mais de 14 mil ONGs. Deste total de organizações, apenas 0,8% (cerca de 2300) estava ligada a preservação ambiental e/ou proteção animal⁷⁰. Com uma percentagem tão pequena pode-se notar que o impacto econômico gerado por esses recursos dificilmente recairiam sobre as entidades ambientais, além de ter um índice muito inferior de falta de comprovação financeira frente a entidades da saúde, como será visto a seguir, porém foi o grande foco dos ataques quando foram realizadas reportagens sobre corrupção e desvio de verba pública.

Pelo relatório elaborado no senado federal para investigar problemas de repasse público a ONGs no Brasil, existe um valor não declarado ou comprovado de cerca de R\$ 20 milhões ligados a entidades que atuam diretamente com questões ambientais ou indígenas na região amazônica brasileira. Apesar do montante significativo, não representa metade do valor

⁶⁸ BALBE, R. S. Mecanismo de controle do Estado e da Sociedade sobre os recursos públicos administrados por entidades sem fins lucrativos. Brasília: Controladoria Geral da União, 2011. Acesso em 20 Mar. 2012.

⁶⁹ BRASIL. Relatório final da CPI das ONGs, 2010. (Requerimento N. 201/2007-SF).

⁷⁰ BRASIL. Relatório final da CPI das ONGs, 2010. Op. Cit.

destinado apenas a uma instituição dedicada a saúde, o Instituto Butantã, que não foi justificado ao governo brasileiro (por volta de R\$ 43 milhões) ⁷¹.

Em alguns casos os valores são irrisórios, como no caso da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro que recebeu pouco mais de R\$ 46 milhões e somente R\$ 100 mil não foram declarados na prestação de contas, o que entra na margem de erro das contas declaradas, do ano de 2006. Em dados separados por ministérios, o Ministério do Meio Ambiente possui R\$ 48 milhões não declarados junto ao governo, o que representa no montante 1,1% do total de contas não prestadas por órgãos não governamentais, enquanto que o Ministérios da Saúde responde por quase 30% desse abismo financeiro.

Em uma análise do cenário político do momento, podemos observar o desvio de foco para assuntos polêmicos. Neste mesmo ano de 2006, a Polícia Federal investigava diversos políticos que estavam envolvidos em desvio de recursos públicos destinados a compra de ambulâncias e equipamentos de saúde, no que ficou conhecido como Operação Sanguessuga. Por se tratar de ano eleitoral para Presidente, Deputados e Senadores, houve uma mobilização de diversos setores da sociedade para abafar o escândalo, que envolvia as principais forças políticas do país, ou seja o Partido dos Trabalhadores (PT) que pretendia reeleger o então Presidente nacional Lula, e também o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), que tinha José Serra como candidato ao governo de São Paulo com indícios de seu envolvimento no período 1998 a 2002 quando ocupou o Ministério da Saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Isso explica a falta real de interesse dos partidos políticos para aprofundar as investigações e também publicizar as investigações da Polícia Federal, sendo que somente 15 dos mais de 70 políticos envolvidos no escândalo foram punidos, seja por perda de mandato ou restrição de direitos políticos no ano de 2006, no qual ocorreram as eleições. A revista Mundo Estranho, publicação da Editora Abril de Dezembro de 2012, listou os 10 maiores casos de corrupção do Brasil nos últimos 20 anos sendo que as polêmicas investigações da Polícia Federal relacionadas com saúde constam duas vezes nesta tabela, em oitavo lugar no

⁷¹ BRASIL. Relatório final da CPI das ONGs, 2010. Op. Cit.

caso dos sanguessugas em 2006 (R\$ 140 milhões) e em segundo lugar no caso dos vampiros da saúde de 1990 a 2004 (R\$ 2,4 bilhões) ⁷².

Dessa forma uma temática como a falta de prestação de contas ambiental ou indígena, de pouco tamanho como foi visto e de pouco conhecimento da sociedade brasileira foi transformado num grande escândalo visando distrair a atenção pública, neste caso com participação de parte da mídia. Um outro exemplo: em momento algum o ex-governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, foi indiciado pelo segundo maior desmatamento da história, ocorrido entre 2003 e 2004 (26.130 Km²), o equivalente ao desmatamento diário de 8600 campos de futebol, para expansão de sua lavoura de soja no estado que governava no ano de 2006, porém sempre penalizando as ONGs por desvio de verba irrisória em áreas amazônicas ⁷³.

Devemos fazer uma observação de cunho relevante sobre um tipo específico de organização, que é a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), uma categoria de organização dentro da categoria das ONGs, com uma série de requisitos para ser obtido, dentre eles a transparência administrativa. O título de OSCIP é fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, atendendo características como a mencionada para assim beneficiar a sociedade civil, criando uma ponte entre a iniciativa privada e pública favorecendo o desenvolvimento social. Trata-se de uma associação oficial e, portanto, deve prestar contas e demonstrar como funciona. Esse tipo de procedimento para operar com OSCIP, apesar de mais lento e burocrático, evita fraudes e fachadas, o que poderia ser uma alternativa viável para regularizar as ONGs em todo o território brasileiro.

Podemos citar o exemplo do instituto *Imazon*, cujas pesquisas e estudos são utilizados nesta e que demonstra sua importância em nível internacional em pesquisas sobre a Amazônia. O *Imazon* é um exemplo de uma OSCIP eficiente, fundada por pesquisadores da área socioambiental com financiamento privado e posteriormente auxiliado pelo governo brasileiro para aprofundar suas pesquisas. Busca trazer análises sobre a sub-região de forma crítica, independente de vínculos com a estrutura governamental, deixa clara sua

⁷² LIMA, C. Os maiores escândalos de corrupção do Brasil. Revista Mundo Estranho, Editora Abril, Dezembro de 2012.

⁷³ MOTOSSERRA de ouro: um prêmio ao exterminador do futuro da Amazônia. O Greenpeace concedeu a Blairo Maggi o título de Moto Serra de ouro em 2006 pelos resultados divulgados pelo INPE na maior extensão de floresta amazônica devastada no ano anterior (26.130 Km²). Disponível em: < <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/motosserra-de-ouro-um-pr-mio/> >.

independência e imparcialidade na busca de melhores pesquisas científicas. Outro exemplo, do qual utilizamos dados ao longo desta pesquisa, é o caso da OSCIP *Amigos da Terra* atuante no cenário amazônico principalmente na organização de cooperativas de trabalhadores locais e na busca de capacitação para as populações ribeirinhas.

As ONGs vêm suprir uma lacuna social deixada pelo Estado mínimo exigido pelo neoliberalismo, buscando suplantar ações, recursos e projetos deixados em segundo plano pela maioria dos governos em todo o mundo, em especial nos países em desenvolvimento. A busca de cumprimento de metas restritivas da economia criou um abandono do Estado nas áreas mais carentes, entre elas se encontra a sub-região amazônica. A separação entre entidades corruptas e corretas precisa ser realizada, como foi feito pela CPI do Senado, mas invalidar ou descreditar todos os projetos realizados pelas ONGs desmotiva e anula o bom trabalho sendo realizado por muitas delas.

Parece que não existem resultados posteriores sobre as investigações nas entidades que possuam alguma irregularidade, porém o governo promoveu o corte de financiamento para algumas ONGs que operam na Amazônia e não cumpriram sua regularização financeira. Podemos citar os casos da ONG *Cool Earth*, controlada pelo sueco Johan Eliasch, que foi expulsa do Brasil por negociar de forma irregular a compra de 160 mil hectares de terras no Amazonas. A entidade não realizou o recadastramento do governo, assim como outras 106 entidades estrangeiras, e perderam o direito de operar em solo brasileiro. Vale destacar que nenhuma ONG estrangeira irregular situada na Região Norte do país realizou esse recadastramento. Como já citado acima sobre reportagem do Estadão, boa parte de organizações de fora do país sem comprovação de funcionalidade na região foram fechadas e outras nacionais também terão o financiamento federal cortado⁷⁴.

Podemos citar também o caso da ONG *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Infraestrutura Sustentável* (IBRASI) que possuía o intuito de qualificar 1,9 mil profissionais de turismo no Amapá em 2011. A ONG recebeu R\$ 4,45 milhões pelo projeto, dos quais R\$ 3 milhões foram desviados para empresas de fachada e prestavam contas com notas fiscais frias

⁷⁴ QUADROS, V. Governo vai expulsar ONGs suspeitas do país. *Jornal do Brasil*, 12 Fev. 2009.

ao governo. O caso só foi descoberto pela Polícia Federal após denúncias de um ex-funcionário da ONG ao ministério público⁷⁵.

Por outro lado, essas penalidades não devem recair sobre estruturas que desempenham bons serviços como *Greenpeace*, *World Wildlife Foundation (WWF)*, *Instituto Flora Tropical*, *Amigos da Terra*, *Imazon* e outros institutos que desempenham assessoria em uma região carente como essa, prestando auxílio nas áreas de saúde, educação, economia e jurídica, tentando suplantar a falta de investimentos direcionados que possam atender as necessidades mais básicas na sub-região. A mobilização social não pode ser refreada por casos pontuais e por manobras políticas que visam interesse pessoal e não o coletivo.

Pelos dados oficiais do governo brasileiro, 71% das famílias em regiões rurais do Norte e do Nordeste viviam na extrema pobreza em 2010, o que mostra a necessidade de uma maior intervenção em projetos locais. Em resposta a isso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário brasileiro criou uma campanha de expansão de crédito aos pequenos produtores, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criando uma nova linha de crédito de baixa captação (teto de R\$ 130 mil) e montante total de R\$ 16 bilhões em 2012. Pode parecer um valor expressivo, porém em termos práticos representa um sexto do destinado ao agro negócio⁷⁶.

Porém, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, diversas ONGs foram contratadas por edital pelo governo federal para realizar projetos de instrução de agentes comunitários nessas sub-regiões, não somente para ensinar técnicas e administração, mas também como difusores de conhecimento dentro das comunidades. Essa ação está em funcionamento desde 2006 com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de reduzir a miséria e a fome nas áreas carentes. Para essa subdivisão da ONU os países precisam combater dois tipos de pobreza presentes na América Latina: a pobreza crônica, proveniente da concentração dos meios de produção nas mãos da elite econômica e a pobreza temporária, resultante de desastres naturais.

⁷⁵ D'AGOSTINO, R. Entenda como ocorrem fraudes nos convênios entre ONGs e governos. Portal G1, 27 Out. 2011.

⁷⁶ SCHONS, S. Z. *et.al.* Boletim Amazônia em Pauta. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia/IPAM. 2013. Acesso em 08 Mar. 2014.

Aqui nos interessa mais analisar essa pobreza temporária, proveniente de mudanças climáticas e ambientais, que possuem impactos diretos de curto prazo, sendo que na Amazônia a população local está inserida no ambiente e depende deste para sua produção econômica, geralmente de subsistência. Aumentar o PIB da sub-região através de plantações de soja ou da pecuária só trazem resultados negativos para a sociedade tradicional, de indígenas e ribeirinhos principalmente, espoliando seu meio de vida. Isto segue uma trajetória contrária a proposta pelo PNUD, aumentando a desigualdade social e a pobreza temporária.

Uma das mais importantes funções presentes na maioria dessas ONGs é o esclarecimento e o aumento da participação da sociedade civil nas decisões do ambiente em que vivem⁷⁷, o que é muito mais importante nas sub-regiões mais distanciadas dos centros de poder, como o é a Amazônia em todos os países que a compartilham. A conscientização e o aumento de participação demanda dos governos uma maior transparência e presença para consolidar a democracia nestas áreas, e somente isso trará o avanço necessário para a criação de um ambiente interconectado politicamente como já é a Amazônia no quesito geográfico.

Mas a simples presença da sociedade não é o suficiente para a real intervenção dos governos na busca de um desenvolvimento sustentável e políticas claras que beneficiem as populações presentes. Como o fator econômico é sempre relevante para que os governos tomem decisões, a seguir discutiremos como esse fator interfere não somente na unificação da América do Sul, mas também na forma como esta se conecta.

⁷⁷ A própria ONG *Amigos da Terra* realiza palestras e cursos de especialização para as comunidades locais carentes que vivem da extração florestal.

2 – VARIAÇÕES ECONÔMICAS DO BRASIL E DA AMÉRICA DO SUL

A análise sobre a economia regional deste trabalho quer apenas criar um embasamento aos objetivos deste projeto mostrando a importância das mudanças ocorridas na América do Sul, especialmente nas últimas décadas do século XX, visando estabelecer um referencial de comparação com o processo econômico do período que interessa a essa pesquisa (2003-2010), porém sem teorizar nem aprofundar como em uma tese de Economia. A variação pós-guerra fria é notada tanto positiva como negativamente e é fator primordial para a concepção de uma união entre os países do subcontinente. Uma avaliação econômica do bloco pretendido pela UNASUL e o estudo do comércio entre suas nações componentes (para definir o comércio interno da UNASUL) irá nos dar números e delinear a visão político-econômica desses países desde o nascimento do bloco em 2004 e uma avaliação de alterações ao ano de 2003, início do período desta pesquisa.

O direcionamento político latino americano passou por diferentes formas de ideologias e concepções. O trabalho partirá das bases teóricas elaboradas pela CEPAL e analisadas posteriormente por Celso Furtado (2007)⁷⁸. As bases do desenvolvimentismo do período (alimentado em grande parte pelo Estado) irão se contrapor as mudanças do neoliberalismo, trazendo pontos positivos e negativos para a discussão da construção da UNASUL. Dentro da nova política adotada no período de 2003-2010, vamos analisar as mudanças ocorridas nas matrizes político-econômicas do Brasil e também dos países vizinhos da América do Sul no que ficou denominado como *neodesenvolvimentismo*⁷⁹ e o impacto direto deste modelo para a sociedade.

Utilizo a explicação de Alves (2014) para o termo econômico:

⁷⁸ Partindo desde os modelos desenvolvimentistas primordialmente propostos pela CEPAL na década de 1950 até chegar a teoria da dependência; também se levará em conta a forma de desenvolvimento proposto pelos militares na década de 1960, a falta de consciência socioambiental e as formas de dependência da América Latina pelas potências econômicas mundiais, liderados primeiramente pelos Estados Unidos em cooperação com as elites econômicas da América do Sul.

⁷⁹ Não existe um único autor criador do termo, porém é utilizado por diversos economistas para analisar a política econômica presente durante o governo Lula. Trata-se de um modelo impulsionado pela economia exportadora primária, de matéria prima e alimentos, alimentando o superávit nacional com tal base em detrimento de um avanço no desenvolvimento tecnológico industrial e aumento do valor agregado dos produtos que exporta, financiados pelo BNDES e voltado à promoção das indústrias nacionais fora do país, com um pequeno investimento na área social para criar a ilusão de melhoria social.

O neodesenvolvimentismo é considerado por nós como sendo um novo *modo de desenvolvimento* capitalista no Brasil apoiado numa *frente política* composta, por um lado, pela *grande burguesia interna* constituída pelos grandes grupos industriais tais como as empreiteiras OAS, Odebrecht, Camargo Correia, etc, e os grupos industriais da Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantim, etc e o agronegócio exportador – todos beneficiados pelo aumento das exportações focado numa agressiva política de financiamento através do BNDES, voltados para promover as empresas e os investimentos brasileiros no exterior; por outro lado, pelas camadas organizadas do *proletariado brasileiro* (velha classe operária) e setores populares – incluindo o *subproletariado* pobre, beneficiados pelo crescimento da economia, redução do desemprego aberto e formalização do mercado de trabalho, oferta de crédito para dinamizar o mercado interno; aumento do gasto público e políticas de transferência de renda via programas sociais (Bolsa-família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, etc).

As mudanças econômicas após o consenso de Washington⁸⁰ são claras e de efeito prolongado sobre todo o planeta, criando uma pressão excessiva para a incorporação de todos os países ao neoliberalismo. Essa liquidez pretendida, com imperativo na bolsa de valores e investimentos especulativos, já demonstrou seus efeitos danosos nas inúmeras crises (Japão 1992, México 1994, Ásia 1997, Rússia 1998, Argentina 2001, União Européia 2010) pelas quais todos os países, principalmente os emergentes, sofrem o impacto, por serem polos atrativos de investimentos, geralmente para exportar, com altos retornos financeiros para os investidores. Como está descrito no relatório da CEPAL (2002, p. 285):

“Todavia, na medida em que os países da região optaram por uma estratégia de abertura [a investimentos externos] e de crescimento baseado nas exportações, não dispõem de grandes margens de manobra para ajustar seus sistemas produtivos às exigências ambientais de seus principais mercados de exportação. (grifo nosso)”

O pequeno trecho acima denota a armadilha cruel a que estão submetidas a América Latina e as outras regiões que não se encontram no estágio mais alto de desenvolvimento tecnológico. Não é possível controlar a economia de um país emergente somente cobrando

⁸⁰ O Consenso de Washington criou um conjunto de 10 medidas de ajuste econômico da América Latina em crise no período, porém o termo fora banalizado ao longo dos anos e passou a ser utilizado como referência direta ao neoliberalismo empregado no processo de globalização. São os seguintes: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual.

soluções adequadas ao meio ambiente, pois também não possuem estes os recursos para o financiamento e o know-how dos estudos específicos. Trata-se ainda de um preço sendo pago desde o passado colonial da América Latina, sem o ressarcimento devido das metrópoles pelo produzido e exportado. Ou seja que o Princípio 7 da *Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*⁸¹, que trata sobre as responsabilidades comuns mas diferenciadas entre os países, fica esquecido e os custos são diretamente colocados sobre os países emergentes.

Apesar disso, vemos uma melhoria significativa nos índices econômicos no período de 2004 a 2010 na América do Sul, atingindo índices de crescimento de até 9% em países como Argentina, Colômbia e Peru, outros em patamares de 6% como Equador, Chile, Venezuela e Suriname, demonstrando uma retomada econômica da região após as crises econômicas mundiais de 2002. Somente Brasil e Paraguai apresentam um acréscimo muito pequeno durante o período, em torno de 4% na média do período⁸². A mudança do perfil econômico das nações da América do Sul propiciou essa retomada de crescimento e também uma aproximação entre os países da região, trazendo viabilidade a um projeto como o da UNASUL. Porém no plano social, as mudanças são restritas ou mesmo nulas em todos os países, com ações sociais para a redução da pobreza muito aquém do que se faz necessário. Esse descompasso entre a economia da nação e a melhoria da qualidade de vida de sua população traz o contraponto para o avanço no debate da UNASUL.

Somado a isso, vemos um cenário político de impulso popular com orientação de centro-esquerda por toda a América do Sul, em resposta a última década do século XX de políticas austeras para controle e equilíbrio das contas públicas. Esse ataque ao neoliberalismo veio como resposta da insatisfação popular e instituiu um “novo velho” modelo econômico sendo denominado atualmente de *neodesenvolvimentismo*. Seguindo premissas do período de maior desenvolvimento econômico da região, ainda que com custos altos ainda sendo pagos, os governos eleitos no início do século XXI possuíam forte apelo popular e traziam um projeto de investimento social e de infraestrutura para as nações sul-americanas. Tais teorias serão tratadas no decorrer deste trabalho.

⁸¹ ONU. Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Disponível em: < www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf >. Acesso: 15/10/2012.

⁸² Fonte: USA. The 2012 World Factbook, 2012. Op. Cit.

Após breve estudo comparativo, a discussão será em torno da relação do Brasil com os países individualmente e as mudanças econômicas notadas no período para, posteriormente, contrapor esses dados com os valores gerais do bloco econômico e assim determinar a influência de cada nação nele. Outro assunto nessa discussão é o debate sobre as barreiras protecionistas presentes em alguns desses países e a problemática advinda deles para o bloco, assunto a ser explorado na área política deste trabalho.

2.1 – CAN e MERCOSUL

Os blocos CAN e MERCOSUL, apesar de estarem presentes no mesmo subcontinente e abarcarem quase todos os países da região (com exceção de Guiana e Suriname, presentes somente na estrutura da UNASUL), possuem um diálogo irregular e que avança lentamente para um maior intercâmbio nas diversas esferas. O diferente período no qual foram criados (CAN em 1969 com o Tratado de Cartagena e o MERCOSUL em 1991 com o Tratado de Assunção)⁸³ coloca diferentes ideologias em cada sistema.

A CAN surgiu em um período de expansão comercial no Oceano Pacífico, tendo como objetivo uma união dos países andinos na busca de dinamizar e ampliar o comércio com a Ásia (que iniciava seu crescimento e viria a resultar, no cenário atual, como um dos principais eixos econômicos mundiais) e também reafirmar a proximidade cultural das nações que a compõem, de origem andina e raízes comuns pela existência de fortes comunidades nativas.

O MERCOSUL, por outro lado, surge em um momento de reformulação econômica, pós Consenso de Washington, e na esteira do capitalismo global com o neoliberalismo exigindo uma abertura econômica. A aproximação de antigos rivais compôs o bloco entre os países que compartilham a Bacia do Plata, idealizado para facilitar o diálogo econômico com

⁸³ Originalmente, a CAN possuía como membros Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela que ingressou em 1973, assim como Chile que abandonou a comunidade em 1976 por determinação do ditador Augusto Pinochet, alegando incompatibilidades econômicas. Em 2006 foi a vez da Venezuela deixar o bloco, quando Hugo Chavez decidiu se aproximar do MERCOSUL por problemas políticos internos e por sistemáticos convites do presidente do Brasil por aproximações ideológicas, no período do governo Lula. Atualmente o bloco consta com somente 4 membros, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. No caso do MERCOSUL, o bloco foi composto originalmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Posteriormente teve a adição da Venezuela em 2006 e a Bolívia em processo de adesão. Consta ainda com países associados como Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

a Europa e criar uma infraestrutura conectada. Os principais centros econômicos desses países se encontram em áreas que possuem uma relativa aproximação geográfica – justamente próximos da Bacia do Plata, idealizada em primeiro momento como fator de integração – mas que dialogavam com a Europa de forma individual, dessa forma uma união aduaneira facilitaria o diálogo entre as partes.

Justamente um dos motivos da menor aproximação entre os dois blocos é a ênfase de cada qual em uma região específica: a CAN na Ásia, na costa oeste dos EUA e no Pacífico e o MERCOSUL na União Européia, na África e no Atlântico. Por questões históricas e geográficas, a influência de cada região (Atlântica e Pacífica) nos blocos é óbvia, porém existia uma assincronia no cenário neoliberal para que o diálogo fosse ampliado a ambos os lados, e é com essa concepção que surge a ideia da UNASUL, que seria declarada em 2004 na Declaração de Cuzco e consolidada em 2008 ⁸⁴.

Algumas medidas foram realizadas na tentativa de aproximar os dois blocos, antes mesmo do período de formação da UNASUL. Em 2001, criou-se entre eles um mecanismo de Diálogo Político e Concertação para aumentar a visibilidade da região no cenário econômico global, que acabou se tornando uma das bases do bloco único da América do Sul. Na área econômica criou-se acordos de alcance parcial, uma espécie de relação bilateral entre países membros e dentro desta categoria temos os Acordos de Complementação Econômica (ACEs) que busca a liberalização comercial, principal matriz dos acordos bilaterais que servem de pontes entre as nações da América do Sul na transição para um sistema transnacional.

Diversos ACEs foram formalizados entre os países dos dois blocos econômicos que constituíram a base da Comunidade Sul Americana de Nações (CASA), que posteriormente viria se tornar a UNASUL: ACE nº 36, entre Bolívia e MERCOSUL; ACE nº 59, assinado por Colômbia, Equador e Venezuela, de um lado, e MERCOSUL, de outro; ACE nº 58, entre Peru e MERCOSUL; entre outros. Isso serviu em um processo de mesclagem dos países nos blocos econômicos, onde todos os países da CAN hoje são membros associados do MERCOSUL e vice-versa, o que foi um primeiro passo para a unificação de todo o subcontinente.

⁸⁴ Dados disponíveis no site oficial da entidade: www.unasur.org

O desafio de avançar com a UNASUL perpassa a superação de erros e mecanismos dos dois blocos regionais, a aproximação de rivais históricos e uma das principais demandas colocada em segundo plano pelos dois blocos, mas principalmente pelo MERCOSUL, a Amazônia. Integrar a sub-região amazônica demanda um projeto que envolva uma integração política buscando um desenvolvimento social comum para todas as nações, principalmente as amazônicas, dessa forma gerando uma real integração da população com o território, de forma uniforme. A OTCA deveria ter a obrigação de ser a mediadora desse debate, porém não possui efetivo poder de ação para atuar em uma região transfronteiriça como é a Amazônia.

Ao analisarmos as receitas e despesas da instituição podemos notar a impossibilidade desta operar de forma eficiente e efetiva na Amazônia. Como foi mostrado anteriormente nos dados obtidos no site da entidade sobre os balanços financeiros de 2009 vemos uma arrecadação total de R\$ 2,07 milhões das nações que compõem a entidade, frente a uma folha salarial e de funcionamento de R\$ 2,34 milhões, criando um déficit com outras despesas de mais de R\$ 500 mil ⁸⁵. Não somente é insuficiente para o pleno funcionamento como se torna insustentável ao longo dos anos, mostrando que é uma instituição sem poder que existe apenas no papel, incapaz de funcionar sem o aumento substancial de verbas e poder efetivo. Isso abre a possibilidade para a inserção de entidades e interesses diversos nela que não refletem a finalidade principal para qual foi criada a OTCA, tornando a entidade dependente de financiamentos externos a ela para sua sobrevivência.

Ao expandirmos esse debate na esfera da UNASUL vemos também que a OTCA é um debate ultrapassado. Ao considerarmos a UNASUL como a esfera maior da integração atual na América do Sul – à frente de CAN e MERCOSUL, superando qualquer outra instituição transnacional da região – devemos ampliar o debate sobre a integração da Amazônia não somente com as nações presentes no tratado da OTCA, mas com os demais países do subcontinente, já que essa sub-região a mata tropical de maior biodiversidade da massa continental mundial, é muito importante também para os outros países sul-americanos que não compartilham assim como para o mundo, nessa ordem. Tendo como meta principal a plena integração regional, tem que ser um debate compartilhado com os outros governos sul-americanos para contribuir na edificação de um cenário regional equitativo. Apesar de não contar diretamente com um Conselho de Meio Ambiente, a UNASUL possui outras esferas que podem intervir nas questões sobre a Amazônia, como o Conselho Energético Sul-

⁸⁵ Dados obtidos no site da entidade: <http://otca.info/portal/transparencia.php?p=otca>. Acesso em 20 Mai 2012.

americano, o Conselho de Defesa Sul-americano, o Conselho de Desenvolvimento Social, o Conselho de Infraestrutura e Planejamento, etc.

Mesmo no caso da CAN, vemos que apesar da floresta estar presente como área relevante dos países que a conformam, as políticas nacionais não a colocam como ponto central ou de grande importância para as decisões governamentais. Casos de uso irregular dos recursos são comuns, como na Colômbia onde a canadense Cosigo Resources pretende explorar uma jazida de ouro em área de reserva natural na floresta amazônica⁸⁶; na Bolívia onde a brasileira OAS com apoio do governo de Evo Morales pretende construir uma Rodovia através de um parque ecológico na Amazônia⁸⁷; no Equador onde o BNDES foi denunciado por diversas irregularidades em contratos com empresas brasileiras (Vale, Eletrobrás, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Votorantim e outros) com cifras de até R\$ 10 bilhões porque suas atividades geram algum tipo de impacto ambiental negativo⁸⁸; no Peru onde a Agro Industrial SAC (empresa peruana) firmou contratos irregulares para exploração de madeira e construção de uma rodovia através de reservas indígenas e área de proteção ambiental valendo-se de favores políticos junto a funcionários do ministério do ambiente⁸⁹.

Estes exemplos deixam claro a falta de relevância econômica sustentável e, portanto, política para inserção da sub-região. Na cobrança do neoliberalismo, imposto pelos países desenvolvidos aos moldes Consenso de Washington, pela dinamização e abstração financeira onde a América Latina é especialmente vulnerável, com mercado de alto risco e de uso de recursos de alta demanda pela China, a floresta sofre pela ausência de regulamentações e uso sustentável de seu território, dessa forma somente as matérias primas e sua extração da forma mais rápida possível é aceito pelas nações sul-americanas em busca de aporte financeiro de curto prazo.

Talvez um dos grandes desafios que a América do Sul deve enfrentar para conseguir erigir uma UNASUL de forma homogênea e igualitária nas esferas social, política e econômica, de forma sustentável e com a devida importância no foco Amazônia, é uma

⁸⁶ Asamblea de Vecinos Autoconvocados de Esquel por el No a la Mina. Disponível em: < www.noalamina.org >. Acesso em 15/12/2013.

⁸⁷ Oposição denuncia irregularidades em obra da OAS na Bolívia. Correio do Povo, 04 Out. 2010. Disponível em: < <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=344581> >. Acesso em 03/09/2013.

⁸⁸ FONSECA, B.; MOTA, J. Contrado do BNDES na Amazônia contém irregularidades, diz agência. Terra economia, 05 Dez. 2013. Disponível em: < <http://economia.terra.com.br/contratos-do-bndes-na-amazonia-contem-irregularidades-diz-agencia,19272acd5d2c2410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html> >. Acesso em: 20 Dez. 2013.

⁸⁹ United Kingdom. Un árduo camino. Relatório Global Witness, 2013.

mudança no modelo de desenvolvimento corrente, centrado na propagação urbana e a marginalização rural, na expulsão de pequenas propriedades agrícolas ou destruição de áreas de proteção no caso de indígenas e comunidades tradicionais, na tentativa de urbanizar o espaço verde e com infraestrutura inadequada para a região. O uso irregular da Amazônia possui um compasso com os processos citados, em um modelo ocidental não adequado à região, pois procura sempre a capitalização em base a extrair matérias primas sem levar em conta a integridade estrutural florestal.

A transição do neoliberalismo para o *neodesenvolvimentismo*, simbolizada no Brasil na transição do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) para o governo Lula (2003-2010) com a mudança econômica buscando diversificar o mercado exportador brasileiro, e que ocorreu também nos demais países da América do Sul, não alterou a visão política ambiental destes países. Isso pode ser colocado como um ponto crítico do sistema econômico-político da era Lula, que não se diferencia do modelo anterior, agravando o problema na busca de mais matérias-primas para explorar e exportar. A revisão de conceitos para o desenvolvimento das nações sul-americanas não deve focar-se exclusivamente nos grandes centros econômicos, colocando em segundo plano qualquer projeto viável que possa surgir para a floresta amazônica. Somado à pressão de inserção econômica global e desenvolvimento dos países da região, temos o agravamento de grandes conurbações urbanas que demandam melhorias para se tornarem mais competitivas, atraindo as principais atenções para investimentos públicos e privados, em um momento de difícil financiamento para projetos de retorno de longo prazo e incertos, como o é na Amazônia.

Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), entre 2006 e 2009 todos os grupos de exportações brasileiras entraram em declínio, exceto os setores de commodities e petróleo, que tiveram um acréscimo sensível na participação das exportações, saltando de 40% para mais de 51% em 2010⁹⁰. Os simples dados já demonstram uma política de apoio ao cenário de exportação de matéria prima, representando a maior parte das vendas para o mercado mundial, com forte participação da Ásia (China e Japão em especial) e Estados Unidos. Veremos adiante a forma de política institucional que entrou em pauta no Brasil e também na América do Sul, o *Neodesenvolvimentismo*.

⁹⁰ DE NEGRI, F., ALVARENGA, G. V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. São Paulo: IPEA, 2010. Site: <
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23
>. Acesso em 05 Ago. 2012.

No MERCOSUL, o debate ambiental é recente (toma relevância somente após a Rio 92 e a cobrança internacional) e apesar do Brasil possuir a maior porcentagem da área florestal total, apenas este e a Venezuela possuem parcelas da Amazônia entre os países do bloco platino, e ainda assim a floresta possui pouca relevância política por estar afastada do centro econômico do mesmo. Para Silva (1967) a questão para o Brasil perpassa pela divisão por núcleos, sendo o núcleo principal do desenvolvimento a região Sudeste, três outros núcleos com desenvolvimento inferior (regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste) e uma imensa “ilha”, que seria a sub-região amazônica, que deveria ser abarcada pelos outros núcleos.

Essa visão dominante até hoje ainda é um obstáculo a ser superado por todas as nações amazônicas, o isolacionismo e tamanho de suas Amazônias permite o ingresso de forma irregular de pessoas, empresas e indústrias que se valem da ausência de estruturas de poder dos Estados para explorar seus recursos, quase na totalidade de forma irregular. Além disso, coloca-se cerca de 34 milhões de habitantes, que é aproximadamente a população da Amazônia⁹¹, como sub-cidadãos nesses territórios, pela quase ausência de direitos. Lessa (1991) coloca outro perigo presente na sub-região pela falta de fiscalização e proteção que essas pessoas estão submetidas, pelo interesse que empresas ou indivíduos sem escrúpulos tem em recursos de grande valor como o ouro:

O ouro funciona como o motor econômico da Amazônia. Ele emprega quase 1 milhão de pessoas que vêm principalmente do Maranhão e Piauí, mas também do Sul do país. O garimpo é um grande mercado para empresas do Sul que produzem mangueiras, bombas de sucção e de pressão, lonas, redes. E isso sem implicar qualquer ônus para o Estado.

Apesar de ser um texto desatualizado, vale alguns destaques para atentarmos a pontos ainda presentes na sub-região. Essa ausência do Estado, como destaca o autor ao final do parágrafo acima, ainda ocorre com grande frequência, permitindo que atividades clandestinas por garimpeiros e exploradores continuem ocorrendo constantes conflitos por terras, grilagem e expulsão de nativos e ribeirinhos de suas regiões. O autor está falando de um cenário passado, porém não tão distante (década de 1990), em pleno neoliberalismo não somente conivente com essas circunstâncias, como incentivador na busca de ampliar o capital

⁹¹ USA: The 2012 World Factbook, 2012. Op. Cit. Dados referentes ao ano de 2010.

internacional a qualquer preço. O mais grave é avaliar que pouco se avançou nesses conflitos, mesmo com um modelo econômico diferente (*neodesenvolvimentismo*) do período anterior, o que denota que o problema não é o sistema adotado, mas sim o enfoque.

A falta de regulamentação também complica outras situações que deveriam ser naturais, ao analisarmos um ponto relevante da integração, o trânsito de mercadorias e pessoas entre os países membros, um dos pontos mais sensíveis entre as nações componentes do projeto da ALCA. Sem a formulação, implementação e permissão de passaportes comuns, sistemas de identificação unificados e registros de cidadanias partilhados pelos países do grupo, esse processo não é aplicável. Para acelerar esse processo, a construção e funcionamento de um parlamento transnacional se faz necessário, assim como para a coordenação de políticas comuns para o progresso e segurança da região.

Somente a integração infraestrutural não basta, se não for adequada a cada região e necessidade. O Brasil possui a 4ª malha rodoviária do mundo, com 1,7 milhão de Km, porém isso não lhe garante um transporte eficiente, aliás, em termos de Amazônia isso gera uma incoerência geoespacial em uma região predominante de rios e lagos, assim como mostra-se pouco eficiente no Centro-Oeste, em decorrência da grande extensão territorial. Com uma malha ferroviária de 30 mil Km, mostra-se muito distante dos EUA com sua malha de pouco menos de 230 mil Km ramificada que conecta todo o território ⁹². No quesito hidroviário, nota-se um sub-aproveitamento do potencial brasileiro, que possui cerca de 13 mil Km de vias navegáveis, mas poderia utilizar 44 mil Km, com a possibilidade inclusive conectar as bacias do Amazonas, do Tocantins e do Paraná, em um processo de integração de baixo impacto ambiental e de baixo custo de todo o Brasil⁹³.

De fato, em 1799 Alexander Von Humboldt já diagnosticou a possibilidade de uma grande integração hidroviária na América do Sul no que ele denominou como a “Grande Hidrovia” que poderia unir as bacias do Prata, Amazonas e Orinoco⁹⁴. Essa obra representaria uma hidrovia com quase 10 mil Km de extensão que serviria a todos os países do subcontinente a exceção do Chile. Neste caso, estaríamos realmente falando de uma

⁹² Fonte: USA. The 2012 World Factbook, 2012. Op. Cit.

⁹³ OLIVA, J. A. B. O transporte hidroviário (fluvial e cabotagem) de grãos agrícolas. São Paulo: Agência Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ, 2008.

⁹⁴ HUMBOLDT, A. V. Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of America. London: Thomasina Ross, Volume 2, 1852.

integração da Amazônia ao restante do continente, de forma sustentável e com benefícios no grande volume de transporte a baixo custo.

Pelos dados do IPEA, somente no ano de 2010 o Brasil teve uma perda de cerca de US\$ 20 bilhões em exportações por falhas de infraestrutura ou processos inadequados. O uso excessivo de transporte rodoviário é responsável não somente pelo encarecimento do produto, mas também pelo impacto negativo no meio ambiente através de maior poluição do ar, necessidade de impermeabilização do solo e maior consumo de combustíveis fósseis. Em análise comparativa, o instituto constatou que se o Brasil substituísse seus 61% de transporte rodoviário por compostos modais de ferrovia e hidrovía haveria uma redução de 41% de consumo de combustíveis fósseis, 39% de emissão de dióxido de nitrogênio e 32% de dióxido de carbono⁹⁵. Somado a isso, haveria um acréscimo de lucro de US\$ 23 bilhões no montante de exportação.

No caminho contrário, o governo brasileiro continua a expandir sua malha rodoviária e reduzindo seus investimentos no setor ferroviário (neste caso privatizando a maior parte da estrutura presente) ou hidroviário, alternativas de menor impacto ambiental e de maior competitividade por volume de transporte, principalmente quando pensamos em região amazônica. Um dos principais exemplos negativos que podemos observar é a consolidação da Rodovia Interoceânica, interligando Bolívia, Brasil e Peru, em uma área de forte presença florestal na Alta e Baixa Amazônia.

A construção de uma rodovia neste local proporciona não somente uma aceleração no devastamento, como também a possibilidade de ocupação irregular do território, trânsito irregular de mercadorias e pessoas, contrabandos, tráfico de drogas, violência migratória e processos de expulsão de comunidades tradicionais e indígenas. Podemos colocar o exemplo da cidade de Guacamayo na Bolívia, que fica as margens da Rodovia Interoceânica e hoje sofre com as facilidades que esta proporciona nas atividades ilegais, em especial a extração irregular de ouro e extração predatória de madeiras. O que se nota nos arredores de Guacamayo é uma imensa cratera se formando, semelhante ao que foi Serra Pelada no Brasil nos anos 1980⁹⁶.

⁹⁵ BRASIL: IPEA. Site: < www.ipea.gov.br >. Acesso em 05 Ago. 2012.

⁹⁶ DANIELS, A. Rodovia Interoceânica rasga Amazônia com garimpo e desmatamento entre Brasil e Peru. *Opera Mundi*, 31 Jul. 2010.

Ao pensarmos na idealização de Humboldt da Grande Hidrovia, dispendo hoje dos meios técnicos de realizar e estando presente nos projetos dos eixos de integração da IIRSA, a conexão Amazonas-Orinoco não foi colocada em prática até o final do ano de 2010, o foco dos investimentos direcionados à conexão da Rodovia Interoceânica. Como foi detalhado em relatório do IPEA (2011, p. 6) sobre os objetivos da conexão da sub-região:

O lugar da Amazônia na IIRSA se resume à construção de uma infraestrutura de conexão viária voltada para as exportações extrarregionais, especialmente para o Pacífico e incluindo um eixo bioceânico, internacionalizando mais facilmente o acesso aos recursos da região – aos Estados Unidos e aos países asiáticos (com destaque para China e Índia). Na IIRSA, basicamente quatro EID [*Eixos de Integração e Desenvolvimento*] proporcionam a interligação da Amazônia para a costa: o eixo bioceânico do Amazonas; o eixo Andino; o eixo Peru-Brasil-Bolívia; o eixo do escudo Guianense, sendo que o primeiro é o principal.

Podemos observar que o real enfoque da IIRSA na Amazônia, não procura uma área a ser conectada, mas sim é tratada como uma área de conexão, um espaço a ser utilizado como recurso ou passagem para se ligar a centros econômicos mundiais. A entidade possui uma linha de pensamento pragmático técnico ocidental, visando o desenvolvimento através de edificações como as construções de Manaus, pouco adequadas às exigências do clima local e principalmente, sem a preocupação necessária com a riqueza natural única presente. Para os tecnocratas, a floresta é um impedimento e não uma nova oportunidade a ser explorada de forma sustentável. É inegável o atrativo comércio de curto prazo que as matérias primas locais proporcionam, porém deve-se avaliar no plano futuro o que restará a ser explorado ou sustentado, no caso de uma possível desertificação, como a ocorrida ao redor da cidade de Santarém no Pará que, segundo Fearnside (1979, p. 396), tornou-se uma área de Cerrado no lugar da floresta tropical e conseqüentemente, gerando uma redução nos índices pluviométricos nos arredores⁹⁷.

Não bastassem as agressões ambientais, os impactos sociais decorrentes da Rodovia Interoceânica são enormes, com crescimento urbano desenfreado nas cidades próximas ao empreendimento como citado acima, subempregos gerados por comércio predatório e migração para áreas urbanas, provocando perda de ocupação territorial de uso agrícola ou

⁹⁷ FEARNSIDE, P. O processo de desertificação e os riscos de sua ocorrência no Brasil. *ACTA Amazonica*, V. 9, N. 2, 1979. P. 393-400. Disponível em: < <https://acta.inpa.gov.br/sumario.php?volume=9&edicao=2> >. Acesso em 08 Ago. 2014.

extrativista para o uso predatório de latifúndios e atividades madeireiras. Pelos dados da IIRSA, a conclusão da rodovia custou aproximadamente US\$ 3 bilhões para ser concluída, de forma parcial (restam alguns trechos a serem reparados e adaptados). Em estudo de caso sobre a conexão por ferrovia realizado em 2004 por técnicos e engenheiros do Ministério dos Transportes do Brasil demonstrou no período que o valor aproximado da obra seria em torno de US\$ 463 milhões, conectando o porto de Santos com o de Antofagasta no Chile⁹⁸.

Restringindo ao aspecto econômico do investimento, podemos notar um sério desperdício de recursos nas alternativas propostas acima, porém a escolha deliberada para o projeto foi a construção da rodovia, apesar das restrições ambientais, dificuldades técnicas e elevado custo de execução. As realizações destes empreendimentos sempre recaem sobre as grandes empresas brasileiras (no caso da Rodovia Interoceânica, ficou a cargo da construtora Odebrecht), quer pelo aporte que possuem ou pela facilidade em conseguir crédito para tais obras, a citar como principal financiador o BNDES. Na melhor das hipóteses se trataria de uma sobreposição da lógica do MERCOSUL sobre da CAN quando da união dos membros para a construção da UNASUL, na pior das hipóteses, e que a maioria dos países levantam hoje, é uma sobreposição do Brasil acima de todos os outros países⁹⁹.

Este círculo vicioso, orquestrado pelo governo brasileiro em uma política de expansão de seu capital interno sobre a América do Sul, é um dos fatores de receio e de resistência dos demais países para a conformação da UNASUL, onde o Brasil representa 50% do PIB do subcontinente e uma ameaça direta às empresas locais de economias menores. Isso traz juntamente o temor da submissão econômica que as nações vizinhas poderiam ter no futuro, reféns em um bloco comum sob a égide de uma economia maior, temor análogo ao que os Estados Unidos representavam durante o período do debate sobre a formação da ALCA onde, se a diferença econômica entre Brasil e Estados Unidos é gritante, na questão política a disposição de ambos são próximas em relação a América do Sul.

Em recente colóquio realizado na cidade de Lima no Peru, especificamente na Pontificia Universidad Católica do Peru, o ex-ministro de Relações Exteriores peruano Rafael Roncagliolo levantou essa preocupação principalmente dos países andinos sobre a política agressiva brasileira em questões envolvendo financiamentos de obras e licitações, em uma

⁹⁸ FERROVIA para o Pacífico custará US\$ 463 milhões. *Gazeta Mercantil*, 12 Mar. 2004.

⁹⁹ ADRIANZÉN, A. M. *Convergencia CAN-MERCOSUR: la hora de las definiciones*. Quito: Editora Nacional, 2014.

expansão das empresas brasileiras através da IIRSA e com o financiamento do BNDES, que por sua concepção só pode ceder empréstimos a empresas brasileiras, criando um vínculo nocivo como será visto ao longo de todo esse trabalho. Um dos casos que tomou repercussão por suas falhas estratégicas e que envolve BNDES e a construtora Odebrecht foi a construção da Usina San Francisco, segunda maior hidrelétrica do país e que apresentou diversas falhas de funcionamento¹⁰⁰.

Vale ressaltar que a IIRSA possui diversas fontes de financiamentos, porém após sua reforma e modificação pós 2011¹⁰¹, o grande montante do investimento ficou a cargo do BNDES, um banco de financiamento exclusivamente brasileiro, com interesses políticos do governo diretamente ligados a empresas nacionais, o que traz uma ruptura em termos de integração política. Por ser um órgão diretamente ligado ao governo brasileiro, os demais países argumentam a problemática na tomada de decisões conjuntas, colocando o Brasil como um possível voto de minerva em quaisquer decisões que possam ser tomadas pela entidade multilateral, como debateremos adiante¹⁰². Sem a futura organização de uma secretaria da UNASUL para assuntos estratégicos e os investimentos passarem diretamente pelo poder de decisão de todos os países de forma uniforme, não será possível debatermos sobre uma situação de integração e debate político equitativo.

A situação atual nos mostra que o Brasil e o MERCOSUL (Atlântico) possuem em termos absolutos o maior PIB da América do Sul, porém em termos relativos são os países da CAN e do Pacífico os mais dinâmicos (pode-se observar pelo crescimento do PIB no período), o que nos leva a conclusão de que a integração sul-americana só será possível em condições de igualdade.

Essas confusões burocráticas e estruturais dificultam o processo de consolidação da UNASUL, pois se existem bancos de fomento como o CAF e a FONPLATA que possuem contribuições e estruturas transnacionais, não há a necessidade do BNDES investir diretamente nos projetos da IIRSA, exceto por interesse do Brasil ligado a esses projetos. Na

¹⁰⁰ JARDIM, C. Equador ameaça não pagar BNDES por hidrelétrica. BBC Brasil, 24 Set. 2008.

¹⁰¹ Após 2012, com o fechamento do primeiro ciclo de projetos e fracasso do empreendimento, houve uma reformulação na IIRSA que passou a se chamar Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), com mudanças sutis nos projetos, porém com uma reformulação profunda no seu financiamento, tendo como maior credor o BNDES. Este é um processo complexo, na tentativa de desvincular os projetos futuros de uma estrutura desacreditada e desorganizada, porém agora sob maior influência do capital brasileiro sob a égide do BNDES, que pode levar a um novo fracasso nos projetos de integração. In: IIRSA, 2011. Op. Cit.

¹⁰² OLMEDO, L. B. O Brasil e seus vizinhos sul-americanos: ameaça ou cooperação? 2º Seminário de Relações Internacionais de Graduação e Pós Graduação da UFRGS, Jul. 2014.

esfera nacional brasileira, as grandes empresas possuem poder de interferir sobre políticas e investimentos, o que teriam em uma escala reduzida em uma instituição transnacional, inclusive por interesses conflitantes com empresas de outros países. Vamos explorar a seguir a questão da infraestrutura e a parcela relevante deste tema para o debate sobre a integração.

2.2 – Infraestrutura da América do Sul

A mudança do eixo econômico mundial para o Pacífico exige adaptações no comportamento econômico de alguns países da América do Sul, principalmente os membros do MERCOSUL que são tradicionalmente mais voltados para o Atlântico. Dessa forma, exige-se o desenvolvimento de infraestrutura da região e, por conseguinte, desperta interesse novamente a questão amazônica, região central do subcontinente e área de passagem obrigatória na construção desse cenário integrando o Atlântico com o Pacífico.

A geografia da região sempre trouxe dificuldades a serem transpostas em um projeto de unificação, que Sunkel (2001) denomina como efeito centrífuga, no qual os países buscam parceiros comerciais externos ao subcontinente em vez dos vizinhos, em parte pelas dificuldades físicas (Andes, Amazônia, Pantanal, Atacama e outros) a serem superadas. Um dos problemas anterior a IIRSA era a atração de financiamento para grandes projetos de infraestrutura; atualmente a questão é a fonte desse financiamento, principalmente quando centrado em um único país, no caso o Brasil através do BNDES, o que pode gerar conflito de interesses. O mesmo vale para a integração energética, social e política da UNASUL, onde a aproximação se faz necessária para o debate de um plano comum aos países membros.

A questão geográfica deve ser analisada para que se notem os desafios de superar barreiras naturais como a Cordilheira dos Andes e o próprio território amazônico. Como mostra Amayo Zavallos (2006, p. 171) o ponto mais baixo no Peru para atravessar a cordilheira é o Paso de Porculla a 2008 metros do nível do mar, relativamente próximo aos portos marítimos de Paita e de Bayovar, que por sua vez limitam com Punta Balcones o ponto mais ocidental do Pacífico sul-americano e portanto a menor distância até a Costa Oeste

dos Estados Unidos e a Ásia. O grande desafio além do geográfico será a superar a barreira cultural e histórica, os conflitos políticos e econômicos e questões sobre segurança e saúde.

A avaliação sobre a evolução na infraestrutura passa diretamente por um debate sobre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) com destaque para o relacionado com a sub-região amazônica o que tem que fazer com os projetos escolhidos para serem desenvolvidos. Como exemplo de impacto negativo, podemos citar o caso das usinas de Belo Monte e Altamira, como pode ser visto em trabalho de Fearnside (2009) pelo seu impacto sócioambiental, onde somente nos primeiros 10 anos a barragem da represa produzirá 11,2 milhões de toneladas de metano/ano, mais do que a cidade de São Paulo produz no mesmo período, além do impacto ao ecossistema local. Apesar das usinas citadas não constarem nos projetos da IIRSA e sim do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo brasileiro, o que vemos em comum é o financiamento do BNDES e as mesmas empresas envolvidas, como pode ser visto abaixo:

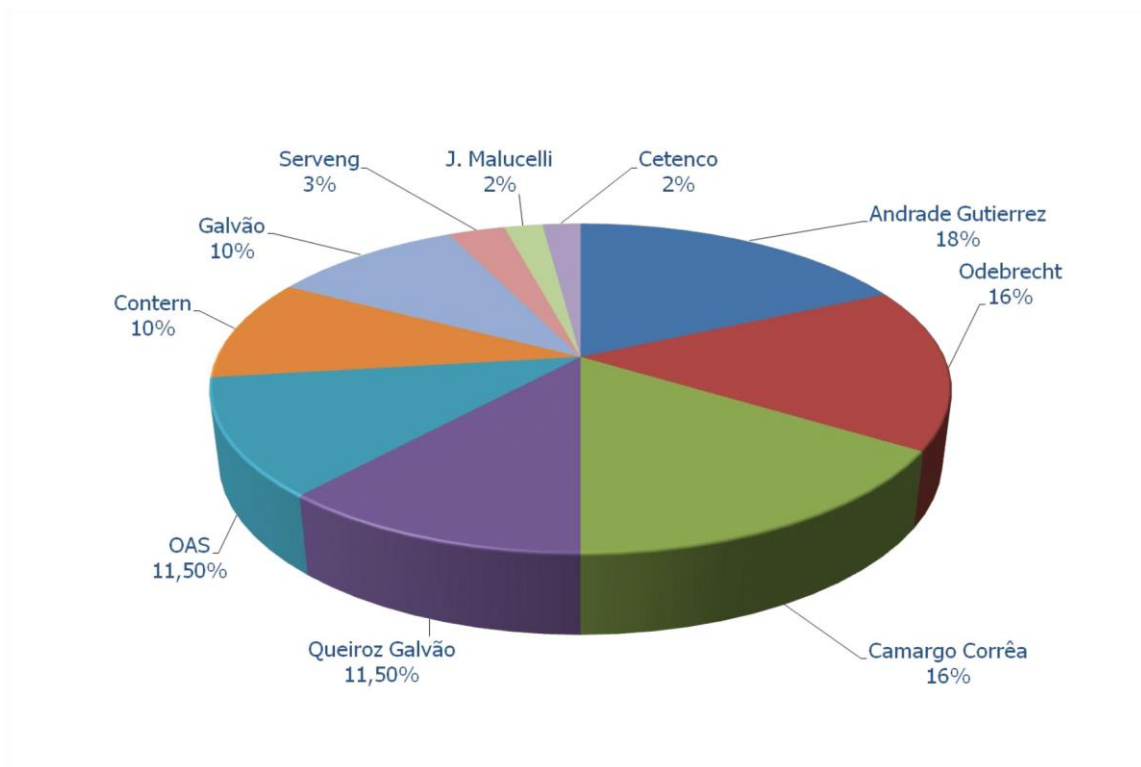


Gráfico 5: Porcentagem de participação por empresa no consórcio Belo Monte.
Fonte: Consórcio Construtor Belo Monte, 2011.

Apesar de fora do prazo de análise deste estudo, vale uma ressalva sobre essas empresas e as recentes investigações do Ministério Público do Brasil sobre lavagem de dinheiro, extorsão, propinas e outras irregularidades, adquiridos em licitações privilegiadas e protecionistas, o que deve se levar em conta para todas as obras que as empresas estejam envolvidas e devem ser investigadas. Levando-se em conta a grande quantidade de empresas envolvidas em projetos da IIRSA e também do PAC, casos de irregularidades gerariam uma crise de grandes proporções na América do Sul de difícil solução para a UNASUL e seus membros.

Retomando o debate sobre obtenção de energia no Brasil, Castro (2011), em uma visão técnica da necessidade de energia elétrica brasileira, coloca Belo Monte como um mal necessário para suprir a demanda brasileira. Ele destaca o baixo custo frente às alternativas, tanto na construção como na geração de energia e destaca a necessidade desta geração para o crescimento econômico do país frente às grandes potências. Destaca que os impactos sócio ambientais da hidrelétrica será em torno de R\$ 3,3 bilhões frente aos mais de R\$ 24 bilhões de termelétricas para produzir o equivalente energético. Porém deixa claro o seu enfoque ao final do texto, argumentando que *“As escolhas das fontes a serem priorizadas deve se basear estritamente em critérios técnicos e econômicos [...]”*.

O que não explicita Castro (2011) em seu texto são as bases de cálculo que utilizou para valorar o custo dos impactos, deixando claro a falta de importância que para os grandes centros consumidores de energia tem sobre a Amazônia, considerada um mero recurso a ser explorado. Fearnside (2009) por outro lado, por sua formação em biologia e seu ativismo de mais de 30 anos na sub-região observa de outra forma o empreendimento, levando em conta também o custo social, ambiental e cultural que será gerado, indo além da preocupação de como será gerada a energia ao considerar também como será utilizada, segundo ele 30% deste fornecimento atenderá demandas das indústrias locais produtoras de alumínio exportado aos países desenvolvidos e em suas palavras *“lá vão gerar empregos para transformar esses lingotes em produtos acabados e os impactos vão ficar com os ribeirinhos e índios”*. Aqui se trata apenas uma obra na sub-região, mas existem outras em andamento de igual magnitude.

Ao se analisar sobre preço competitivo e baixo impacto, não se colocam como alternativas projetos usando as grandes quedas dos Andes em afluentes do Amazonas, com alto potencial hidrelétrico e menor índice de alagamento e decomposição de matéria orgânica,

principal elemento poluidor desse sistema em áreas tropicais. Ao somarmos a isso um menor custo de instalação e geração, há de se notar que o erro é sistemático e portanto proposital para a omissão desses projetos. Na questão de transportes temos casos similares já que omitem sistematicamente hidrovias, ferrovias e sistemas intermodais o que ilustra a desordem das instituições na Amazônia (em particular da IIRSA), seja por má fé ou por atender interesses particulares de empresas: não é por falta de capacitação técnica, presente em todos os países da América do Sul.

Faz-se necessário uma explicação sobre a questão de infraestrutura da América do Sul, que envolve diretamente questões políticas e estratégicas. Quando surgiu em 2000, a IIRSA tinha a tarefa de reorganizar e ampliar a rede de transportes, “principal instrumento de planejamento do processo de integração física da Amazônia”. Foram os já mencionados 10 eixos de integração em diferentes partes do subcontinente, conectando todos os países com diversos projetos a um custo estimado de US\$ 54 bilhões, financiados pelos países e também pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ¹⁰³.

A IIRSA foi criada em um momento de indefinição política sobre os blocos econômicos, com forte pressão da ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas) e investimentos estadunidenses de forma indireta, seja através do próprio BID, como também pelo Banco Mundial e o FMI. Era uma maneira de fortalecer a política de boa vizinhança e preparar o terreno para a criação da ALCA. Segundo o site da OTCA, entre 2000 e 2010, os EUA investiram em projetos na Amazônia de forma indireta cerca de US\$ 20 bilhões, um valor que estava muito acima do orçamento da própria instituição local (com orçamento anual em torno de US\$ 2 milhões) e dos países membros, que investiram em torno de US\$ 3 bilhões ¹⁰⁴.

Os EUA não imaginavam a repercussão negativa contra a ALCA na América Latina que terminou gerando um movimento contra ela já que claramente traria benefícios principalmente para os Estados Unidos. A grande potência mundial fomentou e deu suporte a ditaduras militares na América Latina e sua influência direta na política local ainda eram muito recentes, criando forte resistência a qualquer tipo de união aduaneira. O modelo já existente do NAFTA colocava o México como exemplo prático do que poderia se tornar a

¹⁰³ IIRSA, 2011. Op.cit.

¹⁰⁴ Dados disponíveis nos relatórios anuais das instituições da CAN e do MERCOSUL.

América Latina, reduto de mão de obra barata e qualificada para as empresas maquiladoras norte-americanas¹⁰⁵.

Dessa forma, em Novembro de 2005 na 4ª Cúpula das Américas realizada em Mar del Plata, Argentina, o projeto da ALCA foi engavetado por todos os presidentes latino americanos e assim o investimento dos Estados Unidos em projetos amazônicos foi decaindo ao longo dos anos seguintes, gerando atrasos no desenvolvimento de obras já iniciadas e prorrogando o início de novos projetos cronogramados pela IIRSA.

Vale destacar a mudança política ocorrida antes deste encontro, no final dos anos 1990 e início do século XXI, onde com a ressaca econômica deixada pelas políticas neoliberais, abriu espaço para a ascensão de partidos com orientação centro-esquerda por toda a América do Sul, iniciado em 1998 com a posse de Hugo Chávez no poder na Venezuela. O ressentimento da população para com o a cúpula estadunidense e suas normas austeras de controle financeiro criou uma forte resistência a qualquer proposta advinda do Eixo Norte do planeta. Da mesma forma, o aporte financeiro começou a ser deslocado para fontes de menor influência dos Estados Unidos, passando tal responsabilidade para os sul-americanos¹⁰⁶.

Por fim, somente a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o BNDES (banco estatal brasileiro) estavam financiando as obras de expansão da infraestrutura, com um cada vez menor auxílio do BID, o que não significou mudanças em relação a problemática ambiental como podemos ver no caso da Rodovia Interoceânica ou nos projetos de represas de Belo Monte (Brasil) e Iñambari (Peru). Em 08 de Dezembro de 2004 era assinada a Declaração de Cuzco, estabelecendo as matrizes da UNASUL e uma mudança no direcionamento político regional. Pode-se colocar de forma figurada este como o momento de independência regional no período neoliberal da economia, um afastamento dos EUA e maior aproximação com o cenário asiático, principalmente com os mercados da China e do Japão.

O único vínculo remanescente com a perspectiva de formação da ALCA ainda era a IIRSA, onde suas metas de integração e investimentos continham direcionamentos políticos do cenário anterior ao surgimento da UNASUL. Por isso, como existia um plano de metas da

¹⁰⁵ PATRICK, M. J. The impact of NAFTA on Border Maquiladora and Industrial Activity. Texas: Texas A&M Press, 1994.

¹⁰⁶ AVERBUG, A.; GIAMBIAGI, F. A crise brasileira de 1998/1999: origens e consequências. Rio de Janeiro: PNUD, 2000.

instituição para projetos de 2004 a 2012, a IIRSA resistiu a sua dissolução até o final de 2011, quando os relatórios finais foram apresentados¹⁰⁷. A partir deste momento, iria surgir a COSIPLAN (Conselho de Infraestrutura e Planejamento)¹⁰⁸, que seguiria os planos de ação estratégica da antecessora, porém sem vinculação direta com o próprio BID ou mesmo com a OEA. Valendo-se primordialmente de recursos regionais como os já citados CAF, FONPLATA e BNDES, trata-se da etapa final de independência regional e marco sepulcral da ALCA no âmbito político, sem refletir diretamente sobre ações na infraestrutura Sul-americana. Não iremos tratar da COSIPLAN neste trabalho, por estar fora do período de análise proposto.

Apesar desta independência financeira alcançada pelo órgão internacional responsável por desenvolver a infraestrutura da América do Sul em relação a investimentos externos, o que se nota são pouquíssimas mudanças práticas na entidade. Se considerarmos a possibilidade de envolvimento ilícito de empresas brasileiras nas grandes obras da IIRSA, a mudança pode ter sido para pior e gerar uma quebra em toda a estrutura montada pelos países ao longo dos últimos 20 anos. Considerando também que houve uma troca de financiamento majoritário do BID pelo BNDES, pouca variação no modelo seguido ocorreu, permitindo uma influência de poder do Brasil em decisões administrativas.

A IIRSA buscou dinamizar a economia da região, porém em se tratando de Amazônia, alguns problemas de ordem ambiental surgiram e agravavam ainda mais questões como desmatamento e ocupação indevida da terra, como o demonstrou Dourojeanni *et. al.* (2009). Em relatório da IIRSA de 2011¹⁰⁹, esta almejava a realização de 524 projetos inicialmente orçados por volta de US\$ 96 bilhões entre 2004 e 2010, com investimentos dos países membros e aportes internacionais¹¹⁰. No entanto, nota-se que somente 20% das obras foram concluídas no período de 2002 a 2012, uma parcela mínima reincorporada pela

¹⁰⁷ Os principais relatórios sobre o tema são os seguintes: IIRSA 10 anos depois: suas conquistas e desafios, 2011; Agenda de proyectos prioritários de integración, 2012; Espinoza, G. et. al. Lecciones aprendidas con aplicación de la metodología de evaluación ambiental y social con enfoque estratégico – EASE/IIRSA, 2010. Disponíveis no site: < www.iirsa.org >.

¹⁰⁸ A entidade COSIPLAN foi criada em 2009, durante a terceira reunião da UNASUL em Quito, possuindo os mesmos membros da entidade anterior (IIRSA), porém só entrou em vigor em 2012, pois a IIRSA possuía projetos em andamento que se encerravam em 2011.

¹⁰⁹ IIRSA: Agenda de proyectos prioritários de integración, 2011. Site: < www.iirsa.org >.

¹¹⁰ Segundo relatórios da própria IIRSA, pouco mais da metade desses projetos foram concluídos ou estão em andamento, e grande parte do montante financeiro aplicado foram focados em obras do interesse dos países de maior economia, como Brasil (cerca de 50% do total de investimento em obras), Chile e Argentina (somados, quase 30% do total de investimento). Fonte: IIRSA 10 años después: Sus logros e desafíos. Disponível em: www.iirsa.org.

COSIPLAN e mais de 50% dos projetos abandonados. Um confronto desses dados com os números concretizados das obras nos mostra o perfil institucional mais real desse órgão de parcerias nacionais que fracassou. Assim nada garante que a COSIPLAN não siga o mesmo caminho.

Talvez um dos motivadores para uma mudança estratégica de financiamento seja o insucesso da entidade IIRSA sob a tutela do BID e da OEA, com poucos projetos concluídos e baixo orçamento diante da magnitude dos projetos. Existe um erro de elaboração de projetos, com enfoque bem claro de um modelo rodoviário de conexão – ao qual a OEA, sob apoio direto dos Estados Unidos, sempre foram incentivadores – frente outras opções mais lógicas, mas que infelizmente até agora não são realidade, mesmo com a mudança de direção de planejamento. Em uma sub-região com a presença da maior bacia hidrográfica do mundo, a primeira opção a ser colocada seria logicamente a hidroviária seguida da ferroviária e processos intermodais. Mas a lógica no novo período continua sendo a mesma para os elaboradores de projetos para a Amazônia: que sejam implantadas hidroelétricas, e não hidrovias. Isso é um demonstrativo que o paradigma da estrutura não mudou.

Sob a tutela impositiva do Brasil, temos um aumento pequeno da influência da UNASUL em decisões transnacionais políticas e econômicas, um fraco crescimento das relações entre os países na busca de melhorias regionais e redução de impactos ambientais. Entidades como o Parlamento Andino e o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) servem como início de relações entre as nações e poderiam servir de alicerce para a constituição efetiva do Parlamento da UNASUL, mas não há avanços na constituição e funcionamento dos mesmos e infelizmente não há demonstração de mudanças. Este assunto será tratado adiante.

Nesse ponto, a separação entre economia e política torna-se quase imperceptível pela influência direta de ambos na temática ambiental, ligados diretamente por questões de interesse da sociedade, como discutido por Becker (1990) e outros autores, mas a influência de empresas e do grande capital afasta o debate político de demandas das populações nativas e ribeirinhas. Ao fazermos um balanço entre os objetivos comuns elaborados pela UNASUL e as realizações conseguidas, sem deixar de lado os erros cometidos, notaremos uma imobilidade dos governos da América do Sul ao lidar com questões de preservação e uso sustentável, assim como a falha sistêmica em integrar o espaço amazônico e sua população. Não há preocupação no planejamento da economia sustentável para a Amazônia como

instrumento de inserção desta área no projeto de integração global da América do Sul visando baixos impactos ambientais e manutenção da floresta viva.

O grande erro é colocar projetos socioambientais sob a tutela de órgãos sem motivação social como a IIRSA e o próprio BNDES, o qual o fator social de seu nome é mera retórica para justificar sua existência. O aspecto técnico desses órgãos é incapaz de fazer avaliações corretas para a preservação e uso dos recursos florestais, e acabam por condenar a maior floresta tropical do mundo a um futuro incerto de destruição e desertificação.

2.2.1 – BNDES X IIRSA

Em um primeiro momento de análise, pode-se questionar a abertura de um tópico para debater sobre o confronto de informações entre uma entidade multilateral, como a IIRSA, e um banco estatal brasileiro como o BNDES, e é nesta contradição que vamos analisar a problemática política da América do Sul, onde a possibilidade de interferência brasileira em decisões coletivas da UNASUL cria resistência dos demais membros do bloco. A mera perspectiva de algum controle que um único país possa exercer no coletivo traz a chave para a ruptura de todo o bloco, dessa forma estudar a inserção do BNDES na América do Sul, através de corporações brasileiras, traz uma ingerência para o debate inter-regional.

A transparência não é parte da política do BNDES e por isso não é possível obter os resultados reais pela política do banco de confidencialidade, mas podemos estimar o capital financeiro presente nessa instituição com dados sobre repasses feitos pelo tesouro brasileiro. De 2003 a 2009, foi disponibilizado para investimento um montante de R\$ 250 bilhões, cerca de R\$ 20 bilhões por ano, o equivalente a 40% do PIB do Paraguai ¹¹¹. Este é um poder de investimento que nenhum país da região possui, deixando uma ressalva quando falamos de projetos de integração, onde o fator econômico se não é decisivo, possui uma grande influência na tomada de decisões.

Junto a este poder monetário do Brasil através do BNDES, surgem outros problemas que precisam ser considerados, como o interesse de grandes empresas brasileiras atrás destes

¹¹¹ Dados disponíveis no site da entidade: < www.bndes.gov.br >. Pelo CIA World Factbook 2012, o PIB do Paraguai para 2011 foi estimado em R\$ 55 Bilhões.

financiamentos. A explicação para isso é que por regulamento o banco estatal somente pode oferecer empréstimos a empresas brasileiras, o que beneficia as construtoras deste país e sem nenhuma coincidência ou surpresa, o Brasil possui as maiores empreiteiras e exploradoras do subcontinente, onde podemos citar Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Corrêa entre outras na área de construção; Petrobrás, Cosan e outros na área de prospecção e exploração de petróleo e derivados; além da Vale que é a maior exploradora de minério de ferro do mundo. Somente a Odebrecht possui um capital bruto de R\$ 80 bilhões, equivalente a 80% do PIB do Uruguai (R\$ 100 bilhões), gerando grande dificuldade de concorrência por empresas locais¹¹².

Existe também a questão política por trás desses problemas, o lobby oculto e ilegal que relaciona tais empresas aos centros de poder no Brasil, facilitando negociações sobre grandes financiamentos a megaobras¹¹³. Essa expansão capitalista e perniciososa sobre a América do Sul traz ressalvas dos outros governos quando se trata de debater o tema UNASUL. Falando sobre questões de infraestrutura, desenvolvimento energético e transportes, obras das quais as grandes empresas brasileiras estão comandando, a temerosidade é explicável e deve ser analisada para se discutir políticas comuns para o subcontinente, mesmo antes da consolidação do bloco.

Não existe uma comprovação factível sobre os mecanismos utilizados pelas grandes empresas brasileiras para ganhar as licitações ou projetos de grande capital, porém a presença destas construtoras é uma constante desde o início da IIRSA. Ligado a isso, vemos um crescimento exponencial do capital do BNDES, que se tornou ao longo dos anos o maior financiador de megaobras na América do Sul. Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o BNDES aumentou em 1185% seus financiamentos a

¹¹² Fora do período de análise e ainda que não se trate do BNDES, mas elucidativo para ilustrar o problema, é o caso de corrupção dentro da Petrobrás, envolvendo as empresas citadas em financiamentos irregulares de campanhas e licitações públicas, que provavelmente irão alcançar megaprojetos fora do Brasil. OAS, Camargo Corrêa, Iesa, UTC, Queiróz Galvão e outras possuem contratos da Petrobrás que somados representam R\$ 59 bilhões. Fonte: JUSTIÇA decreta prisão de presidentes de 05 empresas na Operação Lava Jato. Jornal Folha de São Paulo, 09 de Dezembro de 2014.

¹¹³ Vale lembrar que esta análise ocorre antes dos escândalos recentes da Petrobrás em parceria com essas grandes empresas, para financiamento de campanhas, lavagem de dinheiro e pagamento de propinas, onde se oculta o que podemos definir como lobby ilegal das empresas na política brasileira. O pagamento posterior é a realização de licitações que beneficiem os financiadores de campanhas e incentivos para explorar o mercado da América do Sul.

projetos de infraestrutura no exterior, deste montante 87% teve destino os países vizinhos ao Brasil, em obras de infraestrutura, com mais de 80 projetos aprovados até 2010 ¹¹⁴.

Em recente encontro dos povos da Amazônia, realizado em Macapá entre 28 e 31 de Maio de 2014, contando com mais de 3500 pessoas de sete países amazônicos, foi divulgado a Carta de Macapá ¹¹⁵, sobre intenções e desejos dos povos nativos e ribeirinhos que habitam a floresta, do qual um trecho deixa claro o modelo deturpado de integração que está se levando adiante:

Acreditamos e lutamos para que a integração continental tenha como eixo o bem estar de nossas populações e não os interesses das empresas transnacionais e grandes corporações e assim instamos a Unasul, Celac e outros organismos continentais para que revisem os projetos, como o IIRSA, cujo fundamento neoliberal é uma agressão ao direito dos povos.

Ao visitarmos os projetos da IIRSA, podemos observar a relevância do comentário presente acima, pois esta é uma constatação que precisa ser levada em conta. No primeiro momento, quais os reais beneficiados destas grandes obras, além das empresas que realizaram os empreendimentos? Fica claro que não são as populações da sub-região amazônica, muitas vezes expulsas de suas regiões tradicionais para a implantação de uma usina (como pode ser visto em Belo Monte) ou a construção de uma rodovia (como a que seria construída em um parque ambiental na Bolívia conhecido como Terra Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure [TIPNIS], cruzando uma área de proteção ambiental, projeto cancelado pelo governo devido à mobilização dos povos amazônicos bolivianos). Desta forma, qual o real benefício dos projetos para a Amazônia?

O retorno aguardado para tais obras é a dinamização da economia do subcontinente, fator que explica o investimento do BNDES e outros bancos para a realização, porém isso não impede que melhores escolhas poderiam ter sido feitas para desenvolver esses projetos. Aqui reside o fator corrupto das atitudes empresariais, onde se torna mais interessante fazer uma usina hidrelétrica de alto impacto ambiental, mas com valor de construção elevado (cerca de

¹¹⁴ NETO, I. C. **A atuação internacional do BNDES como parte do modelo *Novo Desenvolvimentista***. Rio de Janeiro: Seminário sobre investimentos do BNDES na América Latina, IBASE, 2013.

¹¹⁵ FÓRUM Social Pan Amazônico: < <http://foroamazonico.wordpress.com/2014/05/31/carta-de-macapá-os-povos-livres-da-panamazonia-vencerao/> >.

R\$ 40 bilhões no caso de Belo Monte) no lugar da alternativa de uma usina de baixo impacto (na Alta Amazônia com o aproveitamento da queda dos rios, sem a necessidade de lagos artificiais), que traria menos recursos às construtoras mas seria mais barata, eficiente e com menores impactos ambientais. O problema menor é o alto retorno financeiro, motivação maior do investimento capitalista de qualquer empresa, mas o problema maior é o fato de quase não levar em conta os impactos sociais e ambientais destrutivos.

Passos (2014) traz uma perspectiva otimista em relatório elaborado para a CEPAL sobre o processo de infraestrutura do Eixo do Amazonas, sobre o modelo desenvolvido pela IIRSA e posteriormente adotado pela COSIPLAN. Tenta abordar sobre a importância sociocultural dos projetos, porém colocando em primeiro plano o fator econômico, o que se espera de uma entidade que analisa fatores econômicos nos países. Não perpassa pela análise um fator relevante, sobre as principais exportações que se utilizam deste eixo, uma contradição ao pensarmos na esfera socioambiental:

Segundo dados do sistema Aliceweb do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), no mesmo ano (2008), cerca de 95,4% do valor das exportações dos países integrantes desse Eixo foram extrazona, enquanto apenas 4,59% foram vendas direcionadas para dentro da região. Tais números evidenciam o potencial para a ampliação do comércio entre os quatro países [Brasil, Colômbia, Equador e Peru]. Entre os principais produtos exportados dentro do Eixo Amazonas estão: petróleo cru e derivados, minérios de ferro e cobre e grãos de soja. (2014, p. 17) (grifo nosso)

O argumento utilizado no relatório sobre a possibilidade de aumento do comércio interno traz uma base ilusória sobre potencial e valores. Passos (2014) coloca como o valor do Produto Interno Bruto do Eixo Amazonas em 2008 em R\$ 280 bilhões, que representaria 13,7% do PIB dos países integrantes desse eixo ¹¹⁶. Dentro destes valores, devemos excluir o capital presente na Zona Franca de Manaus, que faturou em 2010 cerca de R\$ 60 bilhões, o que representa no montante total em torno de 20%. Devemos também excluir as cifras alcançadas pela companhia Vale, que produz minério de ferro exclusivamente para exportação, com um lucro em 2010 de R\$ 30 bilhões. Se subtrairmos valores de produtos

¹¹⁶ Fazem parte do Eixo do Amazonas: Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Fonte: www.iirsa.org

como petróleo, cobre e grão de soja, temos um panorama das cifras que realmente são produção da população local e quais as necessidades para esta integração.

Os investimentos do BNDES estão pouco presentes em projetos menos ambiciosos e com valores bem inferiores, mas para estes projetos fundos são disponíveis através do Banco da Amazônia (responsável por 60% do crédito na Amazônia Legal brasileira). Em 2010, estavam registradas 165 cooperativas em atividade no estado do Amazonas na Organização de Cooperativas do Brasil (OCB/AM) e cerca de 80% delas utilizam ou utilizaram recursos provenientes do Banco da Amazônia ¹¹⁷. Apesar de necessitarem de melhorias na infraestrutura para negociar suas mercadorias, essas benfeitorias não podem gerar impactos negativos nos recursos explorados de forma correta, principalmente no caso de comunidades extrativistas.

Esta é uma das grandes contradições aparentes do BNDES, de um lado financiando e promovendo a economia sustentável da região amazônica, beneficiando comunidades presentes nas florestas com pequenos investimentos, e por outro com investimentos massivos em obras de grande impacto ambiental como a Rodovia Interoceânica e a usina de Belo Monte. O Banco da Amazônia possui financiamento do BNDES, porém não está diretamente vinculado ao banco estatal, possuindo capital aberto onde o governo brasileiro detém a maioria das suas ações. Esse planejamento esquizofrênico é mais um fator que cria ressalvas dos outros países da região, onde pode-se notar o fator negativo a frente do positivo nesta equação.

A informação acima deixa claro que a opção principal do BNDES é apoiar grandes investimentos através de multinacionais brasileiras, em grandes projetos que geram impactos negativos: esse banco não tem interesse real em gerar projetos economicamente sustentáveis e de baixos impactos negativos ambientais.

O caso de Belo Monte serve como ilustração da proposta de investimentos aceitas pelo BNDES que mostra ser uma entidade pragmática que visa o desenvolvimento do país como um todo, mas sem se importar pelos preços locais a serem pagos. Dos cerca de 29 bilhões de reais orçados para a realização da obra, R\$ 25 bilhões vieram do BNDES, ou seja, 86% do montante, restando então um investimento direto do capital privado muito inferior aos benefícios econômicos que irão obter da realização de uma obra desta magnitude. Não

¹¹⁷ MENEZES, J. Cooperativismo no Amazonas beneficia 35 mil pessoas. Portal Amazônia, 12 Dez. 2012.

surpreendentemente, o consórcio de 11 empresas responsáveis pela obra são liderados por Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e OAS, como já citado anteriormente.

Os maiores empreendimentos do BNDES na Amazônia brasileira são de hidrelétricas, todas elas com problemas nas licitações, nos seus relatórios de impacto ambiental e pelo deslocamento de populações locais de seu local de origem. Além de Belo Monte, temos as usinas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia, também financiadas pelo BNDES e também sob a responsabilidade das mesmas grandes empresas brasileiras.

Apesar das mudanças no cenário político do Brasil e da América do Sul na última década, apesar de em tese ter superado os limites do neoliberalismo, podemos notar que neste aspecto nada se alterou e até ficou pior pois o processo de invasão de investimentos predatórios aumentou e se agravou na Amazônia, criando rodovias, hidrelétricas e projetos que geram desmatamento e invasão de territórios indígenas e ribeirinhos tudo com o aval e financiamento dos governos, sob a liderança do Brasil através do BNDES e suas empresas “filhas”. Em um processo agravado por seguidas crises econômicas e a necessidade de obtenção de recursos para buscar ascensão no comércio exterior cada vez mais competitivo, veremos que o modelo econômico se alterou, porém os fatores de alimentação das verbas não. Neste momento, vale uma análise sobre a viabilidade deste modelo, não somente pela preservação da Amazônia, mas uma reflexão sobre a eficiência do sistema, o quão efetivo foi a mudança da estrutura social, econômica e política da América do Sul.

2.3 – O conflito da CEPAL com o Neoliberalismo

As teorias econômicas para explicar a lentidão ou mesmo estagnação da América Latina na economia global são inúmeras ao longo das décadas, porém desde o Brasil deve-se dar especial atenção aos trabalhos de Raúl Prebisch, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Guido Mantega e Fernando Henrique Cardoso, para podermos analisar as falhas ocorridas no período militar na região e que perduram até o presente. A seguir vamos tratar brevemente deles.

A inquietação da economia regional era palpável ao término da 2ª Guerra Mundial, gerada pela instabilidade política e a incapacidade de suprir o mercado interno de seus próprios países. A CEPAL foi criada em 1948 com o intuito de auxiliar os países

subdesenvolvidos a atingirem os padrões de desenvolvimento adequados aos moldes dos Estados Unidos, em um cenário de grande destruição na Europa e da Ásia antes da ascensão de Japão e China.

Prebisch (1948) criou uma análise crítica sobre os modelos adotados pelos países regionais que, segundo ele, ainda adotavam metodologias de David Ricardo em seus planos econômicos, o que levava ao processo de deterioração dos termos de troca, gerando benefícios essencialmente para os países desenvolvidos¹¹⁸. Algumas falhas foram apontadas por economistas neoclássicos como Paul Krugman (2009) e Rémy Herrera (2006), tais como a imprecisão do que se tornaria a teoria desenvolvimentista cepalina diante de variações da microeconomia ou da ausência de especialização e investimento na produção primária, que poderia originar inovações importantes para reduzir o distanciamento técnico-econômico entre os países periféricos e centrais. O modelo capitalista keynesiano dos Estados Unidos na década de 1940 disseminado pelo Ocidente era necessário para corrigir um mercado regido por oligarquias, dessa forma o Estado deveria desempenhar papel fundamental como marco regulatório, na busca de refrear as desigualdades sociais e incentivar o crescimento e desenvolvimento do país pela indústria.

A percepção da época captada por Prebisch o levou a acreditar que o setor secundário da economia (industrial) seria a resposta não somente para o avanço econômico, como também para a absorção de mão de obra e avanço de tecnologias necessárias para o progresso da periferia. Essa inflexibilidade teórica do período da CEPAL nos anos seguintes (até meados da década de 1970) em subestimar os outros setores¹¹⁹ não vislumbrava mudanças estruturais da sociedade brasileira e latino-americana. Notamos o retorno a um modelo agroexportador e de empresas de matérias primas nas decisões sobre política exportadora, como a antiga estatal Vale ou a Petrobrás.

O principal detalhe a ser colocado nessa teoria é a diversificação da evolução industrial, de forma a ocorrer um verdadeiro desenvolvimento como propunha Prebisch. Esta teria que ser uma das principais funções do Estado, do qual efetivamente se tinha omitido, condenando assim qualquer tentativa de reformulação político-econômica a cair no círculo

¹¹⁸ PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. Chile: CEPAL, 1948.

¹¹⁹ Os historiadores costumam dividir as formas de trabalho em setores, a saber: Setor primário referente ao trabalho agrário, setor secundário ao trabalho da indústria e setor terciário abarcando comércio e serviços.

vicioso do subdesenvolvimento do qual a América Latina sempre foi refém. O principal fator de fracasso neste modelo foi a ineficiência governamental local e não o princípio centralizador e orientador proposto pelo Estado.

Celso Furtado (2007) traria um complemento à teoria de Prebisch (1948); posteriormente ambos se tornariam os alicerces principais da teoria desenvolvimentista propagada pelo subcontinente, a teoria estruturalista da economia periférica. Furtado acreditava que existiam fatores estruturais diversos que bloqueavam a capacidade de desenvolvimento do país, assim como também impediam a redução da desigualdade na divisão econômica do Brasil e dos demais países da região. Isso gerava uma contradição quase inaceitável, pois existia um mercado interno em ampla expansão que por pressões internas, auto-impostas na maioria dos casos, impediam o desenvolvimento natural industrial para suprir essas demandas, restando aos grupos empresariais investir em produtos de exportação, concorrendo com mercadorias de qualidade e preço superiores e condenando a inovação industrial ao isolamento ou restrito somente às transnacionais.

Esse avanço teórico trouxe uma reformulação dentro da CEPAL¹²⁰ visto como uma mudança possível e de impacto direto sobre a sociedade latino americana, na busca da redução de desequilíbrios, separadas em períodos distintos. Década de 40 e 50: Industrialização no modelo proposto por Prebisch não por substituição de importações, mas para atender as demandas internas; Década de 60: Reformas para a desobstrução da industrialização da região, reformulações políticas e planos de investimentos para evitar a neutralização do impulso industrial, como alertado por Furtado; Década de 70: Reorientar as formas de desenvolvimento na busca de homogeneidade social e diversificação das exportações; Década de 80: Superar os problemas do endividamento externo realizando o “ajuste com crescimento”; Década de 90: Realizar uma transformação produtiva com equidade.

Existe um descompasso cronológico sobre as metas propostas pelos economistas da CEPAL para a reestruturação da América Latina¹²¹, assim como a interdependência industrial e os Estados da região. Em nenhuma das etapas acima os países periféricos conseguiram

¹²⁰ CEPAL. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Textos selecionados (dois volumes). Santiago: Fundo de Cultura Econômica, 1998.

¹²¹ RUIZ, J. B. Raúl Prebisch e a contribuição latino-americana para a teoria das relações internacionais. In: GURRIERI, A. (org.). Raul Prebisch: o manifesto latino-americano e outros ensaios. São Paulo: Contraponto, 2011.

atingir as metas estabelecidas e/ou superar os impasses que causavam o grande dilema dos estudos de Prebisch (1948), Furtado (2007) e posteriormente Jaguaribe (1956)¹²² e Mantega (1987)¹²³. O aumento progressivo da desigualdade social afetava diretamente a possibilidade de absorção no mercado de trabalho, assim como o impacto da economia mundial nestes países estancava o fluxo financeiro externo, criando uma estagnação nociva ao setor secundário da economia, impossibilitando o avanço de toda uma economia apoiada em um único setor.

Para Jaguaribe (1956), deveria haver uma intervenção direta da burguesia brasileira para a industrialização e modernização do país. Segundo ele, a ausência de capital privado era um dos principais problemas na consolidação de um parque industrial competitivo e transformador da realidade brasileira. Mantega (1987) por outro lado traz um panorama que traça a desilusão do desenvolvimentismo em um período mais recente da literatura econômica, onde a implantação e o desenvolvimento de modelos econômicos alavancados pelo Estado trariam a longo prazo os benefícios sociais necessários para a melhoria do Brasil. Sua crítica recai sobre o enfoque econômico da CEPAL do livre desenvolvimento industrial apoiado pela burguesia urbana em detrimento dos aspectos sociais e políticos para a América Latina.

As metas estipuladas pela CEPAL (industrialização contínua e absorção da mão de obra abundante) trariam as reformas necessárias para diversificar e dinamizar o desenvolvimento da América Latina, porém a incapacidade de superar a resistência das elites locais trouxe consequências desastrosas no longo prazo. Por outro lado, deve se reconhecer a importância da concepção cepalina de desenvolvimentismo gerenciado pelo Estado como suporte teórico e base das novas abordagens que posteriormente vieram a trazer uma visão apurada sobre o problema do atraso desenvolvimentista nos países periféricos. Podemos citar a Teoria da Dependência, que obteve seu auge na década de 70, considerando a problemática da interferência direta dos centros de poder mundial sobre as mudanças econômicas regionais. Segundo Celso Furtado (2007), a Teoria da Dependência aproxima-se de uma releitura da teoria de Prebisch, e desta forma a própria análise de Celso Furtado sobre o pensamento

¹²² JAGUARIBE, H. Para uma política nacional de desenvolvimento. Cadernos do nosso tempo, n. 5, 1956.

¹²³ MANTEGA, G. A economia política brasileira. São Paulo: Vozes, 1987.

desenvolvimentista pode ser visto como uma das origens do Estruturalismo Latino-americano, um aprofundamento da teoria desenvolvimentista da CEPAL¹²⁴.

Com a reformulação dos processos de produção industrial, que Harvey (1994) descreveu como acumulação flexível do capital, houve uma quebra em todo o processo de captação de mão de obra pouco especializada em grande número para centrar-se em pequenos grupos qualificados e com estruturas de suporte (robótica, mecanização total da indústria, flexibilização de horários) capazes de suprir uma demanda altamente variável no mundo atual. Esse ponto de ruptura deixa para trás qualquer expectativa criada na CEPAL na década de 1960 e 1970.

Essa redução drástica de demanda trabalhista no setor industrial trouxe consigo também a diversificação da área de serviços, dominante em todos os países centrais e em quase todos os emergentes que não são apenas os BRICS. O próprio conceito de imaterialismo da sociedade atual, como diz Harvey (1994), pode explicar este posicionamento. Esta ausência de concretude sobre o mundo financeiro cria um cenário no qual as pessoas desejam captar seu emprego em áreas sem ligação ao trabalho prático, amplamente presente no setor bancário, de investimentos ou da informática. A captação do trabalho é intelectual, pessoal e abstrata, muito distante do chão da fábrica.

O encolhimento do setor secundário da economia forçou a migração destes trabalhadores para outros setores, principalmente o terceiro setor, e criou um cenário de incerteza e instabilidade sobre o mercado de trabalho. Na América do Sul e nos países emergentes – até mesmo em alguns países centrais, em menor escala – o que se pode notar é o crescimento do trabalho informal, principalmente na década de 1990 e 2000, época de maior austeridade fiscal imposta pelo FMI¹²⁵. Somado a isso, vemos o encolhimento do Estado e a redução de serviços prestados à sociedade.

Essa inversão traz um total corte com pensamentos anteriores da CEPAL, onde a possibilidade de criar um desenvolvimento alicerçado pelo Estado ou reformas estruturais

¹²⁴SILVA, A. L. G.; MARCATO, M. B. Estruturalismo latino-americano e desenvolvimento na perspectiva neoschumpeteriana. Rio de Janeiro: Conferência Internacional LALICS, 11/12 Nov. 2013.

¹²⁵ Segundo relatório *Mapa do trabalho informal* (2000) organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Fundação Perseu Abramo, em 1991 existiam 48,91% de trabalhadores autônomos ou sem carteira assinada nas regiões metropolitanas do Brasil. Este número subiu para 49,92% em 1999. Fonte: Jakobsen, K. et.al. Mapa do trabalho informal perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

para acelerar o crescimento não são mais opções válidas. Se as concepções cepalinas eram consideradas falhas e errôneas, o idealismo radical do neoliberalismo (Estado mínimo, cortes substanciais de investimentos, mercado econômico global dinâmico e especulativo, grandes corporações e outros) mostra que o pior dos cenários ainda estava por vir na década de 1990, exigindo cortes substanciais de investimentos em áreas distantes da economia, leia-se social pelos argumentos do FMI como redução nos gastos com educação, saúde e segurança. Como resultado, podemos observar que mesmo após mudanças no direcionamento econômico na América do Sul e tentativa de reverter o cenário prévio, existe um profundo agravamento da disparidade social¹²⁶ e o aumento substancial dos sistemas financeiros globais.

Essas reformulações, juntamente com mudanças ideológicas políticas ocorridas na última década na América do Sul, culminaram em um modelo designado *neodesenvolvimentismo*¹²⁷, com a forte presença do Estado novamente direcionando os rumos econômicos do país, cenário que permite aumento da corrupção por não ser claro o uso dos recursos que possui, como o caso do BNDES e grandes obras da IIRSA. Este modelo, apesar de hipocritamente criticado pelos países centrais por interferência estatal no livre mercado dos países emergentes tornando a competição desigual, também é amplamente utilizado nas grandes economias. Os interesses envolvidos são gigantescos para se deixar à própria sorte. A opção por uma política agressiva financiada pelo BNDES focado no sistema agrário-exportador sem inovar seu parque industrial ou dinamizar o setor de serviços a fim de torná-lo competitivo com o mercado externo demonstra um retrocesso político do Brasil, muito próximo de resultar em uma reprimarização da economia não somente nacional, mas de toda a América Latina.

Como resultado, temos um recuo na participação industrial no PIB da América Latina, passando de 25% da economia em 1989 para 17% em 2011 em detrimento de produtos primários. No caso brasileiro, isso se torna ainda mais evidente, onde no mesmo período houve um recuo de 29,4% para 14,5%, uma queda de 50% na participação em 20 anos. Devemos também considerar a mudança estrutural global do setor de serviços, que avançou rapidamente sobre os demais setores, porém não nessa proporção. Devemos avaliar que mudanças políticas perpassam por um quadro político, que no caso brasileiro é

¹²⁶ O Brasil aparece em 2010 como o 3º pior índice de desigualdade do mundo. Fonte: PNUD: Relatório de desenvolvimento humano, 2010.

¹²⁷ BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. Ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. 2010.

completamente contaminado por interesses. Como nos relata Castilho (2012) em seu livro, existe uma quantidade substancial de políticos que são grandes proprietários de terras:

Para essa relação dos partidos, eu considerei somente a fatia que engloba os 2 milhões de hectares computáveis. Os partidos que possuem prefeitos eleitos em 2008 com mais terras são o PSDB (21,25%), o PMDB (19,98%), o PR (13,09%), o PP (12,5%) e o DEM (7,0%). Entre os deputados federais e estaduais, a liderança é do PMDB (21,1%), seguido pelo DEM (18,71%), pelo PR (15,42%), pelo PDT (10,13%) e pelo PTB (9,48%).

Quando estes políticos não estão diretamente envolvidos no tema, possuem algum tipo de influência indireta, como financiamentos de campanhas ou lobismo velado. Daí vemos a dificuldade em alterar essa estrutura econômica danosa ao Brasil sem profundas mudanças políticas, ou uma mudança de direção das políticas de Estado na busca de inserção na economia global, assim como não se torna surpresa a presença das grandes empreiteiras em escândalos recentes, como já citado anteriormente. Mais uma vez Castilho expõe esse ponto, demonstrando a profundidade do tema a ser analisado:

O financiamento das campanhas são uma outra forma que os políticos encontram para se tornarem reféns de determinadas elites. A Friboi doou R\$ 30 milhões para campanhas em 2010, inclusive para a campanha da presidente Dilma Rousseff (PT). Existe uma bancada da Friboi no Congresso, com 41 deputados federais eleitos e 7 senadores. Desses 41 deputados financiados pela empresa, apenas um, o gaúcho Vieira da Cunha, votou contra as modificações no Código Florestal. O próprio relator do código, Paulo Piau, recebeu R\$ 1,25 milhão de empresas agropecuárias, sendo que o total de doações para a sua campanha foi de R\$ 2,3 milhões.

O que vemos é um círculo vicioso na política brasileira, onde em primeiro lugar o BNDES cria as condições para a expansão de algumas empresas estratégicas no cenário regional e posteriormente global, como o grupo JBS (Friboi, Marfrig), BRF (Sadia, Perdigão, Batavo), Camargo Correa, Odebrecht e tantos outros, financiando a ampliação de suas atividades e aumentando o capital dessas entidades. Em seguida, parte do financiamento de campanha retorna deste investimento inicial, como um pagamento por serviços prestados, garantindo o interesse mútuo entre empresas e governo, aos moldes nocivos de um neodesenvolvimentismo agressivo na América do Sul, porém com mais intensidade no Brasil. O número de deputados e senadores, como citado acima, presentes em Brasília garante a

negociação e o funcionamento deste esquema corrupto de política, como o caso mais recente a ser investigado no momento no caso da Petrobrás.

Apesar de reformulações, mudanças nos cenários e atores, podemos observar uma retomada de conceitos cepalinos como a presença do Estado sobre a economia da região, um novo impulso direcionado na tentativa de organizar e acelerar o crescimento econômico, com novos desafios como a questão social e ambiental. Podemos citar o caso do ingresso massivo do BNDES nas obras da COSIPLAN ou do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), assim como investimentos e financiamentos em países como Equador (US\$ 90,2 milhões para a construção da hidrelétrica de Manduriacu), Bolívia (Rodovia Santo Ignácio de Moxos-Villa Tunari, orçada em US\$ 332 milhões) e Peru (US\$ 400 milhões para construção da Rodovia que liga o Acre ao porto de Ilo) ¹²⁸. Esse financiamento sempre é indireto, pois é feito através de grandes empresas brasileiras pelo BNDES para obras em todos os países, sendo essas empresas sempre vencedoras das licitações pelas garantias oferecidas pelo banco brasileiro e a capacidade de oferecer menores custos graças às baixas taxas de juros, impossível de competir com os valores empregados pelo mercado.

Pode-se notar acima que estas são obras que dificilmente trarão benefícios às comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia, completamente prejudicadas por projetos de grande impacto negativo que alteram o ecossistema local e muitas vezes exige a mudança destas comunidades tradicionais. A restituição financeira decorrente destes problemas, como já mencionado, não atinge valores adequados e não auxilia essas comunidades a se reinstalar, além de abrir espaço para inserções ilegais na selva para exploração madeireira e de outros recursos.

Este *remake* das teorias de Prebisch e Furtado, como a exigência da sociedade sobre questões sociais e ambientais criou o momento perfeito para a América do Sul se destacar no cenário global, assim como a oportunidade de reduzir suas desigualdades sociais e buscar uma UNASUL mais harmônica, igualitária e incluyente, o que infelizmente não aconteceu. Apesar do suporte dos Estados nacionais, a intransigência política brasileira frente a demandas dos países vizinhos retarda o crescimento do bloco, em inércia desde a saída de Lula da presidência da República, figura centralizadora da política Sul-americana, assim como abriu espaço para o surgimento da Aliança do Pacífico (ADP).

¹²⁸ Dados extraídos do site do BNDES: < www.bndes.gov.br >. Acesso em 12 Jan 2014.

A falta de uma secretaria específica para o meio ambiente na UNASUL, como será discutido adiante, deixa claro o caráter secundário com que os governos estão tratando o tema, preocupados no primeiro momento com a situação econômica regional e a tentativa de alinhar a política dos países para consolidar o bloco. Porém esquecem que a Amazônia é o primeiro território integrado da América do Sul desde tempos remotos, mesmo com a consolidação das nações e a tentativa de vigiar as fronteiras. Não há como impor fronteiras na floresta, somente as questões políticas interferem em uma área naturalmente integrada.

Parte do problema é a interferência indireta asiática na região, criando demandas crescentes por matérias primas e alimentos, o que ampliou um modelo produtivo primário do subcontinente, motivando novamente a invasão do território florestal para soja, gado, hidrocarbonetos, madeira, ouro, etc.

2.4 – O fator Ásia

A questão da influência asiática na economia mundial não é recente, porém toma cada vez mais relevância com o passar dos anos, reduzindo custos de produção associados diretamente com encargos do Estado no modelo de Bem-estar social europeu e gerando uma crise nessas estruturas tradicionais do século XX. Estes novos modelos de baixo custo implementados em toda a Ásia criaram paradigmas para a economia global, em especial no período de estudo deste trabalho.

No período de 2004 a 2010 temos a ascensão da China como nova potência mundial no cenário econômico, tornando-se ponto de equilíbrio para as sequenciais crises econômicas tanto nos Estados Unidos como na União Europeia, mantendo o equilíbrio global financeiro, sendo o novo polo da Ásia, superando o Japão e assumindo o comando da grande oficina global como produtor industrial generalizado.

O impacto direto sobre a América Latina (segundo os dados do CIA World Factbook, o comércio do país asiático e o subcontinente cresceu 21 vezes entre 2000 e 2012), em especial sobre a América do Sul também é notável em curto espaço de tempo. O comércio entre China e os países sul-americanos ficou ainda mais próximo, tendo como resultado que se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os EUA, assim como é o

segundo maior comprador de Chile e Peru, além de possuir grandes parcelas com todas as outras nações da região.

Levando-se em conta a lista de crescimento percentual de todos os países do mundo ¹²⁹, a única grande nação que figura entre as 50 economias que mais cresceram no ano de 2012 é a China, em um patamar quase constante de crescimento em torno de 10% ao ano nos últimos 15 anos, o que aumentou consideravelmente seu poder de influência na economia global, com cifra estimada para 2013 em torno de US\$ 9 trilhões, atrás somente dos EUA com 16,7 trilhões, ou seja, o PIB da China equivale a 60% do PIB dos EUA aproximadamente. Porém esta distância já foi muito maior em 2004, onde o PIB da China era de US\$ 4,64 trilhões frente os US\$ 11,79 trilhões estadunidenses, pouco mais de 40% do PIB estadunidense. Em uma progressão simples nos parâmetros atuais, pode-se notar claramente que em um período equivalente de 10 anos, a economia chinesa pode se tornar a maior do mundo.

Devemos levar em conta também o aspecto negativo desta interação econômica em longo prazo, pois existe um notável desequilíbrio entre as mercadorias advindas do mercado asiático e os produtos que este busca na América do Sul. Enquanto os países da região concentram suas exportações ao oriente no setor primário da economia, basicamente alimentando as indústrias com matérias primas, a Ásia, e em especial a China, consolida-se como principal exportador de manufaturados e bens de alto valor agregado. São cifras em torno de 70% em ambos os casos ¹³⁰, o que gera um descontrole tanto produtivo pelo impacto em empresas locais quanto econômico, pela dificuldade em equilibrar as contas com valores tão díspares.

O Brasil, principal potência da região, possui na China o seu principal destino de exportações, ocupando a posição tradicionalmente centrada nos EUA, feitas a partir da expansão de sua agricultura e mineração para suprir as necessidades do mercado chinês. Esta mudança se deu com o enfoque na elaboração de produtos sob demanda chinesa, tornando o Brasil o principal produtor de grãos de soja e de minério de ferro do mundo. Pelos dados fornecidos pela Receita Federal para o ano de 2012, somente a soja, o minério de ferro, produtos siderúrgicos e o óleo de soja representam 67,53% das exportações para a China, com

¹²⁹ CIA World Factbook 2012. Op. Cit.

¹³⁰ BRASIL: Relatório Anual 2012, v. 48. Brasília: Banco Central do Brasil, 2012. 225 p.

um faturamento bruto de US\$ 2,5 bilhões. No sentido inverso, materiais eletroeletrônicos e carvão mineral representam quase 45% das importações brasileiras com um faturamento estimado em US\$ 1,6 bilhão ¹³¹.

Em termos quantitativos é possível observar a discrepância nessa relação comercial. Foram necessários milhões de toneladas de minério e soja para se aproximar dos valores de milhares de aparelhos eletrônicos. No caso do carvão mineral o benefício deste comércio é mútuo, pois este material será necessário para o Brasil produzir os metais como aço, ferro, alumínio e outros que a própria China irá comprar que também utiliza seus cargueiros nas viagens de retorno sempre carregados com matérias primas brasileiras, minimizando assim o custo dos fretes, não realizando jamais viagens vazias.

Alguns economistas como Almeida (2008) caracterizam esse período de “ciclo de *commodities*”, onde no intervalo de 2000 a 2010 os preços das mercadorias primárias tiveram um aumento de 186% em seus valores enquanto houve uma ligeira queda no preço dos manufaturados, um dos fatores que incentivou o aumento comercial de matérias primas e alimentos com a China e também um acirramento na política neodesenvolvimentista com base diversificada industrial alimentada pelo agronegócio. Nesse período citado, as exportações de produtos primários em direção a Ásia cresceram 11% ao ano, no caso específico da China vemos uma taxa de 25% ao ano, cifra similar no sentido inverso no caso de manufaturas. No caso brasileiro, a China hoje ocupa a primeira posição em parceria comercial no comércio exterior.

Apesar da perda de posição, o Japão continua sendo um grande parceiro comercial do Brasil e da América do Sul, possuindo raízes diplomáticas e aproximações comerciais com toda a região de longa data. Além disso, criou uma rede de indústrias de produção e distribuição na região com o intuito de descentralizar sua produção e minimizar custos operacionais e logísticos.

Seguindo a lógica da China, o sistema de comércio nipônico é baseado na compra de matérias primas para suas indústrias e alimentação remetendo em contrapartida produtos de alta tecnologia e valor agregado. O diferencial ainda é o número de empresas instaladas no Brasil, sendo o país que mais investiu até 2010 (valores aproximados em US\$ 3 bilhões pelas

¹³¹ BRASIL: Relatório Anual 2012, v. 48. Brasília: Banco Central do Brasil, 2012. 225 p.

38 empresas presentes somente na Zona Franca de Manaus ¹³²) na região amazônica. A predominância de produção destas indústrias é dos setores eletroeletrônicos e automotivos que buscam os benefícios fiscais presentes na ZFM e a facilidade de transporte por navio desde o porto de Manaus até os grandes centros consumidores.

A China busca expandir sua produção no Brasil nos últimos anos, porém com foco direto nos grandes centros comerciais, optando por instalações na região Centro-Sul do país (62% dos projetos chineses) que, juntamente com os sul-coreanos, buscam oportunidades no interior de São Paulo, pelas facilidades oferecidas em infraestrutura, mercado consumidor e mão de obra especializada abundante. A lentidão dessa expansão chinesa, sem levar em conta o fator político, deve-se ao espaço disponível em seu país, infraestrutura visando o mercado externo e abundante mão de obra, em contraponto, os impostos de importação reduzem seu poder de competição no mercado interno brasileiro, exigindo sua instalação no território nacional.

Os investimentos chineses são setorizados e separados por períodos específicos, como toda sua economia. Até o ano de 2010, o principal interesse das empresas era a busca de recursos naturais para alimentar sua produção, porém a partir do ano de 2012 a maior parcela de projetos para instalação no Brasil está visando o mercado de serviços, telecomunicações e energia. O ingresso de capital chinês também se dará nos próximos anos pelo investimento de bancos para financiar grandes empreendimentos e adquirir empresas para fusão ¹³³.

Um fator importante para se analisar é a questão de compra e fusão com empresas europeias e estadunidenses já presentes na América do Sul. Em um momento de crise econômica da empresa ou global, que dificulte a manutenção de uma marca dentro de um país sul-americano, capitais chineses diversos investem nessas marcas adquirindo-as ou participando de uma fusão econômica. Um dos principais fatores para esse movimento é a familiaridade presente na região pela marca e outro é evitar a resistência do mercado brasileiro ao capital chinês visando explorar recursos naturais, grande foco de investimentos quando se trata de capital financeiro. Assim pode-se criar uma análise ilusória sobre redução de investimentos da China sobre setores de recursos que não ocorre, mas também não anula a

¹³² YAMAGISHI, T. Atuação das indústrias japonesas. Kaigisho (Câmara do comércio e indústria nipo-brasileira do Amazonas) de 2011. Disponível em:

< <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1332875756.pdf> >. Acesso em: 13 Ago. 2013.

¹³³ FRISCHTAK, C. et.al. Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. Relatório encomendado pelo BID, 2013.

expansão no setor de serviços. Como exemplos, temos o caso da Repsol Brasil e Galp Brasil adquiridas pela Sinotec por US\$ 7,1 bilhões e US\$ 4,8 bilhões, respectivamente, assim como outras 14 concessionárias espanholas na área de energia captadas pela Stategrid por cerca de US\$ 2 bilhões ¹³⁴.

É importante ressaltar que esse tipo de investimento não é aleatório por parte do governo chinês e possui grande estratégia de mercado futuro. Tanto Repsol Brasil (empresa de origem espanhola) como Galp Brasil (empresa de origem portuguesa) passaram por crises sucessivas e precisavam liquidificar suas empresas, abrindo parte do capital para investimentos. O grande atrativo em ambos os casos é a situação futura, ambos participam de projetos diretamente ligados ao pré-sal, sendo que a Galp é parceira da Petrobrás de longa data e possui vasto conhecimento de exploração petrolífera em grandes profundidades. No cenário atual, o petróleo do pré-sal brasileiro torna-se inviável para extração por diferentes fatores como elevado custo de obtenção, baixo valor de mercado, crise política da Petrobrás e casos de corrupção, redução de investimentos em pesquisa, baixa demanda dos Estados Unidos e outros.

Uma oportunidade não somente de participar de um grande projeto sobre fonte de energia, como também aprimorar o conhecimento sobre o processo de exploração em águas profundas, tecnologia brasileira considerada de ponta em todo o mundo. Pelo lado da Repsol outro benefício possível à China foi a inserção em diferentes países da região, pela compra de parcelas de diferentes investimentos locais e a possibilidade de investimento em todo o subcontinente.

Um detalhe interessante e diferencial sobre as políticas de inserção e investimento da China e do Japão na América do Sul é a fonte de investimento de cada país. Enquanto o Japão possui a totalidade de suas empresas de capital privado, com financiamento próprio em cada empreendimento, na China mais de 70% vem do capital estatal através de bancos e empresas públicas, assemelhando-se ao caso brasileiro na América do Sul, investindo na região com empresas apoiadas pelo BNDES. O Japão mantém seu foco nas indústrias de tecnologia e automotiva, enquanto que a China diversificou seu capital abrangendo diversas áreas, inclusive a forte demanda por recursos naturais e alimentos.

¹³⁴ FRISCHTAK, C., 2013. Op. Cit.

O interesse na grande produção alimentícia brasileira e nos recursos das nações sul-americanas trouxe fortes investimentos também para a área de infraestrutura e para pesquisa e desenvolvimento em qualificação técnica de produção de alimentos. Investimentos da ordem de US\$ 6 bilhões somente no Brasil e estimado em US\$ 30 bilhões na América do Sul buscam melhorar o transporte de mercadorias e reduzir o custo final da produção, sendo a própria China o grande beneficiado pelas obras¹³⁵. Existem resistências das empresas da região para essa inserção nos países, porém de forma indireta a maior parte dos projetos consegue se consolidar.

É preciso ressaltar os fatores positivos advindos do comércio sul-americano com a Ásia, onde apesar do desequilíbrio comercial com países como China, Japão e Coréia do Sul em níveis de valor agregado temos a compensação sobre a venda da grande produção primária do subcontinente e este o principal fator de recuperação das recentes crises econômicas globais. Apesar de ser um efeito de curto prazo, tal captação financeira pode trazer suporte financeiro necessário para melhorias em nível macro para todos os países da região. O investimento em infraestrutura pode trazer benefícios indiretos para a melhoria das condições de vida da população de regiões distantes dos grandes centros financeiros e uma forma de conexão e integração dos grandes vazios demográficos, entre estes a própria Amazônia.

3 – A TRISTE POLÍTICA ESQUIZOFRÊNICA DA AMÉRICA DO SUL NO SÉCULO XXI

A discussão sobre a área política terá maior enfoque no Brasil sobre sua política internacional, na busca de embasamento principalmente para a formulação de leis comuns aos países da UNASUL, para a consolidação do bloco econômico no período proposto neste trabalho e o que nos interessa com destaque nesta pesquisa, o enfoque nos países amazônicos. A pesquisa também busca analisar os erros estratégicos, os conflitos presentes entre os países, os acordos bilaterais e os empecilhos a serem superados.

Algum dos problemas que dificultam a formação do bloco pretendido pelas nações da UNASUL está na abertura política do Estado para uma escala igualitária do debate, como

¹³⁵ FRISCHTAK, C. 2013, op.cit. Vale ressaltar alguns projetos de grande impacto na região, como propostas para conexão ferroviária entre portos do Oceano Atlântico e Pacífico envolvendo Brasil, Chile e Peru com benefício indireto para Bolívia, gasoduto na Venezuela, entre outros. Ver: CHANG, L.; BOHRER, C. P. A presença da China na América do Sul: características, impactos e perspectivas. Pontes, V. 6, N. 3, Set. 2010.

seria no Parlamento transnacional da entidade. CAN e MERCOSUL criaram plataformas de diálogo limitadas a seus blocos, pois eram diretamente administrados e submissos a seus governos e interesses deles, enquanto que a nova plataforma política da UNASUL demanda descentralização do poder, no sentido que os Estados abrem mão de parte de suas atribuições, algo de grande relutância para a maioria dos governos do subcontinente. Como explicita Magnoli & Araujo (1995, p. 29), este não é um debate recente:

A União Européia envolve a delegação de soberanias: os Estados abrem mão de parte de suas atribuições, deslocando-a para organismos internacionais. Já o MERCOSUL equivale a um tratado limitado aos marcos tradicionais da soberania nacional: as decisões são tomadas pelos chefes de Estado ou por grupos de trabalho indicados pelos governos. Assim o MERCOSUL não tem, no momento, a pretensão de formar uma comunidade de nações, mas apenas de constituir um mercado comum.

No primeiro momento, tanto CAN quanto MERCOSUL criaram esse isolamento ao comércio exterior, inclusive no âmbito subcontinental, na tentativa de fortalecer seu mercado ampliado interno e seu aparelhamento industrial, visando uma maior competitividade no cenário global. Porém, essas barreiras se tornaram medidas de apoio a determinados setores econômicos que, aproveitando-se destas sanções, criaram um acomodamento na esfera produtiva. Hoje, parte desses setores pressionam os governos locais para a manutenção destas barreiras com o receio da destruição do seu parque industrial em caso de abertura. Independente das políticas de cada país adotadas nos períodos anteriores ao neodesenvolvimentismo, vemos que algumas empresas avançaram mais que outras e o livre comércio seria a sentença final para quem não se atualizou.

Em uma argumentação simplista da economia, pode-se notar um superávit na balança comercial brasileira frente à Argentina, claro sinal de desvantagem comercial portenha, aos considerarmos os produtos comercializados. Enquanto Argentina exporta ao Brasil grande quantidade de trigo, vinho e outros produtos primários ou manufaturados de baixa tecnologia, temos no caminho inverso produtos industriais como automóveis, produtos da linha branca (fogão, máquina de lavar e geladeira) e similares, criando diferença monetária a favor do Brasil. Apesar disso, vemos um crescimento do PIB argentino médio de 7,5% no

período deste estudo, que seria muito maior desconsiderando o ano de 2009, onde a economia argentina cresceu somente 0,9%, enquanto que o Brasil manteve uma média de 4% ¹³⁶.

No entanto Paraguai e Uruguai, também membros do MERCOSUL, sofrem com suas exportações a nível regional, justamente por esse fórum privilegiado acordado entre os dois países maiores do grupo. Essa falta de coerência política criou um senso de diferença entre os países do MERCOSUL e o projeto de união aduaneira ficou travado.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	333,1	372,7	419,1	469,3	524,6	572,6	583,5	644,3
Brasil	1377,8	1494,7	1584,6	1700,5	1856,5	1995,6	2003,7	2178,5
Paraguai	19,9	21,3	23	24,8	27,3	29,5	28,6	33,3
Uruguai	26,2	28,9	32	34,5	38,1	42,3	43,9	48,1

Tabela 3: PIB dos países do MERCOSUL de 2003 a 2010, em US\$ milhões.

Fonte: CIA World Factbook, 2012.

Em um primeiro momento, pode-se ter a ilusão de um crescimento coeso, porém ao analisarmos os setores de produção dos países, veremos um padrão de desenvolvimento privilegiado às maiores economias, principalmente no setor industrial.

	agricultura	indústria	serviços
Argentina	9,30%	29,70%	61%
Brasil	5,50%	26,40%	68,10%
Paraguai	20,40%	17,70%	61,90%
Uruguai	7,50%	21,50%	71%

Tabela 4: Participação da produção dos setores na economia referente ao ano de 2011.

Fonte: CIA World Factbook, 2012.

Enquanto Argentina e Brasil buscam se firmar como grandes produtores industriais para suprir o mercado da América do Sul sem concorrer diretamente com China e países desenvolvidos, vemos o Paraguai em sua estrutura cristalizada de composição agrária, sem levar em conta o avanço de produtores argentinos e brasileiros nessas terras. O Uruguai trilha um caminho diferente, pautado pelo grande potencial turístico que desenvolveu (em 2011, o

¹³⁶ Fonte: CIA World Factbook 2012. Op. Cit.

turismo respondeu por 7% do PIB do país, gerando US\$ 2,18 bilhões), assim como a estrutura de paraíso fiscal válida até o ano de 2008¹³⁷. A liderança da Argentina no quesito industrial também é artificial, ao analisarmos as barreiras protecionistas acordadas com o Brasil e que sem elas, provavelmente haveria um forte recuo na economia do setor no país. Nenhum desses impasses foi contornado ou mesmo acordado para projetos futuros do MERCOSUL, razão pela qual o bloco não consegue avançar em suas metas.

A montagem de um grande bloco econômico regional passou por conflitos de interesse presentes nos modelos antecessores de união presentes na América do Sul, a CAN (conflitos econômicos e separação do Chile em 1976 e Venezuela em 2006; Equador aumentou suas tarifas alfandegárias e restringiu o comércio de produtos em 2009; negociação do bloco com a União Européia sem a presença da Bolívia)¹³⁸ e o MERCOSUL (oposição a entrada da Venezuela e posterior bloqueio do Paraguai à cúpula após impeachment de Fernando Lugo em 2012; Impedimentos comerciais entre os membros, principalmente no caso Argentina-Brasil; Falta de articulação para negociar com outros países; Uruguai como membro observador da Aliança do Pacífico). Cada um destes modelos segue orientação política diferenciada, dificultando um consenso para a preparação de normas comuns, tornando-se um entrave no avanço da UNASUL.

Nessa linha de pensamento, principalmente em relação à questão amazônica e sobre a construção de identidades regionais, temos a análise de Scherer-Warren (1999, p. 40):

Dessa forma, as negociações na busca de soluções políticas para tais problemas não dizem respeito apenas aos limites político-administrativos locais ou nacionais. Requerem definições, negociações e encaminhamento de soluções multilaterais, por intermédio de instituições políticas globais.

Nesse caso, “globais” aqui são instituições que envolvam os países da UNASUL, principalmente os amazônicos. Levando em conta que um dos entraves para o progresso da UNASUL é a constituição de um parlamento plurinacional, podemos colocar como exemplo o caso do MERCOSUL que foi analisado em trabalho de Mariano (2002), onde o salto

¹³⁷ OLIVEIRA, J. J. Uruguai quer atrair mais de 500 mil turistas brasileiros em 2013. Revista Valor, 4 Set. 2013.

¹³⁸ INFOSUR Hoy, 21 de Jan. 2014. Disponível em: < www.infosurhoy.com >.

conceitual almejado pelos membros, passando de um projeto funcional que somasse os dois blocos econômicos mencionados e seu funcionamento mercadológico de união aduaneira para uma tentativa de integração política e econômica de toda região, demonstram um afastamento ideológico e a dificuldade de um consenso entre os países. O debate para a formação do bloco regional começou em 1995, com a reunião de representantes da CAN e do MERCOSUL, para somente em 09/12/2004¹³⁹ ser consolidada pela assinatura da Declaração de Cuzco.

Por outro lado, se o MERCOSUL tem dificuldades em consolidar um parlamento entre os países membros ao longo de quase 20 anos, a CAN possui esta entidade estabelecida desde 1996 como entidade multinacional, com funções dirigentes bem delimitadas. Porém, na atualidade existe um enfraquecimento da entidade, pela saída de seus membros, quer por dissidências internas ou por influência externa, como o foi o caso de Venezuela em 2006, após repetidos convites do presidente Lula a Hugo Chávez para fazer parte do MERCOSUL. A Bolívia, em recente conflito no tribunal internacional de Haia com o Chile por uma saída para o mar, também está em processo de desligamento e aproximação do MERCOSUL.

Somado a isso, a pressão internacional em relação à Amazônia dificulta ainda mais a criação de políticas comuns, assim como a falta de investimento em projetos sustentáveis e melhorias nas condições de vida dos povos da região, afetados pelas grandes obras como as hidrelétricas gigantes, que geram grande impacto. Apesar da existência da OTCA desde 1998, órgão multilateral para o desenvolvimento e proteção da Amazônia principalmente seu baixo orçamento (cerca de US\$ 2 milhões)¹⁴⁰, demonstrativo do pouco interesse que tem os governos da região o tornaram uma entidade inexpressiva e sem poder de negociação internacional.

Guimarães (2012, p. 96) analisa a problemática institucional diante dos problemas enfrentados por todos os países do mundo, com os agravantes às nações sul-americanas, seus dilemas e carências:

¹³⁹ Trata-se de uma data simbólica para a América Latina, coincidentemente com o fim da batalha de Ayacucho no Peru em 09/12/1824, que decretaria o fim da presença dos colonizadores ibéricos na América do Sul. 180 anos após esse evento, simbolicamente temos a declaração de Cuzco e uma nova „libertação” da América do Sul do domínio dos países desenvolvidos. Também é um símbolo sua assinatura em Cuzco por ser esta reconhecida internacionalmente como a Capital dos Povos Indígenas.

¹⁴⁰ Dados estatísticos de 2008 fornecidos pelo site da entidade: www.otca.org.br

Estamos diante de um complexo desafio: como reduzir as assimetrias, manter a coesão política, reagir à situação internacional e manter a integração regional enquanto se assinam acordos de livre comércio e retira-se a proteção da atividade econômica que é dada por tarifas e regulamentos?

A questão da OTCA, submissa aos governos não lhe dá autonomia para organizar projetos com estudos de campo próprios, coordenar entre os ministérios dos países nos diversos assuntos de interesse amazônico, em especial na questão ambiental, além de ter a escassez e incapacidade para gerar recursos, assim é impossível para que a OTCA beneficie de alguma forma a Amazônia. Segundo dados do PNUMA para 2009, somente o Brasil poderia negociar um mercado de carbono – cujo nome técnico proposto é Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) – por quase 21 milhões de créditos de carbono ¹⁴¹, o que seria equivalente a R\$ 686 milhões por ano. Por não haver uma definição jurídica clara sobre o termo e o comportamento que poderia assumir para sua negociação (seja como commodities, títulos de créditos, ativos intangíveis ou outros) tal mercado não consegue capitalizar a Amazônia, que traria bom retorno financeiro para dinamizar a economia sub-regional. Neste exemplo abordamos somente o caso do Brasil, que poderia ser expandido para todos os países da América do Sul.

Somente Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai possuem secretarias específicas para lidar com mudanças climáticas e equacionar seus respectivos mercados de carbono. Segundo reportagem de Maria Luz Ayala para a agência Reuters de notícias de 4 de Abril de 2011, a comunidade da região de Acandi – parte do projeto denominado Corridor de Conservación Choco-Darien em uma área com 5 milhões de hectares de florestas tropicais na Colômbia – realizou os procedimentos, com o auxílio da pesquisadora estadunidense Brodie Ferguson, para a venda de créditos de carbono na bolsa de valores, como forma de captar recursos diretamente para a comunidade e auxiliar a preservar a floresta, beneficiando mais de 1000 famílias neste projeto¹⁴².

¹⁴¹ Os parâmetros para a negociação dos créditos de carbono foram designados e padronizados durante a conferência que firmou as bases do Protocolo de Kyoto em 1997 e ratificado em Dezembro de 1999, onde o valor referente a um crédito de carbono ou RCE é de uma unidade para cada tonelada de Dióxido de Carbono emitido. In: ENTENDA como funciona o mercado de crédito de carbono. Ministério do Meio Ambiente: < <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/entenda-como-funciona-o-mercado-de-credito-de-carbono> >. Acesso: 22 Jul. 2014.

¹⁴² AYALA, M. L. Colombian Community prepares to sell forest carbon credits. Thomson Reuters Foundation, 4 Abr. 2011.

Levando em conta o valor médio de sete dólares por crédito de carbono durante o período que estamos analisando, para um valor como colocado na reportagem de 50000 toneladas de carbono captados pela preservação da floresta, a comunidade teria uma captação financeira de US\$ 350 mil anual a ser investido em benefícios diretos. Isso é um valor expressivo para essa comunidade, além de ser complementar a outras atividades extrativistas, mas preservando a área florestal. Em larga escala, como seria o caso da sub-região amazônica, iria gerar um volume considerável de fundos para o efetivo investimento em projetos visando uma floresta autossustentável, onde a atuação da OTCA deveria ser intensa para a criação de leis comuns aos países caso tivesse real independência financeira e gerencial.

Se levarmos em conta os valores astronômicos estipulados por Nobre (2009) na Amazônia em sua totalidade, descontando seu processo natural de produção e absorção de gás carbônico, esta seria capaz de captar 400 milhões de toneladas desse gás por ano da atmosfera. Supondo a venda total deste valor em unidade em RCEs no mesmo valor médio proposto anteriormente a captação financeira seria em torno de US\$ 3 bilhões ao ano ¹⁴³, um orçamento significativo que a OTCA poderia administrar e realizar melhorias para a preservação promovendo o desenvolvimento sustentável da sub-região. Deve-se levar em conta o valor elevado do crédito de carbono no período do artigo (entre 16 e 20 dólares por tonelada, no final de 2010 esse valor estava na média 7 dólares), mas com as cifras enormes da floresta, ainda é atrativo (cerca de US\$ 1,5 bilhão para 2010).

O importante é destacar que a floresta conservada pode gerar lucro, não de forma imediata já que demanda projetos de longo prazo, mas sustentáveis e viáveis como no caso do mercado de carbono. Em uma análise pragmática a inserção da Amazônia no mercado de carbono não pode ser um fim em si para a floresta, mas sim uma alternativa para adequar a sub-região a novos modelos de desenvolvimento, e não um projeto de captação monetária que pode trazer estagnação na inclusão desta ao subcontinente. A regulamentação deste setor deveria estar sob coordenação de uma OTCA independente, em um projeto de longo prazo que beneficiasse o conjunto da Amazônia em forma proporcional a cada país, distante da dominação dos governos de cada nação.

A UNASUL também não possui uma secretaria específica para tratar de meio ambiente, o que deixaria a temática dividida em diferentes conselhos como o de

¹⁴³ NOBRE, C. A. A Amazônia e o carbono atmosférico. Scientific American, 2002.

desenvolvimento social, ciência, tecnologia e inovação e economia e finanças. Um conselho específico para o meio ambiente, não somente para tratar com questões sobre a Amazônia, mas também outros ecossistemas complexos que merecem igual atenção como o Complexo Pantanal, a Mata Atlântica ou a Patagônia, trariam dinamismo político para obter resoluções com um código ambiental unificado, envolvendo diferentes países. A América do Sul possui um complexo conjunto natural endêmico que precisa ser preservado e que merece atenção especial. No caso da Amazônia, esta secretaria em conjunto com a OTCA poderia coordenar atividades de proteção da floresta e de sua população nativa, captando finanças para promover o desenvolvimento sustentável com projetos diversificados cooperativos, seria um esforço conjunto dessas instituições pela proteção da riqueza amazônica.

Este é um ponto problemático a ser contornado pelos membros da UNASUL, envolvendo diretamente as políticas ambientais de cada país, principalmente sob a temática de preservação e utilização racional da Amazônia. Em relatório elaborado pela *FAO*, subdivisão da ONU que trata de questões alimentícias, agrárias e também ambientais, *Leyes Forestales en América del Sur* de 2010¹⁴⁴, nota-se uma disparidade ideológica e prática entre os países da região sobre questões ambientais e uso sustentável das florestas. O trabalho aborda 10 países da região (exclui somente Guiana Francesa e Suriname) e seus sistemas vigentes e respectivas autoridades consolidadas. Não existe um alinhamento jurídico-político entre as normas de cada país para o uso, proteção e desenvolvimento da Amazônia. Em sua grande maioria, as legislações tratam de uso direto de produtos florestais, como extração de madeira, sementes, resinas e outros. Enquanto em alguns países existe um sistema de isenção de taxas e incentivos (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Paraguai) do Estado para incentivar projetos sustentáveis, em outros como Peru e Chile o Estado subsidia parte deste valor, porém ele é diluído nas concessões e projetos, nem sempre de baixo impacto ambiental. Existe consenso em relação aos fundos florestais, normativas para uso e exigências básicas, o que poderia ser o ponto de partida na busca de uma unificação dessas legislações ambientais.

Como já comentado, o relatório lança a ideia sobre a visão de Amazônia que os governos ainda possuem, como um recurso a ser utilizado e explorado em benefício da economia geral da nação, como destacado (2010, p. 45):

¹⁴⁴ *FAO: Leyes forestales en América del Sur*. Santiago: ONU, subsecre en Chile, 2010.

A esto se suma que el tema forestal desde una perspectiva productiva no necesariamente es relevante en el marco de las economías nacionales y en los países en donde lo forestal se adscribe a la autoridad ambiental, no siempre este sector de la economía está considerado entre los más relevantes o forma parte de las prioridades de política pública nacional.

Parte da solução proposta pelo estudo aponta na mesma direção já constatada neste trabalho, ou seja, que um órgão institucional transnacional deveria ser o responsável, coordenado com todos os governos do subcontinente para tratar de uma problemática complexa como essa. Esse era o ponto no qual a OTCA, articulada com uma secretaria específica sobre meio ambiente dentro da UNASUL, deveria atuar, de forma incisiva e efetiva. Antes de tudo, essa seria uma transformação política dos governos da região que abririam mão de parte de seu poder. Isto já está presente na UE, mas ausente no bloco sul-americano, o que impossibilita o avanço no debate da preservação e uso sustentável da Amazônia.

Como foi discutido por Caballero (2012, p. 115):

La UNASUR se inicia con ambiciosas metas de integración política, financiera y en infraestructura, seguridad y solución de conflictos. Cuenta de partida con una membresía que agrupa a casi todos los países de la región. En lugar de construir la integración desde lo económico-comercial, busca iniciarla desde procesos sub-regionales existentes y con inéditos programas económicos y de seguridad.

A integração a partir dos processos sub-regionais CAN e MERCOSUL que carregam problemas que são heranças da política conturbada da América do Sul, das esferas de poder influenciadas por privilégios elitistas que foram (com variações de importância segundo a história de cada país), de construções sociais que foram reprimidas por ditaduras militares e por uma redemocratização alicerçada sobre um neoliberalismo que criou um cenário de recessão e encolhimento de direitos sociais. Apesar de alguns avanços, é preciso superar esses problemas históricos que, em diferentes escalas, foram levados pelos países ao conformar os blocos econômicos antecessores à UNASUL. Isso demanda um estudo sobre os mesmos para analisar as falhas e mudanças que devem ser realizadas em prol da construção de um novo bloco que almeja atingir um patamar superior aos anteriores.

Para Caetano (2012), existe um clima de incerteza na política sul americana criando oscilações na participação de países da CAN oscilando entre aliar-se ao MERCOSUL ou participar efetivamente da UNASUL, na busca de cenários econômicos mais dinâmicos. O modelo principal da UNASUL não colocava o aspecto social em primeiro plano, à frente do debate político, porém não trouxe avanços em nenhuma das frentes e acabou criando um mal estar entre os países mais dinâmicos e liberais da América do Sul, como o Chile, a Colômbia e o Peru, que passaram em 2012, junto com o México, a serem membros regionais da Aliança do Pacífico (ADP). Para membros do Ministério das Relações Exteriores do Peru, em conversa informal realizada em Novembro de 2014, o Peru faz parte de todos os blocos regionais presentes na América do Sul, na busca das melhores oportunidades para dinamizar sua economia em primeiro lugar, porém como a ADP lhe traz maiores benefícios no comércio internacional acaba deixando em segundo plano o debate mais amplo e ambicioso da UNASUL, atrasando a formulação de políticas comuns para a América do Sul.

Para Casas Garcia (2005), a estrutura de integração regional está se redesenhando no subcontinente entre outras razões devido a fatores externos que acentuam a fragmentação do sistema multilateral do comércio mundial¹⁴⁵. As sucessivas crises econômicas criaram dificuldades para os países mais fragilizados, como foi constatado dentro da própria UE nos casos de Espanha, Grécia, Portugal e outros. No caso da economia sul-americana, mesmo com o aporte financeiro das exportações para a Ásia, houve uma queda significativa no crescimento do PIB de alguns países, parte dos impasses dos países por mudanças políticas e econômicas na UNASUL e dentro dos outros blocos, como será analisado adiante.

3.1 – Choque dos blocos

A busca por unificação e cooperação entre os países do subcontinente Sul-americano tornou-se meta principal na criação da UNASUL¹⁴⁶ em 2004, levando-se em conta a presença anterior de dois grandes blocos econômicos, a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Diversos problemas ocorriam na relação entre esses

¹⁴⁵ CASAS GARCIA, A. M. Integración regional y desarrollo en los países andinos. 2005.

¹⁴⁶ O tratado geral da Unasul somente entrou em vigor em 11 de Março de 2011, após a ratificação da maioria dos membros que compõe a entidade.

blocos, como a falta de comunicação política e econômica e relações comerciais benéficas a ambos.

Ao longo de todo o século XX e também no atual o debate sobre a influência política do Brasil nos demais países da região é colocado como um ponto de inflexão na horizontalidade política necessária, tendo como grande exemplo a expansão das empresas brasileiras com subsídios do BNDES. A disparidade entre economia, tecnologia e espaço geográfico cria nos vizinhos sombra de um passado afastado, mas com tendências hegemônicas do período militar brasileiro. O termo hegemonia ou sub-hegemonia é utilizado por alguns autores como Pinheiro (2004) e Boito Jr. (2003), entre outros, para explicar esse afastamento do Brasil por um período das demais nações sul-americanas no debate sobre integração.

As perspectivas políticas existentes desde o surgimento do Tratado de Cooperação Amazônica (1978) até o primeiro mandato do presidente Lula (2002) eram fracas pelo forte alinhamento com o Ocidente, o que viria a mudar com o deslocamento do eixo econômico do Atlântico para o Pacífico, e não avançavam em condições de melhorar e aproximar regionalmente em nenhum momento. A predileção comercial e política dos países do Atlântico pelo comércio com o Ocidente (Estados Unidos e Europa), assim como dos países do Pacífico com o Oriente (Ásia e costa oeste dos Estados Unidos) traçavam metas divergentes nas políticas externas. Somente após mudanças na ordem política e social na América do Sul houve avanços neste sentido.

Independente de ideologias políticas e parcialidade somente com o alinhamento de todos os países com governos que tinham projetos similares foi possível criar uma abertura dos dois blocos econômicos para um maior contato e troca, entre eles: O cenário obtido pelo governo Lula e todos os outros da região foi o ideal para concretizar o projeto da UNASUL, coincidindo quase com o início de crises econômicas advindas dos grandes centros econômicos mundiais e a diversidade comercial disseminada por mercados emergentes, principalmente na Ásia com China e Índia.

A diferença presente entre o PIB dos países da região também traz problemas na questão da paridade comercial, onde o Brasil representa metade de todo o poder de compra da América do Sul (US\$ 2.324 bilhões do Brasil frente US\$ 2.470 bilhões de todos os outros

países somados) ¹⁴⁷. Essa grande diferença monetária gera um déficit na balança comercial dos que negociam com o Brasil, assim como uma dependência da política econômica desse país, onde variações financeiras de simples ajustes para o Brasil podem se tornar traumáticos para os demais países, como pode ser verificado no caso de Itaipu com o Paraguai e do gás natural com a Bolívia. Outro ponto relevante é o mercado protegido interno do Brasil, vendendo muito em acordos bilaterais e comprando pouco dos mesmos, em uma política de ajustes econômicos que perdura desde a implantação do Plano Real.

Esse fechamento, dificuldade de se inserir na Economia regional dos países vizinhos do Brasil, com desvantagem na balança comercial e na troca de mercadorias gera um espaço que foi preenchido recentemente pela ADP, composta por países do Pacífico que buscam um maior dinamismo econômico, num momento onde a CAN enfraquecida e em processo de união ao MERCOSUL (estagnado) em uma UNASUL recém-formada. Esse cenário de indecisão da América do Sul abriu a oportunidade de inovação no comércio exterior, iniciado pelo Chile, país liberal que aposta em um modelo de regionalismo aberto, esperava para dinamizar sua inserção no subcontinente, entrando em acordo com Colômbia e Peru para a construção de um novo bloco econômico.

ADP surge como uma alternativa de comércio ao modelo MERCOSUL, em resposta a expansão desse modelo platino pela América do Sul. Nem ADP ou MERCOSUL está na mesma esfera de profundidade da UNASUL, que possui uma meta de integração mais ampla. Para Fairlie (2014, p. 22), a ADP é impulsionada pelos Estados Unidos, com a intenção de contra-atacar um modelo de UNASUL que traria uma integração física da América Latina e redução da influência estadunidense na região ¹⁴⁸. Um indício disso é a aproximação da CAN à maior potência global, quando o bloco andino discutiu um Tratado de Livre Comércio com este em 2006 para determinados produtos, o que implicou na saída da Venezuela do bloco e em denúncia da Bolívia no Tribunal de Justiça Andino, por suposta violação de compromissos internos da entidade em detrimento de somente alguns membros ¹⁴⁹. O tratado não foi consolidado, porém a ruptura política já havia sido criada.

¹⁴⁷ Dados referentes a 2011, segundo o CIA World Factbook.

¹⁴⁸ FAIRLIE, A. Perspectiva econômico-comercial. In: ALBERTO ADRIANZÉN, M. (ed.) Convergencia CAN-MERCOSUR: La hora de las definiciones. Equador: Editora Nacional, Centro Andino de Estudios Internacionales, 2014.

¹⁴⁹ TRATADO de Livre Comércio Comunidade Andina (CAN3)-EUA: negociações estendidas por mais uma rodada. Pontes, 24 Jan. 2006.

Todos os países da CAN são membros associados do MERCOSUL e vice-versa, porém para se tornar membro pleno de um dos blocos é preciso abandonar o anterior. Foi o caso da Venezuela em 2006, assim como Bolívia e Equador também manifestaram interesse em fazer parte do bloco platino, o que resultaria na extinção do bloco andino, que ficaria somente com dois membros (Colômbia e Peru). Neste caso, teríamos o abandono de um longo processo que possui uma estrutura consolidada e voltaríamos ao modelo MERCOSUL, com suas limitações e baixa institucionalidade. Essa fuga de membros da CAN deixa a ADP como única alternativa frente a um modelo de integração diferente da UNASUL e reduz o espaço de manobra de políticas neoliberais com alianças externas bilaterais.

País ou bloco	PIB	População	Exportações	Importações
	(Em US\$ milhões)	Em milhões de habitantes	Em US\$ bilhões	
Argentina	447,6	40,9	84,0	73,9
Brasil	2492,9	194,9	256,0	226,2
Paraguai	21,2	6,5	5,5	11,5
Uruguai	46,9	3,4	7,8	10,7
Venezuela	315,8	29,8	92,6	50,7
Total MERCOSUL	3324,5	275,5	446,0	373,1
Colômbia	328,4	46,1	56,2	54,7
Chile	248,4	17,4	81,4	70,6
México	1154,8	113,7	349,4	350,8
Peru	173,5	30,0	45,6	37,7
Total ADP	1905,1	207,2	532,6	513,8

Tabela 5: Dados econômicos do MERCOSUL e da Aliança do Pacífico

Fonte: CEPAL: Panorama de la inserción Internacional de América Latina y el Caribe 2011-2012.

Como pode ser visto nos dados da CEPAL (2012), o argumento econômico utilizado para a construção da ADP não é justificável frente o projeto da UNASUL. Se por um lado o Brasil representa aproximadamente 50% do PIB da América do Sul, por outro vemos que o México responde por 65% do PIB da ADP, o que viria a ser uma troca de influência pior aos países menores da região em termos econômicos e pode gerar pressões políticas tal qual na UNASUL. Mesmo na questão econômica, é notável que o superávit do MERCOSUL é muito maior que do bloco mais novo da região, o que não traria benefícios a Chile, Colômbia e Peru em curto prazo, deixando claro que se trata primordialmente de uma escolha política.

A contrapartida nesta disparidade precisava ser compensada de outra forma, que seria a participação de investimentos de cada país no projeto UNASUL, onde a maior economia teria de realizar os maiores aportes financeiros na região, o que não é aceito pelo governo brasileiro. Podemos verificar que este modelo paritário de contribuição é de desagrado para o Brasil se observarmos o sistema adotado no MERCOSUL ao longo dos anos, onde apesar das diferenças no PIB, todos os países contribuem para sua secretaria de forma igualitária, denotando maior esforço financeiro das menores economias, no caso Paraguai e Uruguai (Guimarães, 2012).

Países	PIB (US\$ mi)	Carga tributária	Arrecadação (US\$ mi)	Contribuição (US\$)	% da Contribuição
Argentina	370.263	19,9%	73.682	615.472	0,00000835
Brasil	2.143.034	25,0%	535.758	615.472	0,00000115
Paraguai	18.331	14,8%	2.702	615.472	0,00022761
Uruguai	39.412	25,4%	10.010	615.472	0,00006144
MERCOSUL	2.571.040	-----	622.152	2.461.888	0,00000396

Tabela 6: participação econômica dos países no MERCOSUL.

Fonte: GUIMARÃES, S. P., 2012. Op. cit.

Nesse modelo em funcionamento, o grande esforço financeiro para o desenvolvimento do MERCOSUL acaba sendo cobrado de Paraguai e Uruguai e não do

Brasil, como pode ser visto na porcentagem de contribuição de cada país. O impacto financeiro para uma economia frágil como a do Paraguai é elevado, e o retorno é o mesmo para todos os outros Estados. O que Guimarães propõe para reparar essa falha é uma participação financeira diretamente ligado à capacidade relativa de contribuição, onde nesse caso o Brasil deveria assumir 75% dos investimentos, Argentina 15%, Uruguai 6% e Paraguai 4%. Este seria um modelo justo sobre contribuição, o mesmo raciocínio teria que valer para a CAN.

Esses impactos são menos sentidos dentro da CAN, justamente pela maior equidade entre os membros, as economias desses países possuem valores similares e políticas mais claras de investimentos. Essa comparação pode ser feita pela simples observação do acesso aos balanços de investimentos disponíveis na internet de cada bloco, onde a CAN disponibiliza a movimentação financeira de cada membro anualmente de forma clara, enquanto que dados sobre os mesmos tópicos no MERCOSUL nem sempre estão disponíveis.

Apesar disso, Baspineiro (2014, p. 116) acredita que o MERCOSUL está vivendo um momento de fortalecimento institucional, tanto interna como externamente, o que efetivamente não pode ser notado pela atividade do bloco nos últimos anos. Existiria para o autor uma influência desta política na UNASUL e vice-versa, diretamente ligados ao debate de políticas sociais e de inclusão, que se ocorre atualmente é somente em teoria ou intenções futuras. Dessa forma não é mais possível definir se a UNASUL está se tornando uma expansão do MERCOSUL ou se o MERCOSUL se transformou para se adequar ao complexo projeto ambicionado pela UNASUL¹⁵⁰.

O simples acréscimo de outros membros não garante ao MERCOSUL um avanço ou ampliação de atividade do bloco, que pode ser notado pela imobilidade econômica do mesmo, impulsionado pela maior economia da América do Sul, com crescimento entre 2003 e 2010 de apenas 3,6% em média. Outros membros tiveram avanços econômicos mais expressivos como Argentina (7,3%) e Uruguai (6,8%), porém são refreados em um modelo de MERCOSUL emperrado pelo Brasil. Apesar disso, faz-se necessário uma política de aproximação e compromisso entre todos os países da América do Sul para lidar com as dificuldades internas e coordenar o desenvolvimento regional.

¹⁵⁰ BASPINEIRO, A.C. Estratégias. In: ALBERTO ADRIANZÉN, M., 2014. Op. cit.

O tempo de funcionamento de cada organização também interfere no funcionamento, visto que a CAN existe desde 1969 e o MERCOSUL somente iniciou suas atividades em 1991. A maior aproximação entre os países de cultura andina também traz benefícios no diálogo político, com metas mais próximas do que os países do bloco do Atlântico, apesar das disputas políticas da CAN como a saída do Chile em 1976 e da crise instalada por Hugo Chávez, então presidente da Venezuela, com Alan Garcia, presidente do Peru, e posterior saída da Venezuela em 2006 fragilizando a CAN que será ainda mais danificada com a saída da Bolívia rumo ao MERCOSUL. Disputas econômicas e políticas entre Argentina e Brasil sempre geraram impactos negativos na região ao invés de alimentar uma concorrência salutar. As metas propostas por cada país do MERCOSUL se afastam de um interesse de grupo, o que gera lentidão em políticas comuns.

O surgimento da UNASUL nesse cenário traz uma nova possibilidade de debate e desenvolvimento regional, porém exigindo mudanças nas posturas de todos os países. Os modelos anteriores de integração não podem mais se adaptar ou se encaixar dentro de um único bloco, assim como estratégias de desenvolvimento regional exigem mudanças nas políticas de inserção internacional de alguns países como Chile, Colômbia e Peru. Existe uma mudança ideológica na UNASUL ao analisarmos seu foco central, distante dos dois blocos antecessores ao buscar melhorias sociais e de infraestrutura à frente de uma simples união aduaneira, como relata Simões (2011, p. 26):

[...] O objetivo declarado da UNASUL não é se tornar um bloco comercial no curto prazo, mas ampliar as possibilidades na área de infraestrutura, investimentos e energia, além de outras possíveis, como segurança e defesa, políticas sociais, educação e saúde. [...]

Para isso, faz-se necessário a construção de um cenário político interligado e harmônico, onde os debates entre os membros tomem as mesmas proporções em busca de soluções para o crescimento da América do Sul como um todo. São metas de longo prazo a serem trabalhadas pelos países, que atualmente demonstram certa inatividade para além das reuniões ministeriais anuais. A ausência de soluções práticas, assim como a falta de divulgação e participação da sociedade, criam uma imagem de inoperância e resistência no cenário político Sul-americano. Este foi o momento no qual a ADP ganhou força em seu

lançamento, trazendo o México como economia de peso para neutralizar a influência brasileira na América do Sul. Em termos ideológicos, devemos ficar atentos aos interesses e influência indiretas dos Estados Unidos na política sul-americana, onde Chile, México e Porto Rico (que almeja ser futuro membro do bloco) podem aprofundar vínculos com a potência estadunidense, sob coerção econômica ou de segurança. Como ilustração, poderíamos colocar a ADP como uma ofensiva ideológica dos EUA na América do Sul, após o fracasso da ALCA na década de 1990.

Em relação às florestas (que tem importância para a Amazônia) existe uma divisão clara entre os eixos da CAN e do MERCOSUL. Os países do MERCOSUL podem ser divididos entre Brasil e Paraguai, que contam com leis florestais específicas, e Argentina e Uruguai, que não possuem, sendo estes últimos os únicos da América do Sul a não possuírem uma abordagem direta sobre preservação e uso das florestas em seus territórios. Nos países andinos (todos os que pertencem a CAN e também o Chile) todos possuem leis florestais.

A demarcação cronológica também serve para demonstrar essa separação, onde a maior parte dos países andinos constituíram suas leis e departamentos voltados para a preservação e uso sustentável florestal pós Rio-92, dessa forma já incorporando diretrizes debatidas no evento e tópicos apontados no *Relatório Brundtland* e *Amazonia sin mitos*. Os países do denominado Cone Sul possuem leis de proteção ambiental desde a década de 60, como Brasil e Paraguai, porém necessitando atualizar as mesmas com o passar do tempo para se adaptar as questões ecológicas mais recentes.

Com isso, as ideologias presentes em cada país tomam caminhos diferentes sobre os recursos que possuem, seja por necessidade ou por adaptação. Sem surpresa, pode-se notar que somente Bolívia, Equador, Peru e Venezuela possuem um forte enfoque socioambiental presentes em seus códigos ambientais, abordando questões atuais de grande preocupação mundial como preservação de culturas nativas, uso de recursos naturais com extração tradicional, piscicultura artesanal protegida por lei e outros pontos, visando a melhoria social das comunidades presentes em territórios florestais e a busca da elevação dos índices de desenvolvimento humano.

Como exemplo, podemos colocar o objetivo geral da política nacional do ambiente do Peru (2009):

De acuerdo al artículo 9º de la Ley N° 28611, Ley General del Ambiente, el objetivo de la Política Nacional del Ambiente es mejorar la calidad de vida de las personas, garantizando la existencia de ecosistemas saludables, viables y funcionales en el largo plazo; y el desarrollo sostenible del país, mediante la prevención, protección y recuperación del ambiente y sus componentes, la conservación y el aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, de una manera responsable y congruente con el respeto de los derechos fundamentales de la persona.

A prioridade neste caso é focada na qualidade de vida, como premissa fundamental para a preservação ambiental, concordando com o modelo já tratado no *Relatório Brundtland* e na obra *Amazonia sin mitos*. Como tal lei, aprovada em 2009 pelo Ministerio del Ambiente (MINAM), surge após os eventos da Rio 92 sua formulação é colocada em função do meio socioambiental, mais adequada a realidade atual. Ironicamente, tal lei foi aprovada no mesmo ano dos conflitos em Baguá que resultou na morte de diversos indígenas em um conflito entre interesses das comunidades locais e grandes empresas que buscavam explorar petróleo em reservas naturais, como discutido anteriormente. Isso demonstra a incoerência e descompasso entre o discurso político e as atitudes empregadas na América do Sul.

Outros países como Brasil, Chile, Colômbia e Paraguai, apesar de possuírem um código florestal já atualizado e adaptado, possuem enfoques voltados para o investimento privado, o funcionamento empresarial e comercial do seu território, que não criam as melhores condições de mudanças sociais para as comunidades locais. Dessa forma, apesar de haver maiores investimentos, em grande parte de transnacionais como Odebrecht, Camargo Correa, Petrobrás, Andrade Gutierrez, Santander, Repsol, Hunt Oil, Talisman, Perenco e outras, os recursos provenientes da região são direcionados ao exterior, apropriando-se da mão de obra local sem criar condições de melhorias.

No Brasil, a Política Nacional de Meio Ambiente data de 1981, ainda no período da ditadura e em plena expansão do desmatamento e das grandes obras na região. Neste caso, a palavra “uso” é a que está em evidência na Lei N. 6938/1981¹⁵¹, pelo uso do solo, subsolo, da água e do ar, assim como o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais (sic). Trata-se de uma adaptação do ambiente ao homem e não o inverso, como deve ser. A

¹⁵¹ BRASIL: Lei N. 6938/1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus afins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 de Agosto de 1981. Op.cit.

conceituação sobre uso sustentável ainda não estava em voga, dessa forma o uso indiscriminado proporciona grande avanço da fronteira agrícola, desmatamento e uso predatório como o caso de Serra Pelada (PA). Nos países andinos, viu-se uma expansão do desmatamento para o avanço da plantação ilegal de coca, protagonizada por grupos guerrilheiros e milícias armadas subsidiadas pela venda de drogas ao mercado exterior¹⁵².

Existe segundo Gusmão (2009) uma problemática em relação a área total de coca plantada ilegal que alimenta grupos terroristas e traficantes, no que ele denomina de “efeito balão”, quando um país reduz sua produção por intervenção militar e os países vizinhos aumentam sua produção para compensar essa perda e alimentar o mercado de drogas. Este argumento traz uma maior urgência ao pensarmos na segurança da América do Sul de forma conjunta e organizada pelo Conselho de Defesa Sul-americano. Ações coordenadas dos países evitariam esse “efeito balão” e seriam mais eficazes no combate ao tráfico de drogas e a violência dos grupos que organizam esse tráfico.

O reflexo dessas políticas permissivas e divergentes trazem também resultados negativos diretos para projetos sobre concessões florestais com modelos de exploração sustentável e de baixo impacto organizados legalmente. Para estes é uma concorrência desleal os produtos extraídos ilegalmente, seja por falta de fiscalização ou por interesses políticos diversos que permitem a perpetuação de áreas de grilagem, invasão de reservas e conflitos constantes com comunidades indígenas e ribeirinhas. De forma generalizada e com intensidades diferentes, estas falhas ocorrem em toda América do Sul, independente dos aparatos legais presentes.

Segundo relatório do Greenpeace (2008), o desmatamento e as queimadas são responsáveis por quase 70% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa, desta parcela cerca de 80% são originadas por expansão pecuária. Entre 2002 e 2006, das 20 milhões de cabeças de gado criadas no país, 14,5 milhões estavam presentes em território amazônico¹⁵³. Este é o resultado de uma política expansionista presente entre 1970 e 1980, na tentativa de “povoar” a Amazônia seguindo os modelos desenvolvimentistas do Regime Militar do período, trazendo consigo um rastro de devastação da ordem de 665 mil Km² de áreas

¹⁵² Gusmão, L.A. O cultivo da coca nos países andinos: efeito balão, explicativos e marcos da regulação em Bolívia, Peru e Colômbia. 2009.

¹⁵³ BRASIL: Relatório Greenpeace 2008. O rastro da pecuária na Amazônia-Mato Grosso: o Estado da destruição. São Paulo: Greenpeace Brasil, 2008.

florestais derrubadas¹⁵⁴, ou um território igual ao da Espanha (505 mil Km²), Portugal (89 mil Km²), Holanda (42 mil Km²) e Bélgica (31 mil Km²) somados¹⁵⁵.

Vale um destaque importante neste assunto em relação à UNASUL, onde não existe uma secretaria específica para cuidar do meio ambiente até o ano de 2014, mas que está na pauta política dos membros para implementação, conforme a opinião de diplomatas de alto escalão do Ministério das Relações Exteriores do Peru em entrevista realizada na sede desse ministério em 27 de Novembro de 2014. Apesar de não ter a prioridade como nos outros blocos da América do Sul, a economia possui uma secretaria específica na UNASUL para elaborar projetos e está em debate a frente de um assunto que deveria tomar relevância como o meio ambiente, tomando níveis de importância semelhantes.

O distanciamento econômico entre os componentes da UNASUL também desperta conflitos internos, na formulação de políticas públicas comuns e na aproximação territorial. Disparidades de ordem tecnológica podem fragilizar ou mesmo inviabilizar parques industriais locais em competição com empresas de maior porte e com melhor produtividade, o que aumentaria a distância econômica entre os membros. Na tentativa de evitar esse problema, soluções paliativas muitas vezes são tomadas, como é o caso dos acordos bilaterais¹⁵⁶ entre os países. No caso Brasil-Peru, são membros de diferentes blocos em um primeiro momento (MERCOSUL e CAN respectivamente) e atualmente membros comuns da UNASUL e parceiros bilaterais com diversos acordos, porém o aumento desses acordos se deu após 2002 e se manteve crescente mesmo após a consolidação da UNASUL, trazendo uma imagem de dúvida e falta de funcionalidade do bloco Sul-americano para os outros países.

Tomando no MERCOSUL a relação Argentina Brasil como exemplo, podemos notar as medidas restritivas no comércio entre esses países, apesar de participarem de uma união aduaneira. Em um laudo arbitral movido pela Argentina, esta denuncia o Brasil por proteger diversos setores (calçados, frutas e hortaliças, farinha de trigo, parafina, entre outros), alguns

¹⁵⁴ BRASIL: Relatório Greenpeace 2008. Op.cit.

¹⁵⁵ USA: The 2012 World Factbook. USA, CIA, 2012.

¹⁵⁶ Tais acordos realizados entre dois países da região sul-americana trazem o entrave de uma negociação com o bloco em geral, pois privilegia mercadorias e mercados em detrimento de outros através de barreiras alfandegárias. Numa busca de proteção a indústria nacional, o plano de desenvolvimento regional se atém a teoria e o não diálogo político dificulta a integração social e desmobiliza as tentativas de uma discussão igualitária regional.

deles sendo sobretaxados até 65%. Caso semelhante ocorre em sentido inverso, como no caso de automóveis, produtos manufaturados, eletrodomésticos, etc.¹⁵⁷.

Casos semelhantes, em menor número e cifras, também ocorrem na CAN, porém existe um tribunal arbitral desde 1979, habituando dessa forma os países a tratarem de maneira equiparativa o comércio entre os países do bloco. Seria este um dos fatores do afastamento da Venezuela em 2006, por tentar equilibrar a balança comercial de seu país de forma artificial, impondo diversas restrições a produtos de outros membros da CAN, para não prejudicar a balança venezuelana, e isso além do pressuposto político de Hugo Chávez de se tornar o grande líder da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA)¹⁵⁸ a partir de sua hegemonia sobre a CAN explicam a sua saída.

Outros fatores influem na esfera política e criam cenários positivos e negativos para a construção de um bloco econômico regional, como pode ser visto em livro organizado por Costa et. al. (2007)¹⁵⁹. Seja pelas simples mudanças do cenário latino americano ou pelos interesses das elites locais ou mesmo pela diminuição do vínculo com os Estados Unidos que, idealizou e promoveu um modelo de bloco econômico não adequado à América Latina (ALCA) e com isso perdeu apoio político na região, somado à ascensão da China e a mudança de rumo da política sul-americana após o fim da bipolarização mundial, resultando no surgimento do MERCOSUL e, posteriormente, da UNASUL e da ADP.

Os países membros da ADP procuram facilitar o comércio e diálogo entre os acordantes e outros países, em especial com os Estados Unidos e a União Européia. Com o discurso sobre abertura total dos mercados a ADP não avalia o impacto que pode gerar nas economias mais frágeis. A abertura econômica produtiva pode trazer impactos poderosos à indústria regional, quer pela incapacidade de competir em qualidade e quantidade, quer pela problemática do custo de mão de obra de produtores chineses. O livre comércio traz uma ilusória competitividade ao cenário da América Latina, onde tentar alcançar padrões das nações desenvolvidos perpassa por competir com esses mesmos países.

Vacas Fernández (2013, p. 105) considera que o processo de integração sul-americano é um laboratório ou modelo do que futuramente pode ser o total da América Latina

¹⁵⁷MERCOSUL - Laudo arbitral del primer tribunal ad-hoc. (1999).

¹⁵⁸ CHAVEZ, M. A. O. Restricciones arancelarias y para-arancelarias. Caracas: Aduanas, Dez. 2006.

¹⁵⁹ COSTA, S.; SANGMEISTER, H.; STECKBAUER, S. (orgs.). O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências. São Paulo: Annablume; Adlaf; Fundação Heinrich Böll, 2007.

e Caribe, nos modelos propostos pela CELAC. Para ele, os próprios artigos 19 e 20 do Tratado de Brasília de 2012 deixam essa possibilidade em aberto pois nestes se trata dos países que podem se tornar membros futuramente. Ele define esse processo atual como germinativo, em uma transição natural do MERCOSUL para a UNASUL e posteriormente para a CELAC, mas não vê a inclusão de EUA e Canadá neste modelo, alegando que a disparidade econômica prejudicaria a construção de um bloco horizontal e equitativo em todas as esferas.

Para Caetano (2012, p. 149)¹⁶⁰, primeiro deve se criar as condições de consolidação política da UNASUL antes de elaborar expansões:

En primer lugar, la integración sudamericana en general y Unasur en particular deben ser complementarias y no alternativas al Mercosur. Unasur puede hacer menos cosas que Mercosur. Puede ser un espacio de concentración política que garantisse paz y estabilidad democrática en el continente. Puede ser un escenario ideal para la convergência de políticas públicas regionales en temas especialmente estratégicos como energía y medio ambiente, infraestructuras y integración física, migraciones, entre otros. También puede ser un foro político de mucha relevância, tanto para facilitar la convergência de posturas comunes entre los países sudamericanos para promover en organismos multilaterales, así como para establecer acuerdos de contingencia ante conjunturas internacionales amenazantes.

Novamente, a aposta na estrutura funcional do MERCOSUL para um bloco da América do Sul é questionado e segue a tendência de se expandir pelo subcontinente e ser o alicerce da UNASUL. A avaliação sobre os modelos políticos a serem seguidos a partir de 2004 tem importância vital para esta tese, trazendo consistência teórica e documental para se avaliar as possibilidades reais de integração e o nível de proteção para a Amazônia, a integração teria que ser sustentável para reduzir o abismo social das populações da região amazônica e inseri-los no mundo globalizado.

O que deve ser destacado é a mudança no processo de integração proposto pela UNASUL, que não é um modelo baseado na convergência comercial como fora CAN e MERCOSUL, mas busca um processo de integração mais amplo no qual os países possam

¹⁶⁰ CAETANO, G. Uruguay y Sudamérica: Mercosur, Unasur y los desafíos de una nueva inserción internacional. In: BRASIL. A América do Sul e a integração regional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2012. 252 p.

atuar de forma direta em busca de soluções comuns para energia, infra estrutura, finanças, políticas sociais, educação, meio ambiente e todos outros temas de relevância. Podemos colocar a UNASUL como um gradiente de integração entre a CAN e o MERCOSUL, complementando estes com a busca para suprir carências estruturais, colocando pela primeira vez a agenda política à frente da econômica.

Para algumas autoridades do governo peruano consultadas diretamente pelo autor a um ex-Ministro de Relações Exteriores do Peru, nem os membros da ADP e nem os do MERCOSUL estão interessados em uma aproximação real no momento para construir um modelo de UNASUL funcional. O peso do Brasil em um bloco comum gera desconfiança dos outros países membros da América do Sul, por sua influência econômica. UNASUL seria um projeto para o subcontinente, porém o México consideraria este o primeiro passo para a adequação ao modelo da CELAC de união da América Latina, o que explicaria parte da rivalidade entre ADP e MERCOSUL que espelharia uma disputa sobre qual é o principal país em termos econômicos e de referência.

3.2 – Os foros ativos da UNASUL e a OTCA

Neste trecho do trabalho busco analisar alguns pontos centrais sobre o funcionamento de entidades supranacionais na América do Sul e quais benefícios podem surgir destes para a Amazônia. Este tópico será desenvolvido levando-se em conta dados oficiais, uma bibliografia crítica aos projetos do subcontinente, relatórios anuais de atividades e estatísticas sobre a evolução do debate político e social dentro da UNASUL. O aspecto político para erigir o bloco na América do Sul é a maior barreira a ser superada para o sucesso da UNASUL, principalmente no sentido de colocar-se a frente dos interesses econômicos especialmente de grandes empresas multinacionais, e iniciar as reformas necessárias para que a sociedade participe efetivamente e usufrua dos benefícios da grande área comum que pode vir a se tornar a América do Sul.

A busca pela construção do Parlamento da UNASUL é um passo decisivo para a expansão de debates políticos entre todas as nações sul-americanas, uma instituição multilateral com poder de decisão político e jurídico que atuaria diretamente em todo o espaço

do bloco de forma autônoma¹⁶¹. Neste sentido, a horizontalidade do debate (no sentido de negar hegemonias, supremacias ou lideranças não eleitas) deve ser o principal aspecto constitutivo da entidade, visando à criação de leis e normas em prol do desenvolvimento da América do Sul. Essa descentralização faz-se necessária, não pejorativamente como é utilizada no sentido de desorganização e desarticulação política, mas sim na busca de reduzir interesses específicos de cada país em prol do desenvolvimento coletivo, exigência primaz de um bloco que almeja ser não somente econômico, mas político e social.

Ao contrário do que deveria ser esperado, a OTCA nunca foi articuladora de políticas comuns para a sub-região amazônica, estando submetida a diferentes esferas de poder de cada um dos países que a compõem, o que gera uma falta de articulação e inatividade da entidade. No Artigo I de seu tratado, a entidade tem por objetivo “*o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos*”¹⁶², ou seja, o debate transfronteiriço deveria se valer da instituição para atuar na região florestal de forma coletiva, para evitar ações pontuais em locais específicos de um país amazônico, que poderiam gerar impactos secundários em regiões que não pertencem a este país.

A proposta inicial do regulamento da UNASUL (Artigos I, II, III e IV)¹⁶³ deveria reivindicar a liderança na organização, proteção e utilização sustentável da floresta amazônica, coordenar políticas de desenvolvimento regional em busca de melhorias nas condições sociais e buscar explorar o potencial presente na região, porém essa atuação participativa proposta não está em funcionamento até o presente momento. Somado a isso, a OTCA deveria atuar de forma coordenada – ou subordinada no caso de existir uma Secretaria de Meio Ambiente específica no bloco regional no futuro, tornando-se então pauta de destaque na discussão política da América do Sul – com a UNASUL, por exemplo, fortalecendo estruturas multi-governamentais na América do Sul. Porém, atua somente em ações pontuais, basicamente voltada a pesquisas sobre a região em parceria entre os países, sem uma atuação incisiva. No plano de trabalho de 2013 temos uma amostra deste argumento, onde a agenda central da entidade sobre diversos temas foca-se em realizar reuniões,

¹⁶¹ Vale destacar que até o ano de 2014, adiante do período de estudo deste trabalho, ainda não há uma definição sobre esse tema. Outras secretarias também não funcionam efetivamente até o momento, espera-se uma definição para o ano de 2015, com a retomada dos debates e um novo impulso com a inauguração da sede da UNASUL em Quito no Equador (05/12/2014).

¹⁶² OTCA: O Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília, 3 Jul. 1978.

¹⁶³ UNASUR: Regulamento Geral da Unasul. Brasília, 23 Mai. 2008. Ver anexo 01.

pareceres técnicos e analisar dados coletados. Mostra-se um círculo vicioso de início de atividades, porém sem levar adiante nenhuma das ações propostas¹⁶⁴. Torna-se então uma entidade que praticamente existe somente na teoria e não atua efetivamente.

Mesmo com o impulso inicial e o entusiasmo proporcionado pela Rio-92 e as metas definidas pela Agenda 21, a entidade reinaugurada (o TCA se transformou em OTCA em 1995, após a Rio-92 e a mudança no panorama ambiental global, sendo implementada em 1998 com a criação de sua secretaria permanente) não conseguiu criar uma plataforma política viável ao funcionamento multilateral, que possibilitaria uma estruturação regional. Essa inviabilidade no cenário sempre difícil da política da América do Sul imobilizou seu desenvolvimento.

A questão econômica também foi um entrave para a entidade, sendo que a maioria dos países da região viviam recessão e incertezas no recente cenário do neoliberalismo mundial na década de 1990, em decorrência do Consenso de Washington e as políticas austeras para a economia da América Latina. Segundo Bandeira (2002), em alguns casos como do membro da OTCA a Colômbia (2002), o endividamento externo superava 50% do PIB, gerando grave crise econômica e por conseguinte não possuindo linhas de crédito para investimentos. A mesma crise da década recaiu sobre todos os países da América Latina, como da Argentina (1998) cujo endividamento também superava 50% do PIB, impedindo um maior investimento nas áreas ambiental e social¹⁶⁵. No Brasil a dívida externa alcançaria os 56% do PIB ao final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, ao final de 2002, sofrendo um acréscimo de 72% no valor da dívida ao longo de seus dois mandatos, recuando ao patamar de 44,8% ao final do segundo mandato de Lula (referente a Outubro de 2009)¹⁶⁶.

O investimento incerto em políticas ambientais e projetos inovadores não traziam grandes aportes financeiros para avançar em questões como pesquisa e desenvolvimento de produtos tropicais, exploração de madeira de baixo impacto, recursos hídricos, fármacos e inúmeros outros, de grande valor agregado na atualidade, porém inviáveis no cenário de fuga de capital vivido pela América Latina na última década do século XX¹⁶⁷.

¹⁶⁴ OTCA: Plano de Trabalho 2013. Disponível em: < www.otca.info >. Acesso em: 13 Jan. 2014.

¹⁶⁵ BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Rev. bras. polit. int.* 2002, v. 45, p. 135-146.

¹⁶⁶ BRASIL. Relatório Anual 2012, v. 48. Brasília: Banco Central do Brasil, 2012. 225 p.

¹⁶⁷ BANDEIRA, L. A. M. 2002. Op.cit.

Os primeiros grandes investimentos em projetos liderados pela OTCA partiram de países não tropicais, como Estados Unidos, Suíça, Suécia, Noruega, Japão e entidades como a OEA (Organização dos Estados Americanos), Banco Mundial e Fundo Mundial de Proteção do Meio Ambiente. Na década de 1990, estes responderam por cerca de 90% dos recursos investidos em pesquisa e desenvolvimento socioambiental na Amazônia¹⁶⁸.

Faz-se relevante notar as diferenças culturais, sociais e políticas dos países componentes da UNASUL e os desafios decorrentes na tentativa de se criar um bloco econômico e social. O dilema Atlântico-Pacífico, referente aos países que vivem cada qual sob influência dos espaços marítimos, somado à contraposição de raízes coloniais espanholas e portuguesas, trazem fronteiras linguísticas, culturais e geográficas. CAN e o MERCOSUL buscam uma aproximação, apesar dos novos dilemas que estão surgindo dentro da UNASUL. Na questão cultural, a necessidade de aceitação e aproximação é o grande desafio para toda a UNASUL, já que se trata do convívio entre todos seus habitantes. O poder da cultura e também dos simbolismos e crenças é notável, ao que se tem que acrescentar que as mídias interferem diretamente nos pensamentos contemporâneo podendo criar resistências ao debatermos o aumento de uma cidadania regional.

Na virada do milênio, uma mudança no direcionamento político e econômico da região possibilitou um novo fôlego para a OTCA, com retorno da participação dos países membros após período de inatividade na década de 1990, aumento de investimentos diretos e uma reaproximação entre os governos da América do Sul. Essa aproximação política permitiu definir de forma coerente metas¹⁶⁹ para a floresta de forma estrutural, envolvendo também as comunidades inseridas. Este foi o primeiro momento no qual a questão socioambiental tornou-se relevante na pauta de trabalho da organização, coincidindo com a chegada de governos de orientação de centro-esquerda na política sul-americana. Este momento oportuno da política regional e a crise dos países centrais, colocando em xeque o modelo de desenvolvimento almejado pelas outras nações, na busca de um novo impulso à OTCA, que de fato não ocorreu. Os altos investimentos, a falta de consenso sobre discussões

¹⁶⁸ Foi criado um fundo de investimento em pesquisa, intermediado pelo Banco Mundial, com um aporte financeiro de US\$ 1,5 bilhão para pesquisas e programas de desenvolvimento sustentável, como melhorias de estrutura em centros de excelência em pesquisa, como o INPA e o Museu Paraense Emilio Goeldi. Fonte: GAMA, W.; VELHO, L. A cooperação científica internacional na Amazônia. In: Estudos Avançados, v. 19, n. 54, São Paulo, Mai/Ago 2005. p. 205-224.

¹⁶⁹ Em primeiro lugar, estudos e levantamentos sobre a floresta amazônica, implementação de uma secretaria para coordenar reuniões sobre o tema e posteriormente planos de ação a serem trabalhados pela OTCA, conforme estipulado em seu tratado. Fonte: OTCA, 1978. Op.cit.

transnacionais como segurança e proteção ambiental, a presença de recursos naturais almeçados por grandes mercados (em especial a China), um modelo econômico baseado na exportação de recursos primários, corrupção nas políticas de posse de terras e outros fatores foram fatores que refrearam a atuação da OTCA.

Uma das grandes críticas do *Relatório Brundtland* (1987, p. 10) às políticas ambientais da maioria dos países do mundo é a separação ou afastamento destas questões da esfera política e econômica, como se fossem demandas independentes ou não conectadas. As políticas econômicas da região colocaram a esfera econômica acima de todas as outras ao longo de quase duas décadas desde o consenso de Washington e afastou demais questões do debate político, criando uma defasagem de demandas e necessidades diversas. O resgate dessas questões está sendo retomado nos anos recentes, porém com agravamentos em questões como sociais e principalmente ambientais, pelo aprofundamento da reprimarização e dependência das exportações de matérias primas, com um modelo econômico que coloca a questão ambiental e social em segundo plano, como coloca Boito Jr. (2003).

A dificuldade para elaborar projetos ambientais conjuntos perpassa também pelo ecossistema diverso da floresta, que tem muitas sub-regiões. A Amazônia não pode ser estudada como um manto uniforme e contínuo florestal como relata Ab'Saber (1996), Dourojeanni *et. al.* (2009) e outros pesquisadores. Uma análise de impacto ambiental possui variações gigantescas em diferentes locais da floresta, principalmente em parcelas da Alta Amazônia, a floresta de altitude presente nos países andinos, que é muito diversa por ocupar diferentes nichos ecológicos segundo a altitude que vai, no caso peruano, desde quase 6000 metros¹⁷⁰ até 300 metros (início da Baixa Amazônia com rios navegáveis), mas também é muito frágil. O impacto causado pela implantação de um gasoduto, como descrito no relatório *Estudo prévio de impacto ambiental para construção do gasoduto Juruá/Urucu* de 2008 no Brasil¹⁷¹, é semelhante ao caso da Chevron no Equador, citado anteriormente neste trabalho, porém as consequências são diferentes pelo tipo da geografia, composição florestal, solo, vegetação e bioma endêmicos e impactos ao conjunto florestal, como a floresta conseguiria se recuperar. Daí a importância de uma análise de impacto ambiental para cada localidade.

¹⁷⁰ O Nevado de Mismi, onde nasce o Rio Amazonas, tem 5597 metros de altura em relação o nível do mar. In: SMITH, D. Explorers pinpoint Source of the Amazon. National Geographic, 21 Dez. 2000.

¹⁷¹ ESTUDO prévio de impacto ambiental para construção do gasoduto Juruá/Urucu. Manaus: Instituto PIATAM, 2008.

Essa subdivisão de ecossistemas vai além das fronteiras nacionais, dessa forma inserções indevidas em um país podem gerar impactos na esfera comum da floresta, prejudicando outra nação ou nações e danificando a estrutura amazônica como um todo. Cada comunidade que habita diferentes áreas poderia contribuir com seu conhecimento *in loco* para estudos sobre impactos e possíveis usos sustentáveis dos recursos presentes sem gerar problemas em outros. Como mostra Amayo Zavallos (2009, p. 12):

A realidade geográfica e histórica mostra que a Amazônia é um sistema regional, ou seja, que a Amazonia é uma Região Sul-Americana Compartilhada – ARSAC. Isso torna evidente por si mesmo que a água pertence a todos os que conformam a ARSAC. Se isso é verdade, também o é que entre os assinantes do TCA não existe um acordo para que a Bacia Amazônica – BA seja administrada em concordância com os princípios de “*Bacias de Drenagem Internacional*” propostos pelas *Regras de Helsinki da Associação de Direito Internacional*. Também não existe acordo para que a BA seja administrada conforme a proposta da *Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas “Direitos de Utilização dos Cursos de Água internacionais para fins distintos da Navegação”* [...]

Isso demonstra claramente que existe resistência do Brasil quanto à integração regional amazônica pois, por exemplo, suas grandes obras em Rondônia impactam o Rio Madeira que é internacional (nasce no Peru e cruza a Bolívia) mas foram feitas sem consentimento desses países, infelizmente não existe compartilhamento e abertura política para discussão equitativa dos problemas locais com impacto na Amazônia. Isso poderia ser feito pela OTCA, se essa entidade tivesse poder real e fosse autônoma. O terrorismo propagado durante o período militar sobre a internacionalização da sub-região ainda tramita pelos corredores do congresso brasileiro e do Palácio do Itamaraty. As regras mencionadas por Amayo Zavallos (2009) buscam contornar problemas presentes em áreas transnacionais aquáticas, não somente de transporte, mas também para a utilização consciente destes recursos hídricos. O posicionamento unilateral brasileiro não leva em conta o fato de não possuir nenhuma cabeceira do Amazonas nem da maioria dos seus afluentes, cabeceiras essas que em situações similares nos países vizinhos, de impactos nos rios por grandes obras sem consulta com os demais países, poderiam gerar uma problemática de vazão e seca na região baixa da bacia brasileira.

Como já citado, o grande potencial hidrelétrico da bacia amazônica encontra-se presente principalmente nas grandes quedas dos Andes e da Guiana sem a necessidade de construir grandes lagos artificiais de contenção, que podem ter grande impacto no fluxo do Amazonas, principalmente durante os períodos de seca na sub-região. Sendo esse um bem não compartilhado em sua totalidade pelo Brasil, os outros países amazônicos também poderiam se valer dessa lógica egoísta e explorar a seus exclusivo interesse seus potenciais, o que poderia condenar a Baixa Amazônia (e a Amazônia brasileira só é Baixa) a uma mudança impactante e repentina de umidade em todo seu bioma. A coordenação entre os países amazônicos é fundamental para evitar problemas, ou seja, ser discutido entre todas as nações envolvidas a melhor opção para a sub-região, tanto para seu uso como para a preservação dos recursos evitando sempre ter impacto negativo em outros.

Neste trecho fica claro a inoperância da OTCA, entidade que deveria administrar esses problemas, assim como coordenar esforços para que a Amazônia consiga sua preservação e também seu desenvolvimento sustentável. A crescente maior participação da sociedade civil dos países amazônicos nestas questões sensíveis exigiu sempre uma revisão do modelo de desenvolvimento da Amazônia que vinha sendo aplicado pelos seus governos. A visibilidade oferecida pelas redes sociais no mundo virtual aproximou pessoas independentemente da nacionalidade para apoiar demandas diversas, como as de tribos indígenas que possuem reservas ameaçadas ou invadidas, principalmente em áreas de interesse econômico (Região de Camisea no Peru, exploração de petróleo em reserva dos Kugapakori, Nahua e Nanti; No Equador, exploração de petróleo em reservas indígenas no solo amazônico, como o caso Chevron; Na Venezuela, invasão ilegal de garimpeiros brasileiros em solo Yanomami em busca de minérios).

Houve um significativo crescimento nas reivindicações e defesa de interesses dos povos nativos e de seus territórios tradicionais, em um claro conflito com políticas nacionais de expansão de interesses e na busca de novas fontes de recursos. Amayo (2010) destaca os conflitos que ocorreram na região de Bagua no Peru, onde houve confronto com as forças policiais peruanas resultando em mais de 30 mortos e um número indeterminado de desaparecidos, indígenas e policiais. Não existem dados oficiais sobre o conflito, porém as motivações estão diretamente ligadas ao expansionismo proposto pelo então presidente Alan Garcia para exploração de terras indígenas e reservas florestais em busca de petróleo. É preciso levar em conta que, como visto na Tabela 2 na página 25 deste trabalho, o governo de

Alan Garcia no Peru entregou 84% da área florestal amazônica deste país (quase 100 mil km²) para a exploração de hidrocarbonetos.

O mundo virtual e a mídia em tempo real ajudam a ampliar a diversidade cultural e expor as carências distantes dos grandes centros econômicos, esclarecendo a opinião pública, aumentando a insatisfação social e a busca por mudanças. Neste contexto favorável, a OTCA poderia aproveitar e protagonizar a mudança necessária à Amazônia para sua inserção no território sul-americano de forma harmônica e benéfica a todos os países. No entanto a falta de poder e autonomia dela transforma essa instituição em inefetiva, sendo que deveria possuir importância central nesta demanda ao ponto que não auxilia para a reinserção geopolítica, econômica e socialmente sustentável da sub-região amazônica. Santos (1994, p. 121/122) traz uma reflexão sobre esse momento vivido em todo o mundo:

[...] o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional não se completou inteiramente em nenhum país, faz com que vivamos, a um só tempo, um período e uma crise, e assegura, igualmente, a percepção do presente e a presunção do futuro, desde que o modelo analítico adotado seja tão dinâmico quanto a realidade em movimento e reconheça o comportamento sistêmico das variáveis novas que dão um significação nova à totalidade.

Os governos regionais deveriam se pautar por esse pensamento, onde estamos vivendo um momento de inflexão, mudança de direção em toda a política mundial, com novas pautas a serem tratadas no cenário global. A questão ambiental não é recente, porém tomou grande relevância atualmente em decorrência das mudanças climáticas danosas. Em um momento de construção da integração da América do Sul, a Amazônia deveria ser um dos norteadores: conservar esse importante patrimônio natural e cultural não só pela sua magnificência, mas também pelo seu influente efeito climático na umidade, temperatura e variações de pressão, afetando diretamente todos os países da UNASUL, o que é motivo para um debate sério transnacional sul-americano: este deveria ser um dos grandes objetivos da UNASUL, que traria uma projeção global do bloco ao discutir sobre a Amazônia, que tem relevância mundial.

Infelizmente faz-se notável a fraca atuação de órgãos supranacionais como a OTCA e a própria UNASUL para trabalhar temas comuns a todos os países. Essa fragilidade é reflexo de processos democráticos ainda muito frágeis e em busca de consolidação, o que interfere diretamente nas relações entre os governos. Um dos grandes pontos ao qual a UE está à frente dos demais blocos é a diplomacia consensuada que a Europa finalmente adquiriu, fator que está distante da América do Sul e sem o qual não será possível instituir um fórum comum de discussões e ações.

O debate sobre a construção de um parlamento comum da UNASUL é pauta política para o futuro próximo, segundo um Parlamentar Andino em entrevista ao autor em Lima no dia 02 de Dezembro de 2014 em seu escritório, seguindo o modelo que está em funcionamento no MERCOSUL com o PARLASUL (Parlamento do MERCOSUL), em atividade desde 06/12/2006. Este é dividido em 10 comissões: Assuntos Jurídicos e Institucionais; Assuntos Econômicos, Financeiros, Fiscais e Monetários; Assuntos Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes; Trabalho, Políticas de Emprego, Segurança Social e Economia Social; Desenvolvimento Regional Sustentável; Ordenamento Territorial, Habitação; Saúde, Meio Ambiente e Turismo; Cidadania e Direitos Humanos; Assuntos Interiores, Segurança e Defesa; Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca; Orçamento e Assuntos Internos ¹⁷².

Apesar de ainda não contar com eleições diretas para seus representantes (com exceção do Paraguai), o parlamento é composto por membros de cada nação em proporcionalidade populacional, gerando então 26 representantes para a Argentina, 37 para o Brasil, 18 para Paraguai e Uruguai e 23 para Venezuela. Os parlamentares gozam de certa autonomia para lidar com questões do bloco, diferentemente da UNASUL que não tem parlamento e ainda depende de encontros de presidentes dos países membros ou representantes de alto escalão, gerando lentidão na decisão de políticas comuns para a América do Sul.

Com a aproximação de Bolívia e Equador do MERCOSUL, isso geraria uma inserção política considerável representativa para o subcontinente, o que facilitaria a busca de uma integração da América do Sul, porém aos moldes do bloco platino, sobrepondo-se a CAN

¹⁷² Dados disponíveis no site da entidade: < www.parlamentodelmercosur.org >. Acesso em 12 Nov. 2014.

e aprofundando um sistema burocrático rígido e com consequências já visíveis na atitude dos membros da CAN Colômbia e Peru que são parte dos fundadores da ADP. Para Rafael Roncagliolo, ex-ministro de Relações Exteriores do Peru a quem entrevistei em Lima no dia 28 de Novembro de 2014, uma das resistências presentes para ainda não ter sido aprofundado esse processo de expansão do MERCOSUL é o fato do Brasil ser centralizador no debate político, segundo ele herança de seu processo colonizador. Enquanto a colônia espanhola criou uma força centrífuga de gestão, procurando trazer maior liberdade para estados e municípios, a colônia portuguesa fazia exatamente o contrário, centralizando todas suas ações em um modelo de força centrípeta.

Apesar da lentidão, podem ser notadas algumas mudanças em áreas específicas, como o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) que foi articulado em Dezembro de 2008 para lidar com crises de segurança regional e local, de forma articulada e eficiente. O primeiro ato foi antes mesmo de consolidado o CDS, quando segundo Evo Morales houve uma tentativa de golpe na Bolívia por setores da elite e militares, o Conselho atuou diretamente para evitar os conflitos e manter a situação democrática no país ¹⁷³. Outro exemplo foi a suspensão do Paraguai em 2012 por crise nas eleições e falta de representatividade oficial, inclusive participando da fiscalização das eleições de Abril de 2013, após um processo de impedimento do presidente em exercício Fernando Lugo ter sido efetivado de forma irregular ¹⁷⁴.

Existem três formas de atuação pacífica utilizada para a resolução de conflitos: diplomáticos, políticos e jurídicos. Todos eles visam garantir a legitimidade do sistema governamental presente no país e buscar entrar em consenso entre as dissidências. Sendo a UNASUL uma organização com personalidade jurídica internacional, pode então atuar de forma direta tanto no caso boliviano como paraguaio, regularizando as situações legais que deveriam vigorar em cada caso. O Conselho de Defesa Sul-americano ficou em prontidão para o

¹⁷³ EVO Morales denuncia tentativa de "golpe civil" na Bolívia. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL748920-5602,00-EVO+MORALES+DENUNCIA+TENTATIVA+DE+GOLPE+CIVIL+NA+BOLIVIA.html> >

¹⁷⁴ PARAGUAI é suspenso do bloco da UNASUL. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/paraguai-e-suspenso-do-bloco-da-unasul.html> >.

uso de recursos bélicos, porém a simples mediação diplomática dos membros da UNASUL foi o suficiente para restabelecer a paz na região¹⁷⁵.

Este é um movimento fraco e ainda pouco exigido pelos países, mas demonstra uma evolução de caráter jurídico no ambiente da América do Sul, o mais próximo do que jamais esteve a região de uma real unificação. Este deve ser o princípio norteador da UNASUL, a resolução de conflitos em conjunto, baseado em normas e com legitimidade, para o reconhecimento e progresso de todos os países que compõem esse grande bloco.

¹⁷⁵ COSTA, N. P. A UNASUL como instrumento de solução pacífica dos conflitos: o caso boliviano. *Cadernos de Direito*, V. 10, N. 18, Jan./Jun. 2010, p. 69-87.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste projeto buscou analisar a viabilidade na construção da UNASUL, um projeto de pretensa prioridade para todos os países da América do Sul, analisando também os percalços para sua concretização. A pesquisa mostra que infelizmente não existe consenso nem mesmo para tratar à sub-região amazônica Sul-americana, zona esta que pela sua importância mundial terá que se tornar importante foco de estudos para sustentar políticas de desenvolvimento dela no sentido de, simultaneamente, superar seus limites naturais e preservar esse ecossistema Sul-americano único¹⁷⁶, por ser a maior mata tropical mundial.

Desde sua fundação, a UNASUL criou secretarias para tratar dos diversos temas do bloco, um modelo constitucional ainda não em vigor, que busca consolidar um parlamento comum tentando ampliar os debates políticos comuns à região, porém não obteve o êxito esperado já que pouco está realmente acontecendo. A centralização política da América do Sul em sistemas Republicanos cria uma barreira a essa abertura, sendo que as reuniões dos membros sempre estão centradas na figura dos presidentes de cada país, sem expandir o debate para o Legislativo, o que impede uma reformulação e/ou evolução política. Não se criou uma secretaria exclusiva para o meio ambiente a qual, juntamente com a OTCA, poderia coordenar os projetos de preservação e uso sustentável da Amazônia, porém nada disso aconteceu até o presente.

Os modelos de blocos anteriores, CAN e MERCOSUL, trazem pouca experiência nessa emancipação político-social, por lidarem com demandas internas sempre à frente das demandas regionais, trazendo um enfoque prioritário para a economia em detrimento dos outros temas. Mesmo assim, em questões sobre economia, como o da infraestrutura regional, que possui o potencial para uma maior competitividade global, existe relutância em investimentos partilhados e a IIRSA avançou lentamente para tentar melhorar este cenário. Investimentos massivos do BNDES sempre levantam dúvidas sobre as reais intenções brasileiras no subcontinente, devido a que sempre é feito através de multinacionais brasileiras que com as verbas baratas e garantidas pelo BNDES ganham sempre as licitações, assim mega-obras como Belo Monte e a Interoceânica (ambas realizadas por empreiteiras

¹⁷⁶ Sua importância única pode ser considerada pelo fato que na atualidade essa sub região foi eleita como uma das 7 novas maravilhas naturais do mundo. Fonte: Entidade New 7 Wonders. Disponível: www.new7wonders.com.

brasileiras) trazem também um debate sobre o uso racional dos recursos, naturais e econômicos.

O grande destaque para o BNDES é sua política controversa, investindo em programas de sustentabilidade e extração sustentável, o que justificaria sua denominação com fundo social, mas por outro lado criando as linhas de crédito necessários aos grandes projetos de alto impacto ambiental negativo e combatendo assim as comunidades que no primeiro momento apoiou. Isso deixa claro a confusa elaboração política presente no Brasil através do BNDES com um pacto na América do Sul quanto a preservação e modelo de desenvolvimento, uma herança do desenvolvimento aos moldes ocidentais danosa à Amazônia.

A discussão central deste trabalho avalia a proposta de unificação do subcontinente priorizando a Amazônia, os fatores de risco e as alternativas para um desenvolvimento socioambiental sustentável da região. Os fatores sociais (econômicos e políticos) assim como ambientais trazem um cenário na constituição da UNASUL com premissas para alcançar um projeto de integração com enfoque primordialmente social, mas que infelizmente não está acontecendo, principalmente no caso do Brasil. Na questão amazônica, o uso predatório da sub-região infelizmente ainda representa o maior aporte financeiro presente, com a presença de transnacionais e grandes corporações locais que, como foi demonstrado, escoam seus recursos sem trazer benefícios para as comunidades locais, além de aumentar a predação e destruição dos ecossistemas amazônicos.

A grande expansão pecuária e agroindustrial sobre a floresta, especialmente no caso do Brasil, além de danificar toda a estrutura do seu bioma amazônico, impulsiona comunidades tradicionais para avanços dentro de áreas até o momento intocadas. O avanço de rodovias e conexões indevidas no território trazem impactos de curto prazo e problemas sociais como conflitos pela terra, grilagem, uso indevido de recursos e aumento substancial da violência na sub-região, além de motivar atividades irregulares como extração madeireira de alto impacto ambiental, garimpos irregulares, tráfico de drogas nas regiões fronteiriças, contrabando de armas e outros. Um exemplo é o Departamento (Estado) de Madre de Dios no Peru, onde cerca de 150 mil hectares de floresta já foram desmatados por garimpos ilegais,

com mão de obra de bolivianos, brasileiros e peruanos, facilitado pelo acesso ao interior das matas cortadas pela Rodovia Interoceânica¹⁷⁷.

Políticas como o novo código florestal brasileiro e explorações ilegais em outros países amazônicos (como o caso peruano de extração de petróleo de regiões florestais analisados em minha dissertação de mestrado) significam um retrocesso político, criando uma imagem negativa no âmbito global. Esta tese buscou estudar as políticas ambientais para preservar, utilizar e integrar de forma sustentável a floresta amazônica, fator determinante na construção de uma UNASUL igualitária e não hegemônica, assim seria para a Amazônia o único caminho para evitar sua destruição. O que ficou constatado é que não houve progresso nas questões ambientais e as demandas globais por matérias primas e alimentos irá manter esse infeliz panorama, já que é difícil imaginar mudanças para políticas preservacionistas por parte dos governos amazônicos.

A OTCA permanece em um estado de inércia desde sua formação, parte por incompetência administrativa interna, sem um adequado quadro de funcionários para tratar de temas técnicos e sociais, parte por ingerência dos países envolvidos, estando submetida a diferentes esferas de poder, sem capacidade de atuação direta sobre os problemas da Amazônia e sem o devido financiamento. Não há um projeto concreto para aumento significativo de finanças para realizar as atividades de forma devida, além de organizar diferentes campos de atuação para cada um países amazônicos que ela representa. A OTCA poderia se tornar um modelo de cooperação com a Secretaria de Meio Ambiente da UNASUL, caso ela vier a ser criada. Mas o essencial é que a OTCA *não tem poder* já que Brasil e os demais países amazônicos outorgam a essa instituição recursos suficientes e autonomia.

A IIRSA, sob a égide do BNDES cada vez mais influente como financiador dos grandes projetos, trouxe uma sombra de desconfiança entre os demais países da América do Sul, trazendo novamente a imagem de um Brasil sub-hegemônico, detentor de 50% da economia do subcontinente e com grandes empresas responsáveis pelas maiores obras na carteira de serviços da IIRSA. Contando com orçamentos que só aumentavam e com a baixa

¹⁷⁷ DANIELS, A. Rodovia Interoceânica rasga Amazônia com garimpo e desmatamento entre Brasil e Peru. **Opera Mundi**, 31 Jul. 2010. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/5392/rodovia+interoceânica+rasga+amazonia+com+garimpo+e+desmatamento+entre+brasil+e+peru.shtml>>. Acesso em 03 Jun. 2012.

eficiência na execução das obras, toma-se outra conclusão perturbadora aos projetos de infraestrutura da região em andamento, onde a prioridade recairia em obras que beneficiariam diretamente a maior economia da América do Sul. Sob a imagem da Rodovia Interoceânica, maior obra realizada no período, fica a avaliação do real intento da IIRSA para a conexão do território e crescimento da UNASUL. Como foi visto seu orçamento inicial era de US\$ 68 bilhões em 2000 e terminou em US\$ 168 bilhões em 2012. Além disso, grande parte das obras tinham prazo final no fechamento do ciclo em 2012, porém grande parte dessas obras foram postergadas para um novo prazo indefinido¹⁷⁸. O que vale destaque é que a grande maioria dessas obras foram realizadas por empreiteiras brasileiras, movidas pelo crédito do BNDES.

Por esse motivo e outros, as relações do Brasil com os outros países amazônicos ainda são relativamente frágeis. O distanciamento que existia entre CAN e o MERCOSUL precisam ser superados para o sucesso da UNASUL, sua aproximação tem que envolver não só decisões políticas, mas também sociais, econômicas e de infraestrutura, assim como uma plataforma horizontal de negociação entre as nações envolvidas nesses dois processos de integração Sul-americanos. Essa estática visível da instituição UNASUL está atrasando a evolução da América do Sul, como também aos poucos minando os esforços para sua construção que poderia significar uma ruptura com o modelo primordialmente econômico de CAN e MERCOSUL, pois não estão se dando as mudanças necessárias para sua consolidação.

Não é possível uma simples somatória entre os antigos processos para a construção de um bloco como em tese o pretende a UNASUL com enfoque social, econômico e político, algo não existente antes no subcontinente. O que pretende a UNASUL é recente, está sendo construído após o período neoliberal, está em fase de implantação. Será preciso mais tempo para que os países aceitem seus conceitos, ainda mais ao tratar com temas polêmicos como é o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A mudança no panorama econômico regional com o *neodesenvolvimentismo* não auxilia na construção de um projeto integracionista, por focar-se primordialmente na ampliação econômica total dos países.

A problemática da Amazônia exige uma solução permanente e de preservação, por ser um território integrado naturalmente, ainda que dividido por fronteiras nacionais, sendo fonte de recursos pouco explorados e com uma área que é quase a metade do subcontinente. O

¹⁷⁸ IIRSA, 2012. Op. Cit.

não uso sustentável desse potencial é um desperdício de novas possibilidades e uma abertura para a maior degradação de seu ambiente com impactos não apenas regionais, mas também globais. Não se trata somente de um dano ambiental local, mas sim de uma problemática ambiental que afetará diretamente o continente e o mundo na variação de temperatura, controle de salinidade dos mares, índice de chuvas, umidade e outros¹⁷⁹. Por isso a OTCA deveria estar ligada diretamente a uma secretaria específica de meio ambiente da UNASUL, por tratar de um tema que impacta todos os países do subcontinente com consequências mundiais. O *neodesenvolvimentismo* não auxilia também a floresta, pois em sua busca de recursos para financiar seus projetos de nação, acabam por avançar neste território em busca de reservas de alta demanda, necessários para o aumento financeiro do país, porém sem o retorno devido à sub-região.

A mudança de direcionamento econômico dos governos de Fernando Henrique Cardoso para os governos Lula trazem melhorias em índices globais econômicos como redução de pobreza e de analfabetismo, porém parte desses custos foi arcado com a exploração ainda maior de alguns recursos, principalmente hidrocarbonetos e minérios. Este modelo neodesenvolvimentista ganhou espaço em toda a América do Sul e trouxe agravamentos para a Amazônia, principalmente nos casos que possuem maiores riquezas subterrâneas como Colômbia, Equador e Peru.

O resultado final dessa tese buscou elucidar alguns problemas presentes dando também alternativas possíveis para o futuro, úteis para a utilização sustentável da floresta amazônica e para a construção de uma UNASUL forte e funcional. Não existe possibilidade de se estudar um bloco regional, social e abrangente sem levarmos em conta a presença da Amazônia, floresta esta que ocupa 40% do território subcontinental e abriga uma das maiores biodiversidades do planeta. Um dos erros primordiais da UNASUL é não colocar em primeiro plano a importância dessa floresta para a região, determinante no processo de agrupamento dos países em torno de um objetivo comum.

Os relatórios elaborados pela ONU e outras entidades supranacionais trazem um panorama que deveria reger a Amazônia e os países que a possuem, buscando adaptar a existência humana às condições de cada local da floresta, com especificidades presentes

¹⁷⁹ SPRACKLEN, D. V. *et.al.* Observations of increased tropical rainfall preceded by air passage over forests. *Nature*, N. 489, Set. 2012, p. 282-285.

somente nas florestas tropicais. Por outro lado, os governos deveriam dar o suporte necessário para a exploração sustentável da sub-região, proteção de seus recursos e uso das reservas com retorno direto às localidades e não aos centros de poder e econômicos. A espoliação da Amazônia trouxe nela um aumento da desigualdade social e econômica que precisa ser contornado, seja por medidas assistencialistas ou por programas de capacitação e valorização de suas mercadorias tradicionais.

A inserção agressiva do Estado, com políticas voltadas para a exploração de recursos ampliadas a partir de 2003, e o aumento da inserção de transnacionais em solo amazônico criou uma demanda da sociedade civil por proteção e intervenção nessa sub-região, principalmente na figura das ONGs, que também tiveram casos de corrupção e mal uso dos recursos naturais, como citado nesta pesquisa. Atuando diretamente em nichos sociais, com financiamentos públicos ou privados, algumas dessas entidades buscam suplantar as carências deixadas pelo Estado nação que se encolheu no período neoliberal e voltou a estar presente, porém de maneira danosa através do BNDES e de empresas brasileiras. A busca de novas representações institucionais encontrou respaldo em algumas ONGs, assim como oportunistas e golpistas também, o que levou a uma inundação de ações em diferentes países e a necessidade de filtrar e consolidar as que efetivamente funcionam. Ressaltando que os maiores movimentos para desenvolvimento sustentável e reafirmação cultural local são resultado dessas ONGs, efetivamente mais críveis do que a própria UNASUL até o momento.

Entre as três frentes de análise propostas neste estudo, visando abordar de forma multidisciplinar a problemática da UNASUL, podemos notar que o avanço das teorias e das propostas sempre recaem sobre a economia, contrariando todo o projeto inicial que a UNASUL almejava. Na esteira de propostas já presentes na CAN e no MERCOSUL, o panorama econômico da região seguiu seu rumo, porém sem superar desajustes entre os países. A competição desleal e a defasagem técnica ainda são um problema a ser superado, porém notam-se melhorias no trânsito de mercadorias, tanto interna como externamente à região.

No plano social, existem algumas mudanças motivadas por projetos de países individualmente, porém não há um modelo comum que poderia auxiliar a superar questões como a pobreza e a fome, principalmente na Amazônia. Não existe ainda uma conscientização sobre os direitos e deveres para um ser social da UNASUL, com condições comuns à toda

região. Isso dificulta o trânsito, a integração e a unificação da sociedade em um plano comum de existência.

A questão política demonstra a confusão teórica a qual está submetida a América do Sul neste período. Tendo tido muitas experiências de ditaduras militares e inseridos de forma hostil em um modelo neoliberal danoso, o que observamos neste momento é a reconstrução de um projeto de nação dos países sul-americanos, a busca de direcionamento e melhorias para a população, ainda sob a influência do grande capital das transnacionais presentes no território. Essa reorganização política não adquiriu a maturidade necessária para se expandir em um projeto supra nacional exigido para a UNASUL e a Amazônia, para regimentar e gerir os recursos e avançar no plano socioeconômico regional diminuindo a distâncias entre os países, a nível externo, e econômico-sociais no nível interno.

Para finalizar, o que a UNASUL teria que construir na América do Sul é um modelo de integração inclusivo e participativo, sendo necessário neste interim debater sobre a Amazônia. O que presenciamos e constatamos no período de análise foram os primeiros passos para a consolidação deste processo, valendo-se de experiências menores da CAN e do MERCOSUL. Mas o grande dilema da UNASUL é a consolidação de políticas internas de cada país e sua posterior expansão para uma esfera superior, onde os Estados aceitam delegar parte de seu controle a instituições consolidadas e concordadas por todos os países membros do bloco como instituições autônomas e com poder tipo um Parlamento. Sem a efetiva construção deste cenário político, a UNASUL ficará estagnada e estacionada como os blocos antecessores. A UNASUL não pode ser uma entidade consultiva, como o é no presente, mas sim um centro de decisões no mesmo patamar dos governos nacionais visando o bem-estar da sociedade sul americana. Um centro de decisões organizado horizontalmente, rotativo entre os países membros e legislando de forma equitativa, gerenciando o todo, na busca de uma sociedade justa e consciente.

BIBLIOGRAFIA

AB" SABER, A. N. **A Amazônia: do discurso à Práxis**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. Problemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados** [online]. 2005, vol.19, n.53, pp. 7-35. ISSN 0103-4014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100002> >. Acesso em: 20 Nov. 2013.

ADRIANZÉN, A. M. **Convergencia CAN-MERCOSUR: la hora de las definiciones**. Quito: Editora Nacional, 2014. Centro Andino de Estudios Internacionales, Universidad Andina Simón Bolívar. 172 p.

ALMEIDA, J. S. G. A contradição do ciclo de commodities. **Novos Estudos-CEBRAP**, Dossiê Economia Brasileira, Jul. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000200004&script=sci_arttext >. Acesso em 14 Abr. 2014.

AMAYO ZEVALLOS, E. **Amazonía, Mercado del Sur y las posibilidades de integración. In: Los Estados Unidos, América Latina y el Caribe: los otros senderos del ALCA**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, La Habana, 2006, pp. 159-92.

_____. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. Interesses envolvidos na construção de uma estrada, especialmente dos Estados Unidos e Japão. **Estudos Avançados**, Revista do Instituto de Estudos Avançados – USP, No. 17, Janeiro – Abril 1993, pp. 117-169.

_____. **A Amazônia e o Pacífico sul-americano e sua importância para o Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 216 p.

_____. Indígenas Amazônicos, motores de la historia: los casos de Perú y Brasil en perspectiva. In: **Peru Hoy**, n.17, Lima: DESCO, Jul. 2010. 430 p.

_____. **O impacto da globalização na Amazônia e no Pacífico sul-americano**. In: AYERBE, Luis F. (coord.). **Integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

AGÊNCIA Espacial Brasileira (AEB). **Projeto PRODES vigia a Amazônia há 25 anos**. São Paulo: INPE, 2013. Disponível em: < <http://www.aeb.gov.br/projeto-prodes-vigia-a-amazonia-ha-25-anos/> >. Acesso em 20 Abr. 2014.

ALVES, G. **O mal-estar do neodesenvolvimentismo**. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: < <http://blogdaboitempo.com.br/tag/neodesenvolvimentismo/> >. Acesso em 05 Jan. 2015.

AMAZONIA SIN MITOS. Edición de la Comisión Amazónica de Desarrollo y Medio Ambiente. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), Tratado de Cooperación Amazónica (TCA), 1992.

AMORIM, L. O potencial explosivo da mineração na Bolívia. **Revista Forum**, 18 de Out. de 2012. Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/10/o-potencial-explosivo-da-mineracao-na-bolivia/> >.

ARAUCO, V. P. **O desafio urgente: atuar diante da assimetria departamental**. Bolívia: PNUD, 2009. Disponível em: < <http://www.revistadesarrollohumano.org/proximo-0047.asp> >. Acesso em 15 Jan. 2015.

ARAUJO, H. V. (Org.). **Os Países da Comunidade Andina**. 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, v. 1 e 2.

ASAMBLEA de Vecinos Autoconvocados de Esquel por el No a la Mina. Disponível em: < www.noalamina.org >. Acesso em 15/12/2013.

AVERBUG, A.; GIAMBIAGI, F. **A crise brasileira de 1998/1999: origens e consequências**. Rio de Janeiro: PNUD, 2000. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf >. Acesso em 30 Fev. 2012.

AYALA, M. L. Colombian community prepares to sell forest carbon credits. **Thomson Reuters Foundation**, 04 Abr. 2011. Acesso em: < <http://www.ar.trust.org/item/20110404005500-azsp4/?source=spotlight> > . Acesso em: 10 Mai. 2014.

AZIZ AB'SÁBER: problemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados** [online]. 2005, vol.19, n.53, pp. 7-35. ISSN 0103-4014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100002> >. Acesso em 20 Nov. 2013.

BALBE, R. S. **Mecanismo de controle do Estado e da Sociedade sobre os recursos públicos administrados por entidades sem fins lucrativos**. Brasília: Controladoria Geral da União, 2011. Disponível em: < www.cge.ce.gov.br/index.php/.../doc.../423-ii-eeci-apresentacao-cgu >. Acesso em 20 Mar. 2012.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**, 2002, v. 45, p. 135-146. ISSN 0034-7329. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000200007> >. Acesso em: 20 Mai. 2013.

BARROS, P. S.; PADULA, R.; ALVES, C. **A integração de infraestrutura Brasil-Venezuela: A IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e o eixo Amazônia-Orinoco**. Brasília: IPEA, 2011.

BASPINEIRO, A. C. Estratégias. In: ALBERTO ADRIANZÉN, M. (ed.) **Convergencia CAN-MERCOSUR: La hora de las definiciones**. Equador: Editora Nacional, Centro Andino de Estudios Internacionales, 2014.

BAUMANN, R. A geopolítica da Integração na América latina: uma perspectiva sul-americana. In: COSTA LIMA, M. (Org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 455-471.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BEIRED, J. L. B.; BARBOSA, C. A. S. (orgs.). **Política e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 260 p.

BNDES. Fundo Amazônia, área de Meio Ambiente do BNDES. **Informe de carteira Janeiro de 2014**. Disponível em: <

http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Informes_Portugues/2014_01_informe_31jan14_port.pdf >. Acesso em 15 Mai. 2014.

BOITO JR., A. A hegemonia neoliberal do governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 17, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/Brasil/ifch-unicamp/20121129113308/Governo_Lula.pdf>. Acesso em: 05/06/2013.

BORGES, L. **Em meio a denúncias, Lupi deixa o Ministério do Trabalho**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0, OI5503031-EI7896, 00-Em+meio+a+denuncias+Lupi+deixa+o+Ministerio+do+Trabalho.html>.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Disponível em: < www.bndes.gov.br >. Acesso em 12 Jan. 2014.

_____. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2012. 252 p.

_____. Departamento do MERCOSUL (DMSUL). 2008. Disponível em: www.MERCOSUL.gov.br. Acesso em: 27/10/2008.

_____. **Relatório Greenpeace 2008. O rastro da pecuária na Amazônia – Mato Grosso: o Estado da destruição**. São Paulo: Greenpeace Brasil, 2008. 16 p. Disponível em: < <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/atlasweb.pdf> >. Acesso em: 14/04/13.

_____. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Disponível em: < www.ibase.br >. Acesso em 12 Mar. 2014.

_____. INMETRO. Certificação Florestal (CERFLOR). 2009. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp>. Acesso: 20/03/2009.

_____. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: < www.ipea.gov.br >. Acesso em: 05/08/12.

_____. **Decreto N. 6527/2008. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**. Brasília, 01 de Agosto de 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm >. Acesso em 20 Mar. 2014.

_____. **Lei N. 6938/1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus afins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, 31 de Agosto de 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm >. Acesso em: 10/10/12.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Contagem Populacional**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/> > Acesso em: 17 Set. 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. Política Externa. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/politica externa](http://www.mre.gov.br/politica-externa). Acesso: 24/07/2008.

_____. Ministério do Turismo. Disponível em: < www.turismo.gov.br >.

_____. Projeto Prodes/INPE. Disponível em: < www.aeb.gov.br >. Acesso em 20 Abr. 2014.

_____. Relatório Anual 2012, v. 48. Brasília: Banco Central do Brasil, 2012. 225 p.

_____. **Relatório final da CPI das ONGs**. Senado Federal, Outubro de 2010. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/getPDF.asp?t=83242&tp=1> >.

_____. Receita Federal do Brasil. Disponível em: < www.receita.fazenda.gov.br >.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. Ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Disponível em: < www.bresserpereira.org.br >. Acesso em 12 Set. 2013.

CABALLERO, B. H. S. El Paraguay y la integración sudamericana. In: BRASIL. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012. 252 p.

CAETANO, G. Uruguay y Sudamérica: Mercosur, Unasur y los desafíos de una nueva inserción internacional. In: BRASIL. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012. 252 p.

CAMPOS, R. P. **O fator (des) integrador da Amazônia e as relações Brasil – Peru de 2003 a 2008**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Araraquara.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CASAS GARCIA, A. M. **Integración regional y desarrollo en los países andinos**. Quito: Editora Nacional, Universidad de Córdoba, 2005. 432 p.

CASTILHO, A. L. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CASTRO, N. J. *et.al.* **Análise comparativa entre Belo Monte e empreendimentos alternativos: impactos ambientais e competitividade econômica**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos do Setor Elétrico – GESEL, UFRJ, Jun. 2011. Disponível em: < <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/TDSE35.pdf> >. Acesso em: 24 Abr. 2014.

CELENTANO, D. *et. al.* **A Amazônia e os objetivos de desenvolvimento do milênio.** Belém: Imazon, 2010. 85 p.

CEPAL. **Globalização e desenvolvimento.** Santiago: CEPAL, 2002, 396 p.

_____. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Textos selecionados (dois volumes). Santiago: Fundo de Cultura Econômica, 1998.

_____. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe 2011-2012: Crisis duradera en el centro y nuevas oportunidades para las economías en desarrollo.** Santiago: CEPAL, 2012, 138 p.

CHANG, L.; BOHRER, C. P. A presença da China na América do Sul: características, impactos e perspectivas. **Pontes**, V. 6, N. 3, Set. 2010. Disponível em: < <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-presen%C3%A7a-da-china-na-am%C3%A9rica-do-sul-caracter%C3%ADsticas-impactos-e> >. Acesso em 25 Ago. 2014.

CHAVEZ, M. A. O. **Restricciones arancelarias y para-arancelarias.** Caracas: Aduanas, Dez. 2006.

COLÔMBIA. Ministerio de Minas y Energía. Dirección de hidrocarburos, Sistema de Información Energética. **Producción Fiscalizada de Petróleo por Empresa (barriles por día calendario-BPDC).** Disponível em: < <http://www.minminas.gov.co/documents/10180/478758/Produccion+de+Crudo+por+Empresa+@%2030-Jun-2012.pdf/f43e49c9-866d-4d27-974f-d08c7b3692bb> >. Acesso em 12 Mar. 2013.

COMUNIDAD ANDINA. **Compendio de series estadísticas de la Comunidad Andina 2012.** Peru: Comunidad Andina, Secretaria General, 2012. 40 p. Disponível em: < <http://estadisticas.comunidadandina.org/eportal/> >. Acesso em: 15/10/12.

COMUNIDAD ANDINA. **Declaración Del Cuzco sobre La Comunidad Sudamericana de Naciones, III Cumbre Presidencial Sudamericana.** Cusco, 2004. Disponível em: http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/cusco_sudamerica.htm. Acesso em: 14/11/2008.

CORREA, F. A. Marcos jurídicos para o desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios da via regional. **Pontes**, v. 9, n. 9, 4 Nov. 2013. International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD). Disponível em: < <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/marcos-jur%C3%ADdicos-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-oportunidades-e> >. Acesso em 05 Mar. 2014.

COSTA, N. P. A UNASUL como instrumento de solução pacífica dos conflitos: o caso boliviano. **Cadernos de Direito**, V. 10, N. 18, Jan./Jun. 2010, p. 69-87. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/direito/article/download/562/166> >. Acesso em 21 Jan. 2015.

COSTA, P. (coord.) **Boas práticas de coleta, armazenamento e comercialização da castanha do Brasil: capacitação e intercâmbio de experiências entre os povos da**

Amazônia mato-grossense com manejo de produtos florestais não-madeireiros. Cuiabá: Defanti Editora, 2008.

COSTA, S.; SANGMEISTER, H.; STECKBAUER, S. (orgs.). **O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências.** São Paulo: Annablume; Adlaf; Fundação Heinrich Böll, 2007.

D'AGOSTINO, R. Entenda como ocorrem fraudes nos convênios entre ONGs e governos. **Portal G1**, 27 Out. 2011. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/10/entenda-como-ocorrem-fraudes-nos-convenios-entre-ongs-e-governos.html> >. Acesso: 20 Out. 2013.

DANIELS, A. Rodovia Interoceânica rasga Amazônia com garimpo e desmatamento entre Brasil e Peru. **Opera Mundi**, 31 Jul. 2010. Disponível em: < <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/5392/rodovia+interoceana+rasga+amazonia+com+garimpo+e+desmatamento+entre+brasil+e+peru.shtml> >. Acesso em 03 Jun. 2012.

DA VEIGA, J. E. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, V. 20, n. 3, p. 83-94, jul/set 2006.

DE NEGRI, F., ALVARENGA, G. V. **A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema.** São Paulo: IPEA, 2010. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23 >. Acesso em 05 Ago. 2012.

DOUROJEANNI, M.; BARANDIARÁN, A.; DOUROJEANNI, D. **Amazonía peruana em 2021 – explotación de recursos naturales e infraestructuras: ¿ Qué está pasado? ¿ Qué es lo que significan para el futuro?** Peru: Pronaturaleza, 2009.

DOUROJEANNI, M. **Estudo de caso sobre a Estrada Interoceânica Sul na Amazônia Sul do Peru.** Lima: Bank Information Center, Conservation International, Derecho Ambiente y Recursos Naturales y ProNaturaleza, 2006, 103p.

ENTENDA como funciona o mercado de crédito de carbono. Ministério do Meio Ambiente: < <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/entenda-como-funciona-o-mercado-de-credito-de-carbono> >. Acesso: 22 Jul. 2014.

ESPINOZA, G. *et. al.* Lecciones aprendidas con aplicación de la metodología de evaluación ambiental y social con enfoque estratégico – EASE/IIRSA, 2010.

ESTUDO prévio de impacto ambiental para construção do gasoduto Juruá/Urucu. Manaus: Instituto PIATAM, 2008.

EVO Morales denuncia tentativa de "golpe civil" na Bolívia. **G1 Mundo**, 04 Set. 2008. Disponível em: < <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL748920-5602,00-EVO+MORALES+DENUNCIA+TENTATIVA+DE+GOLPE+CIVIL+NA+BOLIVIA.html> >

FAIRLIE, A. Perspectiva econômico-comercial. In: ALBERTO ADRIANZÉN, M. (ed.) **Convergencia CAN-MERCOSUR: La hora de las definiciones**. Equador: Editora Nacional, Centro Andino de Estudios Internacionales, 2014.

FAO. **Leyes forestales en América del Sur**. Santiago: ONU, subsele em Chile, 2010. Disponível em: < www.fao.org >. Acesso em: 20/05/2013.

FEARNSIDE, P.M. 2005. Deforestation in Brazilian Amazonia: History, rates and consequences. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 680-688.

FEARNSIDE, P. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, vol. 12, n. 2, p. 5-56, Dez. 2009.

_____. O processo de desertificação e os riscos de sua ocorrência no Brasil. **ACTA Amazonica**, V. 9, N. 2, 1979. P. 393-400. Disponível em: < <https://acta.inpa.gov.br/sumario.php?volume=9&edicao=2> >. Acesso em 08 Ago. 2014.

FERNANDÉZ, C. **La sociedade civil americana**. Argentina: NAC & POP, 2006.

FERROVIA para o Pacífico custará US\$ 463 milhões. **Gazeta Mercantil**, 12 de março de 2004. Disponível em: < www.gazetamercantil.com.br >. Acesso em: 22 Out. 2012.

FONSECA, B.; MOTA, J. Contrato do BNDES na Amazônia contém irregularidades, diz agência. **Terra economia**, 05 Dez. 2013. Disponível em: < <http://economia.terra.com.br/contratos-do-bndes-na-amazonia-contem-irregularidades-diz-agencia,19272acd5d2c2410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html> >. Acesso em: 20 Dez. 2013

FÓRUM Social Pan Amazônico. Brasil, 2014. Disponível em: < <http://foropanamazonico.wordpress.com/2014/05/31/carta-de-macapa-os-povos-livres-da-panamazonia-vencerao/> >. Acesso em 02 Set. 2014.

FRISCHTAK, C. *et.al.* **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012**. Brasília: BID, 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Não à recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAMA, W.; VELHO, L. A cooperação científica internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, São Paulo, Mai/Ago 2005. p. 205-224. ISSN 0103-4014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200012> >. Acesso em: 13 Jul. 2013.

GARCIA, E. Odebrecht concretó la compra de Kuntur para el gasoducto del sur. **Revista Gestión**, 25 Abr. 2011, Lima. Disponível em: < <http://gestion.pe/noticia/747824/odebrecht-concreto-compra-kuntur-gasoducto-sur> >. Acesso em 12 Mar. 2013.

GUIMARÃES, S. P. Relatório ao conselho de ministros. **Comunicação e Política**, v. 30, n. 2, p. 181-190, 2012.

GUSMÃO, L. A. O cultivo da coca nos países andinos: efeito balão, explicativos e marcos de regulação em Bolívia, Peru e Colômbia. 2009. 101f. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HANCE, J. Peru slashes environmental protections to attract more mining and fossil fuel investment. **Mongabay.com**, Califórnia, 23 Jul. 2014. Disponível em: < <http://news.mongabay.com/2014/0723-hance-peru-environment-law.html> >. Acesso em 06 Mai. 2014.

HARGRAVE, J. **Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2013. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAm/_FINAL_PPCDAM.PDF >. Acesso em 05 Set. 2014.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: _____. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 349 p.

HERRERA, R. The Neoliberal „Rebirth“ of Development Economics. **Monthly Review**, V. 58, N. 1, Mai. 2006. Disponível em: < <http://monthlyreview.org/2006/05/01/the-neoliberal-rebirth-of-development-economics/> >. Acesso em 20 Jan. 2015.

HOETMER, R. *et.al.* **Minería y territorio en el Peru: conflictos, resistencias y propuestas en tiempos de globalización**. Lima: Biblioteca Nacional del Peru, 2009. 434 p.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 26ª edição.

HUMBOLDT, A. V. **Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of America**. London: Thomasina Ross, Volume 2, 1852.

INFOSUR Hoy. 21 Jan. 2014. Disponível em: < www.infosurhoy.com >.

IIRSA. **Agenda de Proyetos prioritários de integración**. Peru, 2012. Disponível em: < http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/rc_lima12_api_informe_avance.pdf >.

_____. **Agenda de projetos prioritários de integração, 2011**. Site: < www.iirsa.org >.

_____. **IIRSA 10 anos depois: suas conquistas e desafios**. Argentina: BID-Intal, 2011.

_____. Sector de Documentos de IIRSA. Disponível em: <http://www.iirsa.org/Documentos.asp?CodIdioma=ESP>. Acesso em: 23/05/2009.

INSTITUTO Sócioambiental (ISA). São Paulo, disponível em: < <http://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa> >. Acesso em 06 Mai. 2014.

JAKOBSEN, K. *et.al.* **Mapa do trabalho informal perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: < http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/mapa_do_trabalho_informal_0.pdf >. Acesso em 30 Out. 2013.

JAGUARIBE, H. Para uma política nacional de desenvolvimento. **Cadernos do Nosso Tempo**, n. 5, 1956, p. 47-188.

JARDIM, C. Equador ameaça não pagar BNDES por hidrelétrica. **BBC Brasil**, 24 Set. 2008. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080924_bndes_equadorrg.shtml >. Acesso em 14 Dez. 2014.

JUSTIÇA decreta prisão de presidentes de 5 empresas na Operação Lava Jato. **Jornal Folha de São Paulo**, 9 de Dezembro de 2014.

KILLEEN, T. J. **Uma tempestade perfeita na Amazônia: desenvolvimento e conservação no contexto da Iniciativa pela Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA).** Virginia: Center for Applied Biodiversity Science (CABS), Conservation International, 2007.

KRUGMAN, P. **A crise de 2008.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LAMOSO, L. P. *Neodesenvolvimentismo* brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 3, p. 391-403, set/dez 2012. Uberlândia, MG. Disponível em: < www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327330002 >. Acesso em 02 Mar. 2014.

LESSA, R. **Amazônia: as raízes da destruição.** São Paulo: Atual, 1991. 3ª edição, Série História Viva.

LIMA, C. Os maiores escândalos de corrupção no Brasil. **Revista Mundo Estranho**, Editora Abril, Dez. 2012. Disponível em: < <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/os-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil> >. Acesso em: 20 Out. 2013.

LULA sanciona MP da grilagem. Instituto Socioambiental, disponível em: < <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2917> >. Acesso em 17 de Junho de 2009.

MAGNOLI, D.; ARAUJO, R. **Para entender o Mercosul.** São Paulo: Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1995. 8ª edição, 72 p.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** São Paulo: Vozes, 1987.

MARIANO, K. L. P. MERCOSUL: a emergência de uma nova sociedade. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, n. 12, p. 169-201, 2002.

MARINI, R. M. **América Latina: dependência e integração.** São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. (orgs.). **Fronteiras abertas da América Latina**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. 290 p.

MARX, K. **O capital: crítica de economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 113.

MENEZES, J. Cooperativismo no Amazonas beneficia 35 mil pessoas. In: **Portal Amazônia**. Disponível em: < www.portalamazonia.com.br >. Acesso em 02 Out. 2013.

MERCOSUL. **Laudo arbitral del primer tribunal ad-hoc (comunicados DECEX N. 37 y SECEX N. 7)**. 1999. Disponível em: < <http://www.mercosur.int/show?contentid=440&channel=secretaria> >. Acesso em: 14/05/2011.

MONTEIRO, A. Justiça de Marabá anula compra e venda de 3 milhões de hectares de terra no sul do Pará. **UOL notícias**, 17 Jul. 2008. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/07/17/ult5772u371.jhtm> >. Acesso em: 15/08/2013.

MOTOSSERRA de ouro: um prêmio ao exterminador do futuro da Amazônia. São Paulo: **Greenpeace**, 23 Mai. 2005. Disponível em: < <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/motosserra-de-ouro-um-pr-mio/> >.

NETHERLANDS. **Agro-info.net. KENFAP-Nyanza data center**. 2013. Disponível em: < <http://kenfapnyanza.peasantsworldwide.net/?menu=home> >. Acesso em: 10/10/13.

NETO, I. C. **A atuação internacional do BNDES como parte do modelo *Novo Desenvolvimentista***. Rio de Janeiro: Seminário sobre investimentos do BNDES na América Latina, IBASE, 2013. Disponível em: < http://issuu.com/ibase/docs/artigo_bndes_al_ >. Acesso em 25 Out 2014.

NOBRE, C. A.; NOBRE, A. D. O balanço de carbono na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, 2002, pp. 81-90.

NOBRE, C. A. A Amazônia e o carbono atmosférico. **Scientific American Brasil**, 2002. Disponível em: < http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/a_amazonia_e_o_carbono_atmosferico.html >. Acesso em 20 Abr. 2014.

NOSSO FUTURO COMUM – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430 p.

OAKFORD, S. Chevron fights Amazon Pollution Verdict in US Court. **Inter Press Agency**, New York, 15 Out. 2010. Disponível em: < <http://www.ipsnews.net/2013/10/chevron-fights-amazon-pollution-verdict-in-u-s-court/> >. Acesso em: 28/10/2013.

OLIVA, J. A. B. **O transporte hidroviário (fluvial e cabotagem) de granéis agrícolas**. São Paulo: Agência Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ, 2008. Disponível em: <

<http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/palestras/Mar0817PiracicabaAlexOliva.pdf> >. Acesso em 11 Ago. 2012.

OLIVEIRA, J. J. Uruguai quer atrair mais de 500 mil turistas brasileiros em 2013. **Revista Valor**, 4 Set. 2013. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/empresas/3258916/uruguai-quer-atrair-mais-de-500-mil-turistas-brasileiros-em-2013> >. Acesso em 18 Abr. 2014.

OLMEDO, L. B. O Brasil e seus vizinhos sul-americanos: ameaça ou cooperação?. **2º Seminário de Relações Internacionais de Graduação e Pós Graduação da UFRGS**, Jul. 2014. Disponível em: < http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1406381186_ARQUIVO_OBrasileosvizinossul-americanos.pdf >. Acesso em Out. 2014.

ONU. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: < www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf >. Acesso: 1 10 2012.

OPOSIÇÃO denuncia irregularidades em obra da OAS na Bolívia. **Correio do Povo**, 04 Out. 2010. Disponível em: < <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=344581> >. Acesso em 03/09/2013.

ORGANIZAÇÃO de Cooperativas do Brasil (OCB). Disponível em: < <http://www.ocb.org.br/site/ocb/> >. Acesso em 25 Jul 2014.

OTCA. **Plano Estratégico 2004-2012**. Brasília, 2004. Disponível em: www.otca.org.br. Acesso em: 24/05/2009.

_____. **Demonstração de Superávit anos de 2008 e 2009**. Disponível em: < http://otca.info/portal/admin/_upload/transparencia/Planilha_OTCA2008-2009-demostrativo-superavit.pdf >. Acesso em 11 Set. 2012.

_____. Plano de trabalho 2013. Disponível em: < www.otca.org >.

_____. O Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília, 3 Jul. 1978. Disponível em: < http://otca.info/portal/admin/_upload/tratado/O_TRATADO_DE_COOPERACAO_AMAZONICA_PT.pdf >. Acesso em: 04 Abr. 2013.

PAINEL de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global. **Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha**. Nova York: Nações Unidas, 2012.

PARAGUAI é suspenso do bloco da UNASUL. **G1 Mundo**, 29 Jun. 2012. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/paraguai-e-suspenso-do-bloco-da-unasul.html> >.

PAÍSES fecham acordo para a criação da ferrovia Bioceânica Peru-Brasil. **Folha de São Paulo**, 12 Nov. 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1546901-xi-e-humala-fecham-criacao-de-grupo-de-trabalho-para-a-ferrovia-peru-brasil.shtml> >. Acesso em 20 Dez. 2014.

PASSOS, T. V. **Conexão física e integração política na América do Sul com foco no desenvolvimento socioeconômico: uma análise do Eixo Amazonas**. Chile: CEPAL, Primeiras Jornadas de Planejamento, 2014, 24 p.

PATRICK, M. J. **The impact of NAFTA on Border Maquiladora and Industrial Activity**. Texas: Texas A&M Press, 1994. Disponível em: < http://texascenter.tamtu.edu/PDF_NAFTA/techrp04.pdf >. Acesso em 03 Jun. 2014.

PERU. Instituto de Recursos Naturales (INRENA), 2008. Sector de estadísticas. Disponível em: www.inrena.gob.pe. Acesso em: 20/03/2009.

_____. Ministerio de Comercio Exterior y Turismo/MINCETUR. **Descripción turística del Perú**. Disponível em: < <http://www.mincetur.gob.pe/newweb/Default.aspx?tabid=3250> >. Acesso em 02 Fev. 2012.

_____. Ministerio de Transportes y Comunicaciones. Disponível em: < www.mtc.gob.pe >.

_____. **Política Nacional del Ambiente**. Ministerio del Ambiente – MINAM. 2009. Disponível em: < www.minam.gob.pe >. Acesso em: 14/11/2012.

PINHEIRO, L. A. **Política externa brasileira, 1889-2002**. São Paulo: Jorge Zahar, 2004. Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/BibliografiaSelecaoPos/PINHEIRO_2004.pdf >. Acesso em 03 Fev. 2013.

PNUD: **Relatório de desenvolvimento humano 2010: A verdadeira riqueza das nações – vias para o desenvolvimento humano**. New York: ONU, 2010.

PORTUGAL: WBCSD. **A ecoeficiência: criar mais valor com menos impacto**. 2000, 36 p. Disponível em: < www.wbcd.org >. Acesso em: 24/10/12.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. Chile: CEPAL, 1948. Disponível em: < archivo.cepal.org/pdfs/ceprebisch/003.pdf >. Acesso em 15/03/2012.

QUADROS, V. Governo vai expulsar ONGs suspeitas do país. **Jornal do Brasil**, 12 Fev. 2009. Disponível em: < <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2009/02/12/governo-vai-expulsar-ongs-suspeitas-do-pais/> >. Acesso em 18 Out. 2013.

QUEBRA de confiança: como a indústria na Amazônia continua ligada ao desmatamento, ao trabalho escravo e à invasão de terras indígenas. São Paulo: Greenpeace Brasil. **Relatório Greenpeace**, 2011.

RECONDO, F. Agora ilegais no país, 40% das ongs estrangeiras serão fechadas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2009. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,agora-ilegais-no-pais-40-das-ongs-estrangeiras-serao-fechadas,394191,0.htm> >

RICARDO, B. **Amazônia sob pressão**. RAISG-Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2012. 67 p.

RODRIGUEZ, R. V. **Os primórdios da guerra do narcotráfico na Colômbia**. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2003. Disponível em: < <http://www.ecsbrdefesa.com.br/arq/Art%2031.htm> >. Acesso em 30 Jun. 2014.

ROMERO, S. Fatal Clashes Erupt in Peru at Roadblock. **The New York Times**, Nova Iorque, 5 Jun. 2009. Disponível em: < http://www.nytimes.com/2009/06/06/world/americas/06peru.html?_r=1& >. Acesso em 04 Mai. 2014.

RUIZ, J. B. Raúl Prebisch e a contribuição latino-americana para a teoria das relações internacionais. In: GURRIERI, A. (org.). **Raul Prebisch: o manifesto latino-americano e outros ensaios**. São Paulo: Contraponto, 2011.

RUVALCABA, D. E. M. La Unión de Naciones Suramericanas, Brasil y el Consejo de Defensa Suramericano: primeros logros em seguridade y defensa para la región. In: MEDINA NUÑEZ, I. **Integración, seguridade y democracia en América Latina**. México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente – ITESO, 2013. 276 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHMIDHEINY, S. Mercados financeiros e ecoeficiência. In: **Financiando a mudança**. Zurique: Universidade da Confederação Helvética, 1996. Acesso em: 20/08/2013. Disponível em: < www.stephanschmidheiny.com >.

_____. **Changing Course: a global business perspective of development and the environment**. London: The MIT Press, 1992.

SCHONS, S. Z. *et.al.* **Boletim Amazônia em Pauta**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia/IPAM, v.2, Out. 2013. 12 p. Disponível em: < www.ipam.org.br/download/.../Amazonia...PRONAF...Amazonia...-/731 >. Acesso em 08 Mar. 2014.

SILVA, A. L. G.; MARCATO, M. B. Estruturalismo latino-americano e desenvolvimento na perspectiva neo-schumpeteriana. Rio de Janeiro: Conferência Internacional LALICS, 11/12 Nov. 2013. Disponível em: < http://www.redesist.ie.ufrj.br/lalics/papers/124Estruturalismo_LatinoAmericano_e_Desenvolvimento_na_Perspectiva_NeoSchumpeteriana.pdf >. Acesso 15 Out. 2014.

SILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1967, 2^a ed.. 633 p.

SIMÕES, A. J. F. **Integração: sonho e realidade na América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2011. 116 p.

SMITH, D. Explorers Pinpoint Source of the Amazon. **National Geographic**, 21 Dez. 2000. Disponível em: < <http://news.nationalgeographic.com/news/2000/12/1221amazon.html> >. Acesso em 20 Out. 2013.

SOLOMON, M. BNDES ajudou a patrocinar desmatamento da Amazônia, diz TCU. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 de Out. 2010. Disponível em: < <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-ajudou-a-patrocinar-desmatamento-da-amazonia-diz-tcu,628829> >. Acesso em 20 Abr. 2014.

SPRACKLEN, D. V. *et.al.* Observations of increased tropical rainfall preceded by air passage over forests. **Nature**, N. 489, Set. 2012, p. 282-285. Disponível em: < <http://www.nature.com/nature/journal/v489/n7415/full/nature11390.html> >. Acesso em 15 Mar. 2015.

SUNKEL, O. A sustentabilidade do desenvolvimento atual na América Latina. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. UNESP: EDUSP, 2001. Cap. 13, p. 267-309.

TCA. Documento que consolida a fundação do Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília, 1980. Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Atos Internacionais. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/tca.htm>. Acesso em: 24/05/2009.

THE Economist. **Pocket World in Figures 2013 Edition**. United Kingdom: MacGuru Ltd., 2013, p. 53.

TILIO NETO, P. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira**. São Paulo: Plêiade, 2009. 143 p.

TRATADO de Livre Comércio Comunidade Andina (CAN3)-EUA: negociações estendidas por mais uma rodada. **Pontes**, 24 Jan. 2006.

UNASUR/COSIPLAN. **Agenda de projetos prioritários de integração (API)**. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento. Novembro 2011. 69 p. Disponível em: < www.unasur.org >. Acesso em: 20/10/12.

UNASUR: **Regulamento Geral da Unasul**. Brasília, 23 Mai. 2008. Disponível em: < http://www.unasursg.org/uploads/9e/a6/9ea6ffc102d1d9eb3861b5407d914c84/reglamento_po rtugues_version.pdf >. Acesso em: 30/05/2012.

UNITED KINGDOM. **Un árduo camino**. Relatório Global Witness, 2013. Disponível em: < http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/UnArduoCamino_GlobalWitness_lo_0.pdf >. Acesso em: 03 Out. 2013.

USA. International Monetary Found (IMF). 2012. Disponível em: www.imf.com.

_____. The 2012 World Factbook. USA, CIA, 2012.

_____. The 2013 World Factbook. USA, CIA, 2013.

_____. The Joshua Project. US Center for World Mission. 2013. Disponível em: < <http://www.joshuaproject.net/> >. Acesso em 17 Set. 2013.

_____. Forest Stewardship Council (FSC). Certificação florestal. Disponível em: www.fsc.org. Acesso em: 18/01/2010.

_____. World Bank. USA, 2012.

VACAS FERNÁNDEZ, F. **La dimensión exterior de Unasur: instrumento de la acción concertada de los estados sudamericanos**. Madrid: Dykinson, 2013.

VENEZUELA deixa a Comunidade Andina das Nações nesta sexta-feira. São Paulo: **Jornal Estado de São Paulo**, 21 de Abril de 2011, Caderno Internacional. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,venezuela-deixa-a-comunidade-andina-das-nacoes-na-sexta-feira,709395,0.htm> >. Acesso em: 22/02/13.

YAMAGISHI, T. **Atuação das indústrias japonesas**. Kaigisho (Câmara do comércio e indústria nipo-brasileira do Amazonas) de 2011. Disponível em: < <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1332875756.pdf> >. Acesso em: 13 Ago. 2013.

ANEXOS

Anexo 01- Tratado Constitutivo da UNASUL**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO Nº 7.667, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**

Promulga o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, firmado em Brasília, em 23 de maio de 2008.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 159, de 13 de julho de 2011, o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, concluído em 23 de maio de 2008;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação ao referido Tratado junto ao Governo da República do Equador em 15 de julho de 2011;

Considerando que o Tratado entrou em vigor, no plano jurídico externo, para a República Federativa do Brasil, em 14 de agosto de 2011, nos termos do parágrafo 3º de seu Artigo 26;

DECRETA:

Art. 1º O Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, firmado em Brasília, em 23 de maio de 2008, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional os tratados e acordos que, nos termos do art. 13 do Tratado, venham a criar outras instituições e organizações vinculadas à União de Nações Sul-Americanas - UNASUL.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de janeiro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA
Antonio de Aguiar Patriota

ROUSSEFF

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.1.2012

TRATADO CONSTITUTIVO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS

A República Argentina, a República da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador, a República Cooperativista da Guiana, a República do Paraguai, a República do Peru, a República do Suriname, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela,

PREÂMBULO

APOIADAS na história compartilhada e solidária de nossas nações, multiétnicas, plurilíngues e multiculturais, que lutaram pela emancipação e unidade sul-americanas, honrando o pensamento daqueles que forjaram nossa independência e liberdade em favor dessa união e da construção de um futuro comum;

INSPIRADAS nas Declarações de Cusco (8 de dezembro de 2004), Brasília (30 de setembro de 2005) e Cochabamba (9 de dezembro de 2006);

AFIRMANDO sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe;

CONVENCIDAS de que a integração e a união sul-americanas são necessárias para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e o bem-estar de nossos povos, assim como para contribuir para resolver os problemas que ainda afetam a região, como a pobreza, a exclusão e a desigualdade social persistentes;

SEGURAS de que a integração é um passo decisivo rumo ao fortalecimento do multilateralismo e à vigência do direito nas relações internacionais para alcançar um mundo multipolar, equilibrado e justo no qual prevaleça a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz em um mundo livre de armas nucleares e de destruição em massa;

RATIFICANDO que tanto a integração quanto a união sul-americanas fundam-se nos princípios basilares de: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável;

ENTENDENDO que a integração sul-americana deve ser alcançada através de um processo inovador, que inclua todas as conquistas e avanços obtidos pelo MERCOSUL e pela CAN, assim como a experiência de Chile, Guiana e Suriname, indo além da convergência desses processos;

CONSCIENTES de que esse processo de construção da integração e da união sul-americanas é ambicioso em seus objetivos estratégicos, que deverá ser flexível e gradual em sua implementação, assegurando que cada Estado assumira os compromissos segundo sua realidade;

RATIFICANDO que a plena vigência das instituições democráticas e o respeito irrestrito aos direitos humanos são condições essenciais para a construção de um futuro comum de paz e

prosperidade econômica e social e o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Membros;

ACORDAM:

Artigo 1
Constituição da UNASUL

Os Estados Partes do presente Tratado decidem constituir a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) como uma organização dotada de personalidade jurídica internacional.

Artigo 2
Objetivo

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.

Artigo 3
Objetivos Específicos

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivos específicos:

- a) o fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da UNASUL no cenário internacional;
- b) o desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão para erradicar a pobreza e superar as desigualdades na região;
- c) a erradicação do analfabetismo, o acesso universal a uma educação de qualidade e o reconhecimento regional de estudos e títulos;
- d) a integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região;
- e) o desenvolvimento de uma infraestrutura para a interconexão da região e de nossos povos de acordo com critérios de desenvolvimento social e econômico sustentáveis;
- f) a integração financeira mediante a adoção de mecanismos compatíveis com as políticas econômicas e fiscais dos Estados Membros;
- g) a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos ecossistemas, assim como a cooperação na prevenção das catástrofes e na luta contra as causas e os efeitos da mudança climática;
- h) o desenvolvimento de mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, alcançando assim uma integração equitativa;
- i) a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana;

- j) o acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde;
- k) a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e a harmonização de políticas;
- l) a cooperação econômica e comercial para avançar e consolidar um processo inovador, dinâmico, transparente, equitativo e equilibrado que contemple um acesso efetivo, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico que supere as assimetrias mediante a complementação das economias dos países da América do Sul, assim como a promoção do bem-estar de todos os setores da população e a redução da pobreza;
- m) a integração industrial e produtiva, com especial atenção às pequenas e médias empresas, cooperativas, redes e outras formas de organização produtiva;
- n) a definição e implementação de políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios;
- o) a promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, para o fortalecimento de suas identidades;
- p) a participação cidadã, por meio de mecanismos de interação e diálogo entre a UNASUL e os diversos atores sociais na formulação de políticas de integração sul-americana;
- q) a coordenação entre os organismos especializados dos Estados Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras ameaças, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a deminagem;
- r) a promoção da cooperação entre as autoridades judiciais dos Estados Membros da UNASUL;
- s) o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa;
- t) a cooperação para o fortalecimento da segurança cidadã, e
- u) a cooperação setorial como um mecanismo de aprofundamento da integração sul-americana, mediante o intercâmbio de informação, experiências e capacitação.

Artigo 4 **Órgãos**

Os órgãos da UNASUL são:

1. O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
2. O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;
3. O Conselho de Delegadas e Delegados;
4. A Secretaria Geral.

Artigo 5

Desenvolvimento da Institucionalidade

Poderão ser convocadas e conformadas Reuniões Ministeriais Setoriais, Conselhos de nível Ministerial, Grupos de Trabalho e outras instâncias institucionais que sejam requeridas, de natureza permanente ou temporária, para dar cumprimento aos mandatos e recomendações dos órgãos competentes. Essas instâncias prestarão conta do desempenho de seus atos por meio do Conselho de Delegadas e Delegados, que o elevará ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo ou ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, conforme o caso.

Os acordos adotados pelas Reuniões Ministeriais Setoriais, Conselhos de nível Ministerial, Grupos de Trabalho e outras instâncias institucionais serão submetidos à consideração do órgão competente que os tenha criado ou convocado.

O Conselho Energético Sul-americano, criado na Declaração de Margarita (17 de abril de 2007), é parte da UNASUL.

Artigo 6

O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo

O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo é o órgão máximo da UNASUL.

Suas atribuições são:

- a) estabelecer as diretrizes políticas, os planos de ação, os programas e os projetos do processo de integração sul-americana e decidir as prioridades para sua implementação;
- b) convocar Reuniões Ministeriais Setoriais e criar Conselhos de nível Ministerial;
- c) decidir sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;
- d) adotar as diretrizes políticas para as relações com terceiros;

As reuniões ordinárias do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo terão periodicidade anual. A pedido de um Estado Membro poderão ser convocadas reuniões extraordinárias, através da Presidência Pro Tempore, com o consenso de todos os Estados Membros da UNASUL.

Artigo 7

A Presidência Pro Tempore

A Presidência Pro Tempore da UNASUL será exercida sucessivamente por cada um dos Estados Membros, em ordem alfabética, por períodos anuais.

Suas atribuições são:

- a) preparar, convocar e presidir as reuniões dos órgãos da UNASUL;
- b) apresentar para consideração do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e do Conselho de Delegadas e Delegados o Programa anual de atividades da UNASUL, com datas, sedes e agenda das reuniões de seus órgãos, em coordenação com a Secretaria Geral;

- c) representar a UNASUL em eventos internacionais, devendo a delegação ser previamente aprovada pelos Estados Membros;
- d) assumir compromissos e firmar Declarações com terceiros, com prévio consentimento dos órgãos correspondentes da UNASUL.

Artigo 8

O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores

O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores tem as seguintes atribuições:

- a) adotar Resoluções para implementar as Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
- b) propor projetos de Decisões e preparar as reuniões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
- c) coordenar posicionamentos em temas centrais da integração sul-americana;
- d) desenvolver e promover o diálogo político e a concertação sobre temas de interesse regional e internacional;
- e) realizar o seguimento e a avaliação do proceso de integração em seu conjunto;
- f) aprovar o Programa anual de atividades e o orçamento anual de funcionamento da UNASUL;
- g) aprovar o financiamento das iniciativas comuns da UNASUL;
- h) implementar as diretrizes políticas nas relações com terceiros;
- i) aprovar resoluções e regulamentos de caráter institucional ou sobre outros temas que sejam de sua competência;
- j) criar Grupos de Trabalho no marco das prioridades fixadas pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo.

As reuniões ordinárias do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores terão periodicidade semestral, podendo a Presidência Pro Tempore convocar reuniões extraordinárias a pedido de metade dos Estados Membros.

Artigo 9

O Conselho de Delegadas e Delegados

O Conselho de Delegadas e Delegados tem as seguintes atribuições:

- a) implementar, mediante a adoção das Disposições pertinentes, as Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e as Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, com o apoio da Presidência Pro Tempore e da Secretaria Geral;
- b) preparar as reuniões do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;

- c) elaborar projetos de Decisões, Resoluções e Regulamentos para a consideração do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;
- d) compatibilizar e coordenar as iniciativas da UNASUL com outros processos de integração regional e sub-regional vigentes, com a finalidade de promover a complementaridade de esforços;_
- e) conformar, coordenar e dar seguimento aos Grupos de Trabalho;
- f) dar seguimento ao diálogo político e à concertação sobre temas de interesse regional e internacional;
- g) promover os espaços de diálogo que favoreçam a participação cidadã no processo de integração sul-americana;
- h) propor ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores o projeto de orçamento ordinário anual de funcionamento para sua consideração e aprovação.

O Conselho de Delegadas e Delegados é formado por uma ou um representante acreditado(a) por cada Estado Membro. Reúne-se com periodicidade preferencialmente bimestral, no território do Estado que exerce a Presidência Pro Tempore ou outro lugar que se acorde.

Artigo 10 A Secretaria Geral

A Secretaria Geral é o órgão que, sob a condução do Secretário Geral, executa os mandatos que lhe conferem os órgãos da UNASUL e exerce sua representação por delegação expressa dos mesmos. Tem sua sede em Quito, Equador.

Suas atribuições são:

- a) apoiar o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, o Conselho de Delegadas e Delegados e a Presidência Pro Tempore no cumprimento de suas funções;
- b) propor iniciativas e efetuar o seguimento das diretrizes dos órgãos da UNASUL;
- c) participar com direito a voz e exercer a função de secretaria nas reuniões dos órgãos da UNASUL;
- d) preparar e apresentar a Memória Anual e os informes respectivos aos órgãos correspondentes da UNASUL;
- e) servir como depositário dos Acordos no âmbito da UNASUL e disponibilizar sua publicação correspondente;
- f) preparar o projeto de orçamento anual para a consideração do Conselho de Delegadas e Delegados e adotar as medidas necessárias para sua boa gestão e execução;
- g) preparar os projetos de Regulamento para o funcionamento da Secretaria Geral e submetê-los à consideração e aprovação dos órgãos correspondentes;
- h) coordenar-se com outras entidades de integração e cooperação latino-americanas e caribenhas para o desenvolvimento das atividades que lhe encomendem os órgãos da UNASUL;

- i) celebrar, de acordo com os regulamentos, todos os atos jurídicos necessários para a boa administração e gestão da Secretaria Geral.

O Secretário Geral será designado pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo com base em proposta do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por um período de dois anos, renovável apenas uma vez. O Secretário Geral não poderá ser sucedido por uma pessoa da mesma nacionalidade.

Durante o exercício de suas funções, o Secretário Geral e os funcionários da Secretaria terão dedicação exclusiva, não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Governo, nem de entidade alheia à UNASUL, e se absterão de atuar de forma incompatível com sua condição de funcionários internacionais responsáveis unicamente perante esta organização internacional.

O Secretário Geral exerce a representação legal da Secretaria Geral.

Na seleção dos funcionários da Secretaria Geral será garantida uma representação equitativa entre os Estados Membros, levando-se em conta, na medida do possível, critérios de gênero, de idiomas, étnicos e outros.

Artigo 11 Fontes Jurídicas

As fontes jurídicas da UNASUL são as seguintes:

1. O Tratado Constitutivo da UNASUL e os demais instrumentos adicionais;
2. Os Acordos que celebrem os Estados Membros da UNASUL com base nos instrumentos mencionados no parágrafo precedente;
3. As Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
4. As Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores; e
5. As Disposições do Conselho de Delegadas e Delegados.

Artigo 12 Aprovação da Normativa

Toda a normativa da UNASUL será adotada por consenso.

As Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, as Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e as Disposições do Conselho de Delegadas e Delegados poderão ser adotadas estando presentes ao menos três quartos (3/4) dos Estados Membros.

As Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e as Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores acordadas sem a presença de todos os Estados Membros deverão ser objeto de consultas do Secretário Geral dirigidas aos Estados ausentes, que deverão pronunciar-se em um prazo máximo de trinta (30) dias corridos, a contar do recebimento do documento no idioma correspondente. No caso do Conselho de Delegadas e Delegados, esse prazo será de quinze (15) dias.

Os Grupos de Trabalho poderão realizar sessão e apresentar propostas sempre que o quorum das reuniões seja de metade mais um dos Estados Membros.

Os atos normativos emanados dos órgãos da UNASUL serão obrigatórios para os Estados Membros uma vez que tenham sido incorporados no ordenamento jurídico de cada um deles, de acordo com seus respectivos procedimentos internos.

Artigo 13

Adoção de Políticas e Criação de Instituições, Organizações e Programas

Um ou mais Estados Membros poderão submeter à consideração do Conselho de Delegadas e Delegados propostas de adoção de políticas e de criação de instituições, organizações ou programas comuns para serem adotados por consenso, com base em critérios flexíveis e graduais de implementação, segundo os objetivos da UNASUL e o disposto nos Artigos 5 e 12 do presente Tratado.

No caso de programas, instituições ou organizações em que participem Estados Membros antes da entrada em vigor deste Tratado, poderão ser considerados como programas, instituições ou organizações da UNASUL de acordo com os procedimentos assinalados neste Artigo e em consonância com os objetivos deste Tratado.

As propostas serão apresentadas ao Conselho de Delegadas e Delegados. Uma vez aprovadas por consenso, serão remetidas ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e, subseqüentemente, ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, para aprovação por consenso. Quando uma proposta não for objeto de consenso, a mesma só poderá ser novamente submetida ao Conselho de Delegadas e Delegados seis meses após sua última inclusão na agenda.

Aprovada uma proposta pela instância máxima da UNASUL, três ou mais Estados Membros poderão iniciar seu desenvolvimento, sempre e quando se assegurem tanto a possibilidade de incorporação de outros Estados Membros, quanto a informação periódica sobre seus avanços ao Conselho de Delegadas e Delegados.

Qualquer Estado Membro poderá eximir-se de aplicar total ou parcialmente uma política aprovada, seja por tempo definido ou indefinido, sem que isso impeça sua posterior incorporação total ou parcial àquela política. No caso das instituições, organizações ou programas que sejam criados, qualquer dos Estados Membros poderá participar como observador ou eximir-se total ou parcialmente de participar por tempo definido ou indefinido.

A adoção de políticas e a criação de instituições, organizações e programas será regulamentada pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, com base em proposta do Conselho de Delegadas e Delegados.

Artigo 14

Diálogo Político

A concertação política entre os Estados Membros da UNASUL será um fator de harmonia e respeito mútuo que afiance a estabilidade regional e sustente a preservação dos valores democráticos e a promoção dos direitos humanos.

Os Estados Membros reforçarão a prática de construção de consensos no que se refere aos temas centrais da agenda internacional e promoverão iniciativas que afirmem a identidade da região como um fator dinâmico nas relações internacionais.

Artigo 15

Relações com Terceiros

A UNASUL promoverá iniciativas de diálogo sobre temas de interesse regional ou internacional e buscará consolidar mecanismos de cooperação com outros grupos regionais, Estados e outras

entidades com personalidade jurídica internacional, priorizando projetos nas áreas de energia, financiamento, infraestrutura, políticas sociais, educação e outras a serem definidas.

O Conselho de Delegadas e Delegados é o responsável por dar seguimento às atividades de implementação com o apoio da Presidência Pro Tempore e da Secretaria Geral. Com o propósito de assegurar adequada coordenação, o Conselho de Delegadas e Delegados deverá conhecer e considerar expressamente as posições que sustentará a UNASUL em seu relacionamento com terceiros.

Artigo 16 Financiamento

O Conselho de Delegadas e Delegados proporá ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, para consideração e aprovação, o Projeto de Orçamento ordinário anual de funcionamento da Secretaria Geral.

O financiamento do orçamento ordinário de funcionamento da Secretaria Geral será realizado com base em cotas diferenciadas dos Estados Membros a serem determinadas por Resolução do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por proposta do Conselho de Delegadas e Delegados, levando em conta a capacidade econômica dos Estados Membros, a responsabilidade comum e o princípio da equidade.

Artigo 17 Parlamento

A formação de um Parlamento Sul-americano com sede na cidade de Cochabamba, Bolívia, será matéria de um Protocolo Adicional ao presente Tratado.

Artigo 18 Participação Cidadã

Será promovida a participação plena da cidadania no processo de integração e união sul-americanas, por meio do diálogo e da interação ampla, democrática, transparente, pluralista, diversa e independente com os diversos atores sociais, estabelecendo canais efetivos de informação, consulta e seguimento nas diferentes instâncias da UNASUL.

Os Estados Membros e os órgãos da UNASUL gerarão mecanismos e espaços inovadores que incentivem a discussão dos diferentes temas, garantindo que as propostas que tenham sido apresentadas pela cidadania recebam adequada consideração e resposta.

Artigo 19 Estados Associados

Os demais Estados da América Latina e do Caribe que solicitem sua participação como Estados Associados da UNASUL poderão ser admitidos com a aprovação do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo.

Os direitos e obrigações dos Estados Associados serão objeto de regulamentação por parte do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores.

Artigo 20 Adesão de Novos Membros

A partir do quinto ano da entrada em vigor do presente Tratado e levando em conta o propósito de fortalecer a unidade da América Latina e do Caribe, o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e

de Governo poderá examinar solicitações de adesão como Estados Membros por parte de Estados Associados que tenham esse status por quatro (4) anos, mediante recomendação por consenso do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores. Os respectivos Protocolos de Adesão entrarão em vigor aos 30 dias da data em que se complete seu processo de ratificação por todos os Estados Membros e o Estado Aderente.

Artigo 21 Solução de Controvérsias

As controvérsias que puderem surgir entre Estados Partes a respeito da interpretação ou aplicação das disposições do presente Tratado Constitutivo serão resolvidas mediante negociações diretas.

Em caso de não se alcançar uma solução mediante a negociação direta, os referidos Estados Membros submeterão a controvérsia à consideração do Conselho de Delegadas e Delegados, o qual, dentro de 60 dias de seu recebimento, formulará as recomendações pertinentes para sua solução.

No caso de não se alcançar uma solução, essa instância elevará a controvérsia ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, para consideração em sua próxima reunião.

Artigo 22 Imunidades e Privilégios

A UNASUL gozará, no território de cada um dos Estados Membros, dos privilégios e imunidades necessários para a realização de seus propósitos.

Os representantes dos Estados Membros e os funcionários internacionais da UNASUL igualmente gozarão dos privilégios e imunidades necessários para desempenhar com independência suas funções relacionadas a este Tratado.

A UNASUL celebrará com a República do Equador o correspondente Acordo de Sede, que estabelecerá os privilégios e imunidades específicos.

Artigo 23 Idiomas

Os idiomas oficiais da União de Nações Sul-americanas serão o português, o castelhano, o inglês e o neerlandês.

Artigo 24 Duração e Denúncia

O presente Tratado Constitutivo terá duração indefinida. Poderá ser denunciado por qualquer dos Estados Membros mediante notificação escrita ao Depositário, que comunicará a denúncia aos demais Estados Membros.

A denúncia surtirá efeito uma vez transcorrido o prazo de seis (6) meses da data em que a notificação tenha sido recebida pelo Depositário.

A notificação de denúncia não eximirá o Estado Membro da obrigação de pagar as contribuições ordinárias que estiveram pendentes.

Artigo 25 Emendas

Qualquer Estado Membro poderá propor emendas ao presente Tratado Constitutivo. As propostas de emenda serão comunicadas à Secretaria Peral, que as notificará aos Estados Membros para sua consideração pelos órgãos da UNASUL.

As emendas aprovadas pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo seguirão o procedimento estabelecido no Artigo 26 para sua posterior entrada em vigor.

Artigo 26 Entrada em Vigor

O presente Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas entrará em vigor trinta dias após a data de recepção do nono (9º) instrumento de ratificação.

Os instrumentos de ratificação serão depositados perante o Governo da República do Equador, que comunicará a data de depósito aos demais Estados Membros, assim como a data de entrada em vigor do presente Tratado Constitutivo.

Para o Estado Membro que ratifique o Tratado Constitutivo após haver sido depositado o nono instrumento de ratificação, o mesmo entrará em vigor trinta dias após a data em que esse Estado Membro tenha depositado seu instrumento de ratificação.

Artigo 27 Registro

O presente Tratado Constitutivo e suas emendas serão registrados perante a Secretaria da Organização das Nações Unidas.

Artigo Transitório

As Partes acordam designar uma Comissão Especial, que será coordenada pelo Conselho de Delegadas e Delegados e será integrada por representantes dos Parlamentos Nacionais, Sub-regionais e Regionais com o objetivo de elaborar um Projeto de Protocolo Adicional que será considerado na IV Cúpula de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. Essa Comissão se reunirá na cidade de Cochabamba. Esse Protocolo Adicional estabelecerá a composição, as atribuições e o funcionamento do Parlamento Sul-americano.

Feito em Brasília, República Federativa do Brasil, no dia 23 de maio de 2008, em originais nos idiomas português, castelhano, inglês e neerlandês, sendo os quatro textos igualmente autênticos.